U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Mestrado em Estudos Medievais

A Crónica de D. Pedro I: a estratégia cronística em Fernão Lopes

Rute Isabel Rodrigues Russo

M

2019

Rute Isabel Rodrigues Russo

A Crónica de D. Pedro I: a estratégia cronística em Fernão Lopes

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor Doutor Luís Miguel Ribeiro Duarte e coorientada pelo Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2019

A Crónica de D. Pedro I: a estratégia cronística em Fernão Lopes

Rute Isabel Rodrigues Russo

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor Doutor Luís Miguel Ribeiro Duarte
e coorientada pelo Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Miguel Ribeiro Duarte
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Filipe Alves Moreira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Para a minha família por todo o carinho, apoio e crença
que depositaram em mim.

Sumário

Declaração de honra 8
Agradecimentos 9
Resumo 10
Abstract 11
Índice de tabelas 12
Índice de Gráficos 12
Lista de abreviaturas e siglas 13
Introdução 14
Capítulo 1 – Contextualização histórica 16
1.1. Fernão Lopes: a vida, a obra e o contexto político 16
1.2. D. Pedro I e o século XIV 25
Capítulo 2 – A historiografia lopesiana: ponto de situação 31
2.1. A evolução da historiografia lopesiana 31
Capítulo 3. – A CDP de Fernão Lopes: 42
3.1. Feitura e trajectória: 42
3.2. As estratégias narrativas e as fontes na CDP 43
Capítulo 4. – A CDP na trilogia de Fernão Lopes 106
Conclusão (ou Considerações finais) 130
Referências bibliográficas 141
Fontes: 141
Bibliografia: 147

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, 27/9/2019]

[Rute Isabel Rodrigues Russo]

Agradecimentos

Esta dissertação foi feita com grande empenho e gosto pessoal. O resultado final não teria sido possível sem o apoio de um conjunto de pessoas. A minha família (pais e irmã), por todo o apoio, carinho e encorajamento dado. Os meus orientadores, que desde o início se empenharam em me orientar da melhor forma, a todos os níveis, mesmo com a escassez de tempo que os docentes actualmente têm. Os meus amigos e colegas da FLUP, pelo companheirismo e apoio que me deram.

Sem todos eles esta dissertação não teria ganho vida. A todos eles o meu muito obrigado.

Resumo

Palavras-chave: Fernão Lopes, D. Pedro I, Crónicas, kaiserkritik

O objectivo desta tese é analisar o papel da Crónica de D. Pedro I na obra de Fernão Lopes, procurando perceber a sua importância e papel específico dentro das três crónicas atribuídas a Fernão Lopes. Para tal iremos analisar esta obra do ponto de vista temático e estrutural, assim como procederemos a uma análise das estratégias de escrita e de *kaiserkritik* existentes nesta obra, cruzando-a com a restante trilogia de Fernão Lopes, para entendermos o papel e importância que a Crónica de D. Pedro I ocupa na obra e na estratégia deste cronista.

Abstract

Keywords: Fernão Lopes, D. Pedro I, Chronicles, kaiserkritik

The aim of this tesis is to understand the role and relevance of the Chronicle of D. Pedro I in the three chronicles of Fernão Lopes. To accomplish this we will analyze the themes, structure, writing and *kaiserkritik* strategies of this work and crossed it with the other works of Fernão Lopes, in order to understand the role and importance of this chronicle in the works of the author.

Índice de tabelas

Tabela 1 46

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - A Kaiserkritik: a complementaridade das estratégias narrativas 78
Gráfico 2 - A Kaiserkritik e os "espelhos": a complementaridade 79

Lista de abreviaturas e siglas

CC[1] Crónica do Condestável

CDJ[2] Crónica de D. João I

CDJ1 Crónica de D. João I, Primeira Parte

CDJ2 Crónica de D. João I, Segunda Parte

CDP Crónica de D. Pedro I

CDF Crónica de D. Fernando I

CGE Crónica Geral de Espanha

CP1419 Crónica de Portugal de 1419

CTC Crónica da Tomada de Ceuta

INCM Imprensa Nacional Casa da Moeda

PO Policraticus[3]

[1] Adoptamos a abreviatura CC para a *Crónica do Condestável*, apesar da edição que seguirmos ser a de Calado (1991) que adopta o título de *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra.* A nossa decisão deve-se ao facto de que a nomenclatura *Crónica do Condestável* é a mais difundida e usada pelos historiadores, assim, para facilitar a leitura e reconhecimento da obra em questão, entendemos adoptar a esta sigla.

[2] A Crónica de D. João I de Fernão Lopes será referida por três diferentes abreviaturas, consoante se trate da crónica no seu todo (CDJ), ou se trate das referências à 1ª Parte (CDJ1) e à 2ª Parte (CDJ2).

[3] Adoptamos aqui a versão do nome da obra dada pelo título da edição que usamos, Salisbury (1984), por uma questão de coerência da nomenclatura com a edição que iremos usar.

Introdução

Fernão Lopes está entre os autores portugueses mais estudados, quer a nível de estratégias de escrita, quer a nível temático, quer a nível historiográfico.

Considerado por R. Southey "o maior cronista de tôdas as épocas e nações"[4], não há ainda contudo um consenso sobre todos os aspectos da sua obra. A trilogia lopesiana possui ainda questões em aberto, como sejam os objectivos ideológicos da trilogia[5] e a eventual autoria da CP1419 e da CC[6]. Nesse âmbito, um dos aspectos que merece ainda debate prende-se com a CDP, a crónica inaugural da trilogia e que aborda o reinado de D. Pedro I, uma das figuras mais marcantes da história portuguesa. É o nosso objectivo procurar entender o papel da CDP na obra e mundividência histórica de Fernão Lopes.

No Capítulo 1 faremos uma contextualização política e económica dos séculos XIV e XV, englobando o reinado de D. Pedro I, que é o tema da CDP, assim como a vida de Fernão Lopes e o contexto em que escreveu. No Capítulo 2 faremos uma breve resenha do estado da arte em relação à temática lopesiana. No capítulo 3 apresentaremos a CDP, na sua vertente temática, na sua vertente ideológica e nas suas estratégias de escrita e de *kaiserkritik*. Ainda que o objectivo desta dissertação seja o papel da CDP na trilogia de Fernão Lopes, para entender esta obra teremos de abordar a questão da justiça e da imagem de D. Pedro I, assim como a temática dos amores de D. Pedro com Inês na medida em que isso servir o propósito da nossa dissertação, pois cada um destes temas daria por si uma dissertação. Assim sendo, não pretendemos fazer destes temas o foco em si da dissertação e para análises mais especializadas destes temas remetemos para outros

[4] Robert Southey *In* Bell (1931), p.3-4.

[5] Usaremos este termo para nos referirmos em conjunto às três crónicas (CDP, CDF, CDJ) indiscutivelmente atribuídas a Fernão Lopes, devido a esta designação ser recorrente para se lhes referir na historiografia sobre o autor.

[6] A possível autoria de Fernão Lopes da CP1419 e da CC é uma questão eternamente debatida na historiografia nacional. Não é contudo o objetivo desta tese abordar essas problemáticas. Contudo, dada a análise estrutural e temática que faremos da obra lopesiana, teceremos no capítulo 4 algumas considerações sobre esta questão, naquilo que for relevante para esta dissertação.

trabalhos sobre estas temáticas, que precedem esta dissertação.[7]

O que interessará para esta dissertação será entender o papel da CDP na trilogia de Fernão Lopes e para tal, é inevitável abordarmos as estratégias discursivas, a temática (na qual se insere a imagem de D. Pedro e a sua política de justiça) a trajectória e a feitura da obra. Estes aspectos serão o alvo do Capítulo 3.

O Capítulo 4 é o capítulo onde abordaremos o papel da CDP na trilogia, através do cruzamento da CDP com as duas restantes obras de Fernão Lopes.

Optamos por transcrever as citações nas línguas em que estão no original. No que toca às citações em português, as citações seguem o original, independentemente do acordo ortográfico vigente na altura da obra citada.

A edição usada para a CDP será a edição de Giuliano Macchi e Teresa Amado da INCM de 2007[8], e todas as citações desta obra far-se-ão referentes a esta edição. A edição da CDF[9] será também a da INCM de 2004. Para a CDJ, optamos pela mais recente edição da INCM de 2017[10], para a CDJ1, ao passo que para a CDJ2 optamos pela edição de INCM[11] de 1977. Todas as citações da trilogia far-se-ão referentes a estas edições. Quando optarmos pontualmente por citar outras edições da trilogia, tal será devidamente referenciado no caso em questão.

Todas as datas são d.C, excepto menção em contrário.

[7] Para a questão da imagem de D. Pedro I de Portugal na CDP ver Vieira (2007); Guimarães (2004a); Guimarães (2004b). Para a questão da justiça ver também Luís (2004); Oliveira (1970). Para a construção da imagem da aristocracia em Fernão Lopes e Ayala ver Santos (2017). Para a temática dos amores de D. Pedro e Inês de Castro ver Pimenta (2007b).
[8] Lopes (2007)
[9] Lopes (2004)
[10] Lopes (2017)
[11] Lopes (1977b)

Capítulo 1 – Contextualização histórica

1.1. Fernão Lopes: a vida, a obra e o contexto político

A CDP é a primeira obra que com certeza se atribuiu a Fernão Lopes. É parte da trilogia lopesiana, que inclui a CDJ e a CDF. A trilogia foi escrita durante o reinado de D. Duarte e a regência do infante D. Pedro.[12] A CDP foi escrita em 1434[13]. A CDF terá sido escrita nos anos de 1440[14], a CDJ1 em 1443[15] e a CDJ2 entre 1443 e 1449, obra que Fernão Lopes não concluiu, pois esta obra pára abruptamente em 1411, não completando o reinado de D. João I.[16] As três obras cobrem um período que vai de 1357 até 1411, com a CDP cobrindo o reinado de Pedro I (1357-1367), a CDF cobrindo o reinado de D. Fernando (1367-1383) e a CDJ cobrindo parte do reinado de D. João I, que foi de 1385-1434. Ou seja, Fernão Lopes pretenderia à partida analisar três reinados que somados perfaziam 77 anos, o que é um vasto período da história portuguesa.

Fernão Lopes nasceu à volta de 1380 e terá morrido após 1460. O local de nascimento e morte é ainda desconhecido.[17] Terá vivido em Lisboa, sendo que da sua família pouco se sabe.[18] O cronista teria uma origem humilde, pertencendo ao grupo dos mesteirais. Fernão Lopes conseguiu contudo ascender socialmente devido ao seu talento, o que lhe permitiu contactar com pessoas de alta posição.[19] Essa origem social marca a sua obra, pois como Teresa Amado sublinha ele foi o único grande autor de narrativas

[12] Amado (1997), p.53.
[13] Ibid, loc.cit.
[14] Sousa (2005), p.10.
[15] Amado (1997), p.53
[16] Ibid., p.53-58. A autora sugere que a razão para a não conclusão da CDJ ter-se-á devido ao facto de que a que a crónica pára na altura em que iria arrancar a expansão marítima, tema ainda em aberto na Corte, sem um devido enquadramento teórico. O filho de Fernão Lopes morrera em Tânger e D. Duarte estava dividido sobre esta questão. Sem uma posição clara da Corte sobre esta matéria, o tema é adiado na CDJ, o que explicará o atraso na sua conclusão.
[17] Monteiro (1988), p.39.
[18] Ibid, p.73.
[19] Amado (1997), p.24. Sobre isto Monteiro, op.cit, p.73 acrescenta as simpatias que Fernão Lopes tinha na corte como outro factor na sua ascensão.

que tinha uma visão exógena aos acontecimentos.[20] R. P. Santos contrapõe a Fernão Lopes o cronista Pero López de Ayala, que relatou factos que não só viveu, mas nos quais participou como figura importante.[21]

Fernão Lopes foi escrivão da puridade, tabelião e notário, foi[22]valido da Casa Real e foi também nobilitado em 1433.[23] Casou com Mor-Lourenço, de origem mesteiral, da qual teve Mestre Martinho, médico do Infante D. Fernando, o Infante Santo. Fernão Lopes teria alguns bens no Montijo.[24] Mestre Martinho morreu no cativeiro de Fez juntamente com o Infante Santo. Sabemos que Fernão Lopes ainda vivia em 1460 pois nesse ano requereu ao rei D. Afonso V que anulasse a legitimação, que havia concedido a Nuno Martins, que afirmava ser seu neto e que permitia que este herdasse os bens de Fernão Lopes.[25]

Fernão Lopes é contemplado no testamento do Infante Santo (que ele próprio redigiu) com um livro, *Livro do Ermo Espiritual* e 50 000 reais.[26] Aí também se encontra a sua única assinatura que sobreviveu.[27]

Em 1418, Fernão Lopes é nomeado como guardador-mor das escrituras da Torre do Tombo, cargo previamente ocupado por Gonçalo Gonçalves. No mesmo ano torna-se escrivão dos livros do infante D. Duarte e no ano seguinte exerce as mesmas funções para o rei D. João I; em 1421 torna-se escrivão da puridade do Infante Santo e nos inícios da década de 1430 é tabelião-geral de Portugal.[28] Em 1434 é incumbido por D. Duarte de escrever as crónicas dos reis de Portugal, ou seja, em essência é nomeado cronista-mor

[20] Amado (1997), p.24
[21] Santos (2017), 38.
[22] Saraiva (1960), p.13-15.
[23] Monteiro, op.cit, p.73
[24] Ibid, loc.cit.
[25] Braamcamp Freire *In* CDJ1, p.XXXII-LII. Para mais pormenores sobre a questão da legitimação de Nuno Martins, neto de Fernão Lopes, ver a carta de legitimação de Nuno Martins em Braamcamp Freire, *In* CDJ1, p.LIX. Para a carta de anulação da decisão de tornar Nuno Martins herdeiro de Fernão Lopes, ver Braamcamp Freire *In* CDJ1, p.LXI.
[26] Ibid, loc.cit.
[27] O testamento do Infante Santo data de 18/8/1437 e está transcrito em Braamcamp Freire *In* CDJ1,p. XLVI.
[28] Monteiro, op.cit, p.72

oficial do reino, pelo qual recebe uma tença anual de 14 000 reais.[29] A sua obra cronística inseria-se no plano de D. Duarte que procurava legitimar a dinastia de Avis, numa altura onde ainda havia dúvidas sobre a legitimidade da dinastia avisina.[30] Em 1454 é substituído por Gomes Eanes de Zurara,[31]por estar supostamente velho e incapaz de realizar o cargo, mas segundo J. G. Monteiro este afastamento pode ter tido como móbil a sua ligação ao grupo do regente D. Pedro que fora derrotado em Alfarrobeira em 1449.[32]

Não se sabe onde Fernão Lopes terá estudado. Rodrigues Lapa sugere que estudou Latim no Estudo Geral ou numa escola monástica.[33] Fernão Lopes era tabelião e segundo A. J. Saraiva[34] apenas uma ínfima parte dos tabeliães proviria do grupo de letrados. A maioria vinha do grupo dos pequeno-burgueses e mesteirais, que executavam as suas profissões juntamente com o notariado. Assim sendo, a formação dos tabeliães não teria que ser muito profunda.[35] Segundo J. G. Monteiro, a afirmação de Gomes Eanes de Zurara de que Fernão Lopes era homem de grande saber e ciência não pode ser interpretada à luz do cronista ter uma formação erudita, mas sim de que ele possuía grande saber e autoridade, sendo contudo um plebeu sem grande formação. O recurso às Escrituras, das quais o cronista extrai histórias e citações, pode ter sido obtido através de sermões que ouviu, onde se contavam histórias e pregações bíblicas e não necessariamente significar um conhecimento profundo de base da Bíblia.[36] Luís Rebelo[37] difere desta ideia,

---

[29] Braamcamp Freire *In* CDJ1, p.XXIV-XXV. A confirmação da carta de D. Duarte, de 19 de Março de 1434, onde concede a tença de 14000 reais pode encontrar-se na Chancelaria de D. Afonso V, livro 19, fl.22. Está transcrita em Braamcamp Freire *In* CDJ1, Apêndice I, p.XLI.

[30]Duarte (2005), p.14; Azevedo (2018), p.169-170. Luís Adão da Fonseca aponta que esta política de legitimação estendeu-se mais tarde ao filho de D. Duarte, D. Afonso V, que gizou uma estratégia de legitimação através do mecenato literário de cronistas e historiadores ibéricos, para traçar uma imagem de santidade e perfeição da família real portuguesa. Isto tinha em vista promover a união dinástica ibérica, sob a égide portuguesa e também a candidatura ao trono de Aragão do condestável D. Pedro, filho do infante D. Pedro, ver Fonseca (1984), p. 295-298; Fonseca (2003), p. 57-60.

[31] Saraiva (1960) p.16. A carta em que D. Afonso V substitui Fernão Lopes no cargo de guarda das escrituras da Torre do Tombo está transcrita em Braamcamp Freire *In* CDJ1, p.LVIII.

[32] Monteiro, op.cit, p.73. O autor acrescenta, citando A. J. Saraiva, que não era frequente aposentar alguém por motivos de velhice. J. G. Monteiro acrescenta que Vasco Fernandes de Lucena foi nomeado guardador-mor da Torre do Tombo e cronista –mor do reino após Fernão Lopes, sendo contudo mais velho que este último, ver Monteiro, op.cit, p.73, nota de rodapé nº 92.

[33] Rodrigues Lapa *In* Monteiro, op.cit, p.74. Ver também Saraiva, op.cit, p.14, que sugere que pode ter frequentado a escola conventual de Lisboa.

[34] A. J. Saraiva *In* Monteiro, op.cit, p. 75.

[35] Monteiro, op.cit, p.75.

[36] Monteiro, op.cit, p.75-76.

[37] Rebelo (1983), passim.

afirmando que Fernão Lopes possuía uma grande cultura erudita. Gomes Eanes de Zurara, nos dois primeiros capítulos[38] da CTC, recorre com enorme abundância a citações do Evangelho e dos autores clássicos, algo que se percebe à luz da sua condição de clérigo, mas que se se contrastar com o uso que Fernão Lopes faz das citações bíblicas na sua trilogia, constata-se que Fernão Lopes usa sobretudo citações que se encaixam no estilo parenético, e não tanto citações de cariz filosófico e existencial. Ao passo que a analogia da CDJ da Lisboa cercada com os episódios bíblicos de cerco, nos remete para o uso de citações que se encaixam no estilo parenético, como quando os profetas[39] se dirigiam a Israel em tom de admoestação, já as citações de Gomes Eanes de Zurara, nos dois primeiros capítulos da CTC são de cariz existencial e marcam não só uma diferença de estilo entre os dois cronistas, mas quiçá apontam que a formação dos dois fosse distinta. Ao passo que Zurara decerto teria conhecido a fundo as Escrituras, isso não é tão claro em Fernão Lopes, que pode bem ter conhecido as citações através de sermões. Contudo, não se pode excluir inteiramente que Fernão Lopes tivesse conhecimento profundo das Escrituras, mas apenas tivesse uma preferência na matéria bíblica pelos sermões e pelas histórias heróicas e não tanto pela matéria das Escrituras que versa sobre questões existenciais. Isso poderia explicar porque não cita tantos trechos bíblicos mais de cariz filosófico e existencial, ao contrário de Zurara.

A. J. Saraiva[40] acrescenta que já estando na corte, Fernão Lopes terá tido a hipótese de se cultivar através da biblioteca régia, onde terá tido acesso a livros de cavalaria da matéria arturiana, crónicas, tratados clássicos de Aristóteles e da Patrística e tratados políticos e morais.[41]

Fernão Lopes nasce no século XIV, mas vive boa parte da vida adulta no século XV, formando parte da geração que nasceu durante a crise dinástica e que cresceu já no Portugal da Casa da Avis. Nasce no reinado de D. Fernando e morre no reinado de D.

[38] Zurara (1992), cap.I-II, p.37-44.
[39] Veja-se o choro do autor das *Lamentações* pelos males que assolam Jerusalém, ver Lm, 1-4.
[40] Saraiva (1960), p.14.
[41] Ibid, loc.cit.

Afonso V. A trilogia começa a ser escrita em 1434[42] já no início do curto reinado de D. Duarte I e prolonga-se durante a regência, tendo parado de ser escrita por volta de 1449, o que coincide com a Batalha de Alfarrobeira, tendo levado como já dissemos, autores como J. G. Monteiro a defender que o cronista foi afastado por motivos políticos.[43] É preciso pois fazer uma breve exposição dos antecedentes desta situação que marcou os anos finais da vida do cronista.

Após o Mestre de Avis ter sido eleito rei nas Cortes[44] de Coimbra em 1385, os exércitos portugueses conseguiram controlar militarmente o país, com a maioria das praças militares[45] a passarem para o lado português. Contudo, a luta contra Castela continuou, com paragens e retomas nas acções bélicas, fruto de avanços e recuos nos tratados políticos. Castela nunca desistiu de recuperar Portugal, mesmo com a catástrofe militar de Aljubarrota. Em 1411 (ano em que pára a CDJ2), assina-se o Tratado de Ayllón, em 31 de Outubro.[46] Por este tratado estipula-se que as tréguas entre Portugal e Espanha se prolonguem até o rei D. Juan II de Castela ser maior de idade, o que só sucederia em 1419.[47]

Um ano após as Cortes de Coimbra, em 9 de Maio de 1386, Portugal assina com Inglaterra o Tratado de Windsor, mantendo assim o apoio diplomático inglês. Questão tão ou mais importante, quanto os próprios ingleses tinham reivindicações à coroa de Castela, devido ao casamento do duque de Lencastre com D. Constança, filha de Pedro I de Castela e tentavam sucessivamente conquistar Castela, disputa na qual Portugal se envolve dentro da sua lógica de guerra contra o reino vizinho. [48] Esta situação gerará um complexo jogo político, que se pautará por avanços e recuos na paz entre os dois reinos

[42] Jorge de Sena faz notar a coincidência de Fernão Lopes ter sido nomeado como cronista oficial em 1434 com a subida de D. Duarte ao trono. Dado que o cronista tinha a incumbência de escrever as crónicas de todos os reis de Portugal até D. João I, como este rei acabara de morrer já poderia então ser alvo de uma crónica oficial, ver Sena (1963), p.222.
[43]Para mais detalhes sobre a Batalha de Alfarrobeira, ver Moreno (1973), cap. VIII, p.401-512.
[44] Serrão; Marques (1986), p.529-536.
[45] Ibid, p.528-532.
[46] Duarte (2015), p.21-23.
[47] Ibid. loc.cit.
[48] Montes (2018), p.15

peninsulares, conforme os interesses políticos momentâneos.[49] O Infante D. Fernando de Castela será o maior opositor à paz entre os dois reinos, defendendo uma posição forte contra Portugal, ao contrário da regente do trono castelhano durante a menoridade de D. Juan II, D. Catarina de Lencastre, irmã da rainha portuguesa D. Filipa, e que defendia uma política de paz com Portugal.[50]

D. Duarte I morre inesperadamente de peste bubónica em 1438, abrindo assim um período de regência da menoridade do seu herdeiro, D. Afonso V.[51] Por vontade do rei D. Duarte, expressa em testamento, a rainha D. Leonor ficou como regente do reino e tutora do herdeiro.[52] A tensão entre D. Leonor e o infante D. Pedro, duque de Coimbra, começou de imediato pela disputa da regência, tendo-se neste âmbito marcado Cortes em Torres Novas em Novembro desse ano, para decidir sobre esta questão. Havia mal-estar entre vários conselheiros e em parte do povo por uma mulher não natural do reino governar o país, defendendo-se então que a regência deveria ficar nas mãos de um dos infantes de Avis.[53] Além de desagradar a muitos o facto de uma mulher governar a regência (apesar de não ser facto incomum na época), acrescia a isto o poder que os irmãos da Rainha, os infantes de Aragão, tinham em Castela, temendo-se que Portugal acabasse envolto nos jogos políticos do reino vizinho, através da regência de D. Leonor.[54]

Por outro lado, o infante D. Pedro tinha consigo o apoio de parte da nobreza e dos concelhos. O infante D. Pedro conseguirá a regência em 1439 após grande tensão e D. Leonor acabará a exilar-se em Castela em 1440. [55]

Para A. J. Saraiva, D. Pedro representava a facção do poder mais ligada à burguesia citadina e que se uniu contra a nobreza, quer na crise dinástica de 1383-1385, quer

---

[49] Néstor Vigil Montes faz notar como as diferentes visões da cronística castelhana sobre o Mestre de Avis e a questão dinástica de 1383-1385 oscilam conforme os avanços e recuos na paz, derivados deste complexo jogo político, ver Montes (2018), passim.
[50] Montes (2018), p.17; Duarte (2015), p.21-25.
[51] Moreno (1973), p.3. O autor coloca a data da morte do rei na madrugada de 9 para 10 de Setembro, em Tomar, no Convento da Ordem de Cristo.
[52] Moreno, op.cit, p.6.
[53] Para Humberto Baquero Moreno o principal obstáculo ao entendimento entre o duque de Coimbra e a rainha sobre a questão da regência, deveu-se à vontade desta última de centrar em si todo o poder, ver Moreno (1973), p.26. Para detalhes sobre os acordos da regência de D. Leonor, ver Moreno (1973), p.6-65.
[54] Serrão; Marques (1986), p.552.
[55] Moreno, op.cit, p.92.

aquando da deposição da regência de D. Leonor, que culminou na transferência do cargo de regente para o duque de Coimbra em 1439. O autor salienta que foi este o contexto em que o cronista viveu:

> «Durante o período em que viveu Fernão Lopes Lisboa e os concelhos rurais encontram-se unidos contra a nobreza…Por isso Lisboa pôde aparecer como representante de uma força popular nacional…O infante D. Pedro, apoiando-se na principal força política e militar da sua época - a população mesteiral de Lisboa-, teve a seu favor as circunstâncias ocasionais; mas essa força política e militar não correspondia a uma estabilidade económica…Em 1449, dez anos depois do acto revolucionário de Lisboa, já esta coligação parece estar desfeita…»[56]

D. Duarte continuou a política de D. João I no essencial.[57] A curta duração do reinado tão pouco permitiu grandes mudanças de fundo nas linhas orientadoras do reino. Manteve as mesmas pessoas nos cargos que ocupavam com D. João I e aprovou a Lei Mental. Continuou também a política expansionista do reino anterior, tendo sido no seu reinado que se passou o Cabo Bojador.[58]

Ainda no reinado de D. João I, a sua política pautou-se- numa primeira fase por recuperar as praças lusas ainda em poder de Castela e depois encetou esforços diplomáticos para a legitimação da sua dinastia.

As guerras contra Castela provocaram a ruína económica e fiscal, prejudicando todo o sector produtivo e o comércio, ao que acresciam ainda a desvalorização monetária, a fuga de metais, a inflação e galopantes aumentos salariais. Viviam-se também os efeitos da crise do século XIV, com as fomes, as pestes e as agitações populares.[59] Procurou-se estimular o comércio interno e externo, através da criação de novas feiras e da atracção de novos mercadores e de facilitar o comércio externo português.

Após fazer concessões aos populares aquando da crise dinástica, D. João I, foi

---

[56] Saraiva (1960), p.10
[57] Serrão; Marques (1986), p.549.
[58] Ibid, loc.cit.
[59] Ibid, p.536-541. Explicaremos em maior detalhe a crise do século XIV no ponto 1.2 desta dissertação.

paulatinamente revertendo parte dessas concessões. Segundo Joel Serrão[60] e A. H. Oliveira Marques, as agitações populares continuaram, mas foram perdendo ímpeto e as leis anti-semitas foram proliferando para desviar a contestação.

Os autores apontam que após o Tratado de Ayllón de 1411, se entrou numa nova fase no reinado, procurando a expansão militar.[61] A situação política muda após 1411. Em 1412, pelo Compromisso de Caspe, D. Fernando de Antequera torna-se rei de Aragão.[62] A coroa castelhana continua fragilizada pelas disputas pelo controlo da menoridade de D. Juan II. Existiam também pressões na corte castelhana, por parte dos nobres portugueses exilados, que queriam atacar de novo D. João I.

D. Beatriz, filha de D. Fernando, apenas morreria na década de 1420 e enquanto vivesse, a paz definitiva entre Portugal e Castela não era possível. A conquista de Ceuta, que se dará em 1415, fora pensada anos antes, como um golpe de força para marcar uma posição por parte da dinastia de Avis.[63] Uma dinastia recente e cuja legitimidade era ainda questionada, dentro e fora do país. Esta estratégia política de legitimação foi também visível na produção historiográfica, como aponta L. M. Duarte, quando aponta que D. Duarte I incumbiu a Fernão Lopes a elaboração das crónicas dos reis portugueses até D. João I, com o fito último de legitimar a sua dinastia. A construção da imagem da casa de Avis como um modelo exemplar de conduta e a sua defesa da legitimidade para reinar em Portugal foram dois traços fundamentais da política historiográfica de D. Duarte:

> «…nenhum como D. Duarte, até então, foram ao mesmo tempo tão minuciosos, tão metódicos, tão sistemáticos e também tão capazes de ver ao longe, de pensar grande, a planear o seu «legado para a história».»[64]

---

[60] Serrão; Marques (1986), p.538-539. Segundo os autores, a convocação periódica de Cortes foi das poucas conquistas que se manteve. Nas Cortes espelhava-se a força das cidades e da burguesia urbana.
[61] Ibid, p.541.
[62] Duarte (2015), p.24. Para a questão do contexto político ibérico do século XV, seguimos de perto Duarte (2015); Serrão; Marques (1986); Moreno (1973).
[63] Ibid, p.26. Luís Miguel Duarte faz notar que na CTC, Zurara coloca D. João I a afirmar, indirectamente, que pensava na conquista desta praça desde 1409.
[64] Duarte (2005), p.14. As aspas internas estão no original. Sobre a questão do uso da cultura para legitimar a dinastia de Avis ver também os trabalhos de Luís Adão da Fonseca (1986); (2003).

Para L. M. Duarte, Rui de Pina foi a origem da "lenda negra" sobre o rei D. Duarte, tendo-o descrito como fraco, indeciso e dominado pela esposa, apesar de ter um bom carácter.[65] Isto deveu-se à tragédia de Tânger de 1437, que ensombrou todo o reinado de D. Duarte e que, segundo L.M. Duarte é o tema que percorre toda a *Crónica de D. Duarte* de Rui de Pina, ocupando quase 70% desta crónica. Este cronista teve de enquadrar o reinado de D. Duarte dentro de dois momentos negativos na história portuguesa do século XV: o desastre de Tânger, que culminou na prisão e posterior morte no cárcere do Infante D. Fernando; a batalha de Alfarrobeira, que culmina na morte do duque de Coimbra e regente D. Pedro.[66] Rui de Pina terá procurado através deste retrato de D. Duarte, acentuar as futuras glórias do Infante D. Henrique, o Navegador, a expansão norte-africana e as glórias de D. João II e de D. Manuel I.[67]

Não será pois despiciendo notar, em nosso entender, a coincidência de Fernão Lopes ter parado a sua trilogia cronologicamente em 1411, data dos acordos de Ayllón, um marco político importante do século XV e numa altura em se viviam as preparações para a expedição de Ceuta. A isto junte-se os acontecimentos de Alfarrobeira, havendo assim três acontecimentos que era preciso "digerir" pela corte onde o cronista escreve e pela historiografia, que teria de reflectir sobre como se posicionar perante eles. A proximidade de Fernão Lopes ao infante D. Pedro e ao rei D. Duarte pode ter explicado em parte o seu afastamento do cargo de cronista-mor. Contudo, poderia também ter sucedido que com este novo contexto geopolítico para analisar, se possa ter querido reflectir sobre que rumo dar a uma terceira parte da CDJ e se possa ter querido cancelar por um tempo a produção cronística até estes acontecimentos estarem mais bem absorvidos pela corte e quando já existisse uma clara orientação ideológica a dar-lhe. Entretanto Fernão Lopes, que já tinha uma idade avançada, pode ter sido afastado por se entender que já não teria tempo útil de vida para tal empreendimento. Ou, especulando-se um pouco, poderíamos equacionar a hipótese de que com este novo contexto

[65] Ibid, p.17-18.
[66] Ibid, loc.cit.
[67] Ibid, p.18-19.

geopolítico, em que a Casa de Avis se começava a afirmar não só como uma dinastia com uma origem numa revolução com origens populares, mas também se afirmava como uma casa real que se lançava para uma expedição militar que traria em breve enorme reconhecimento a Portugal por parte de toda a Europa, se poderia então ter pensado na corte avisina que Fernão Lopes, o cronista do Evangelho português, das descrições emotivas do cerco de Lisboa e das revoltas das massas populares, já não se adequava à nova ideologia e estilo que emergiria da terceira parte da CDJ (que é a CTC de Gomes de Zurara), onde em essência Zurara torna a CTC uma descrição dos feitos bélicos e conquistas portuguesas no Norte de África, num registo social bem distinto da cronística de Fernão Lopes. Em Fernão Lopes, D. João I é o Messias de Lisboa, escudado por Nun'Álvares Pereira, os dois lançando o Evangelho Português e apoiados nas massas. Em Zurara, D. João I é o rei que lança uma grande campanha militar, conquista Ceuta para surpresa de todos e lança a expansão no Norte de África, escudado na alta nobreza que o acompanha ao Magrebe, sendo que nestas conquistas não se vislumbra grande papel das massas. São duas imagens e realidades sociais distintas a veicular, que quiçá requeressem cronistas e descrições distintas.

1.2. D. Pedro I e o século XIV

D. Pedro I nasceu em 8/4/1320 e morre em Janeiro de 1367.[68] Reinou entre os anos de 1357 e 1367.[69] Este rei teve como cognome o Justiceiro devido à sua política na área da justiça. A sua actuação nesta área gerou controvérsia na historiografia, com vários autores defendendo posições antagónicas: ou se descreve D. Pedro I como cruel e despótico[70], ou se descreve como um rei justo que se limitou a aplicar a lei do seu tempo sem excepções.[71] Para J. V. Serrão[72], D. Pedro I é das personagens mais enigmáticas da

[68] Pimenta (2007b),p.11. Para a descrição do reinado de D. Pedro I de Portugal, nomeadamente na sua política económica, administrativa e judicial seguiremos a partir daqui os trabalhos de A. C. Homem (1974); Homem (2009); Homem (1985); Pimenta (2007b) e Sousa (2005).
[69] Pimenta (2007b), p.9.
[70] Oliveira, op.cit, passim; Leão, (1975), passim.
[71] Pimenta (2007b), passim; Noronha (1723), passim.
[72]J.V. Serrão (1978), p.278.

história portuguesa.

O reinado de D. Pedro I foi curto, com uma duração de 10 anos, tendo sido marcado pelo facto raro de não ter tido guerras.[73] Este reinado surge num período conturbado da época medieval, quando a Europa é abalada pela Peste Negra e pelas revoltas sociais como as *Jacqueries*.[74] Os anos finais do reinado de D. Afonso IV e os inícios do reinado de Pedro I são marcados por forte tensão social provocada pelos sismos, pela peste negra de 1348 e pelas fomes, induzidas pelos maus anos agrícolas. Bernardo Vasconcelos e Sousa crê que a tensão social seria forte em Portugal, mesmo que não haja registos de revoltas como as *Jacqueries* no país. Acrescenta que a crise foi acompanhada de queixas recorrentes contra os judeus, que actuavam como bode expiatório da situação, aventando a hipótese de ter sido no reinado de D. Afonso IV que se introduziram as vestimentas obrigatórias dos judeus.[75]

Neste contexto, a coroa toma medidas que vão contra certos privilégios (o que lhe grangeia certa impopularidade), numa tentativa de fortalecer o estado e fazer face à situação de tensão.[76]

O reinado de D. Pedro I de Portugal é assolado por vários surtos de Peste Negra, nomeadamente em 1356, 1358 (Santarém), 1359 (Alcobaça), 1361 e 1365.[77] A peste provoca um declínio demográfico, o que aliado ao êxodo rural afecta a economia devido ao abandono das terras de cultivo. Também a pesca, que já teria uma força importante, foi afectada pelo declínio de mão-de-obra. Para combater isto, a coroa lança medidas que visam fixar as pessoas nas terras, através da concessão de privilégios como facilidades comerciais e jurisdição própria nas suas terras. Também ordena que todas as terras sejam

[73] Pimenta (2007b), p.18 aponta que D. Pedro I de Portugal não chegará a participar, enquanto infante, na Batalha do Salado em 1340, porque era o único herdeiro de D. Afonso IV e temia-se pela sucessão da coroa caso morresse.
[74] Monteiro, op.cit, p. 23-27. Ver também Sousa (2005), p.157-158; Claramunt et.al. (1999), p. 258-275; Homem (1974), p.124-143.
[75] Sousa (2005), p.157-158.
[76] Pimenta (2007b), p.9.
[77] Homem (1974), p.124-125. O autor sublinha que peste pode designar, no período em causa, qualquer tipo de epidemia.

aproveitadas e lavradas, inclusive as do clero e as propriedades régias.[78]

A.C. Homem afirma que a política económica de D. Pedro se pautou pela falta de uma linha coerente de acção, até porque tão pouco existia naquela era uma doutrina económica sistematizada. O autor aponta que o rei se limitou a resolver os problemas de forma isolada.[79] Ainda no âmbito económico, o reinado do Justiceiro é marcado pela instituição de um sistema monetário, algo raro no século XIV. Contrapondo aos reinados de D. Afonso IV e D. Fernando, que se pautaram por desvalorizações monetárias, D. Pedro é exaltado na historiografia pela coerência da sua política monetária, onde procurou o entesouramento, evitando a saída de metais preciosos.[80]

Ao nível da política administrativa, A.C. Homem[81] salienta que no final da Idade Média, os reis fortalecem o poder. Para A.C. Homem, a emergência das nações no final da era medieval resulta tanto da resistência à centralização imperial e papal como, paradoxalmente, do enfraquecimento do poder local, através da passagem da lealdade vassálica do senhor para o rei. Com as guerras e a crise económica, o problema orçamental agrava-se. O crescente aumento da máquina fiscal foi disto um exemplo. A administração régia vai ganhando um carácter fixo, com a guerra passando de uma organização privada para se tornar uma "empresa de estado".[82] Para se poder cobrar mais impostos, tem de

---

[78] Homem (1974), p.124-125, ver também Filho (2008), p.158 que acrescenta ainda que D. Afonso IV ordenou aos agricultores que lavrassem a terra em troca de um preço justo e que D. Fernando seguirá a mesma lógica, ordenando que quem tem terra a lavre, ver Filho, op.cit, p.181. Ver também Pimenta (2007b), p.57-59, que sublinha que as crises alimentícias se deveram a alterações climáticas. Numa sociedade onde existia um crónico desequilíbrio entre a demografia e a produção agrícola, somou-se a isto uma incapacidade de fazer acompanhar à inflacção uma correspondente subida salarial. O efeito deste fenómeno numa população fisicamente já debilitada foi catastrófico.

[79] Homem (1974), p.146-147. O autor cita como exemplos desta tendência casos em que D. Pedro decreta, em certas localidades, a proibição da entrada de produtos externos que competissem com os locais e em outras localidades permitiu um comércio irrestrito. Sobre esta questão do comércio, Homem (1974), p.153, aponta ainda que se nota já nessa era uma certa tendência "nacionalizante" na política económica, visível em medidas como: a procura de impedir a saída de metais preciosos do país; a procura de um equilíbrio orçamental; a adopção das medidas de vinho de Lisboa para todo o reino, no que era uma tentativa de uniformização do sistema ponderal português.

[80] Homem (1974), p.159. A CDP é disto o maior exemplo quando Fernão Lopes exalta a riqueza e estabilidade monetárias que D. Pedro deixou, sublinhando que o seu filho, D. Fernando, não seguiu nesta matéria as pisadas do pai, ver Lopes (2007), cap.XII, p.54. A esta boa imagem historiográfica de D. Pedro I de Portugal contra-argumenta A. C. Homem (1974), p.160 quando diz que é preciso ter em conta que os reis não possuíam os mecanismos que lhes permitissem resolver de base os problemas, apenas podiam tocar em aspectos superficiais.

[81] Homem (1974), p.5-6.

[82] Ibid, p.13

haver apoio popular e para tal o rei convoca as cortes.[83]

Paradoxalmente, as cortes tanto cimentam o poder régio por um lado, como por outro pressupõem uma forma de plebiscito popular às medidas régias. A.C. Homem aponta que a teoria do poder régio e os seus limites não está ainda definida nesta altura, sendo sobretudo um esboço teórico no qual se defendem ideias como: a monarquia é a melhor e a única forma de governo concebível; o rei deve ter soberania plena, não podendo o seu poder ser contestado por alguém; a justiça é uma prerrogativa régia que compete ao rei exercer ou delegar; a força é o fundamento do poder régio. Para o autor, apenas no século XV surgirá uma teoria sistematizada do poder régio. [84]

A.C. Homem defende que o reinado de D. Pedro I foi de certo modo uma regressão à tendência de especialização dos cargos administrativos.[85] No início do reinado, D. Pedro mantém a política do pai no tocante ao desembargo régio.[86] Foi neste período que se registaram os primeiros letrados no cargo de vedor da chancelaria.[87] No tocante à justiça, a actuação de D. Pedro pautou-se pela obsessão com a justiça, que aplicou de forma implacável e literal. O rei procurou também a rapidez e eficácia no desembargo régio, tendo tomado medidas para agilizar o despacho.[88]

A. C. Homem[89] aponta que na era medieval a função de juiz é das mais importantes atribuições do rei. O reinado de D. Pedro I é o primeiro reinado português onde há registos do corregedor da corte, uma espécie de ministro da justiça actual. D. Pedro também juntou o cível e o crime neste cargo.[90] A Casa do Cível terá chancelaria e um *staff* próprios. Há também referências neste reinado ao cargo do Procurador dos feitos de El-Rei.[91]

D. Pedro I apenas convocou cortes uma vez, em Elvas, em 1361. A.C. Homem

---

[83] Ibid, p.6-7.
[84] Ibid, p.11-12.
[85] Ibid, p.76-77. Sousa (2005), p.86-87 aponta que os últimos 20 anos do reinado de D. Afonso IV são cruciais para configurar o quadro administrativo e institucional da Baixa Idade Média.
[86] Homem (1985), vol I, p.312.
[87]Homem (1985), vol I, p.138.
[88] Homem (1974), p.78; Lopes (2007), caps IV- V, p.19-26.
[89] Homem (2009), p.1-2.
[90] Homem (2009), p.5
[91] Homem (2009), p.6. O autor acrescenta que com D. Fernando I a Casa do Cível terá selo e livro de registo próprio.

aponta que nas Cortes, D. Pedro cedeu, em princípio, às reivindicações populares, mas na prática tal pode não significar a aplicação destas medidas. O autor alerta para o facto de que a recorrente aprovação em cortes das medidas sugere que estas não são aplicadas. A. C. Homem sugere que D. Pedro I adopta uma posição de cautela, evitando comprometer-se, quer na defesa dos privilégios concelhios, quer na renúncia à crescente tutela régia dos municípios.[92]

A política de nobreza de D. Pedro I pautou-se por uma tentativa de conter os abusos deste grupo[93] sendo que o grupo ao qual mostrou mais firmeza foi o clero, nomeadamente com a lei de Beneplácito Régio.[94]

O facto de D. Pedro ter convocado cortes apenas uma vez leva alguns a defender que o rei governou assente num núcleo restrito de conselheiros e que os súbditos não participavam, na sua maioria, no governo.[95]

D. Pedro casou com D. Constança Manuel em 1339, casamento que se[96]insere na lógica de D. Afonso IV de casar os filhos dentro das dinastias ibéricas, para procurar a estabilidade e a paz entre os vários reinos peninsulares.[97] D. Pedro I teve de D. Constança

---

[92] Homem (1974), p.81-95. A este título o autor cita Gama Barros que afirma que a política de D. Pedro procurou conter os abusos e as jurisdições, dentro de limites aceitáveis e não cercear as jurisdições em si, ver Gama Barros *In* Homem, op.cit, p.99. Sousa, op.cit,, p.81 aponta que também D. Afonso IV ouvia as queixas contra os seus juízes de fora mas evitava a abolição deste cargo e que em essência o rei usava as queixas das populações contra as jurisdições municipais para reforçar o seu poder, havendo uma continuidade na política administrativa de D. Pedro I de Portugal em relação ao antecessor, facto que também Homem (1974) sublinha.

[93] Homem (1974), p.187.

[94] Homem (1974), p.224. Como exemplo desta política Filho, op.cit. p.169 cita queixas clericais contra D. Pedro I de Portugal, em que os clérigos são presos sem mandado e desrespeitando o seu foro especial, com o rei respondendo que um clérigo que cometa um ilícito será preso e só será entregue ao poder eclesiástico com expressa autorização do rei. O autor afirma que o precedente para esta política já tinha sido lançado com D. Afonso IV quando permitia que em certos casos os oficiais régios prendessem clérigos.

[95] Homem (1974), p.219-220. O autor acrescenta que tal pode não significar que D. Pedro I de Portugal fosse necessariamente um rei autoritário, apenas teve um reinado curto, sem tantos sobressaltos como os do seu antecessor e por isso apenas convocou uma vez cortes. Filho, op.cit, p.159, afirma que o facto de D. Pedro I de Portugal ter legislado menos que os antecessores se deve quer à curta duração do reinado, quer porque o rei se terá preocupado sobretudo em aplicar as leis mais do que criar novas leis.

[96] O casamento é oficializado em 1339, contudo fora realizado por procuração em 28/2/1336, sendo que o contracto de casamento fora assinado dias antes, em 4/2/1336, por D. Afonso IV e D. Juan Manuel, ver Sousa (2005), p.194-206.

[97] D. Afonso IV teve ao todo da rainha D. Beatriz sete filhos: D. Maria, D. Afonso, D. Dinis, D. Pedro, D. Isabel, D. João e D. Leonor. Apenas sobreviverão D. Pedro, D. Maria e D. Leonor. D. Maria casará com Afonso XI de Castela e D. Leonor casará com D. Pedro de Aragão, ver Sousa (2005), p.27.

o infante D. Luís, que morreu em criança, a infanta D. Maria e D. Fernando que será rei.[98] O romance com Inês de Castro terá começado ainda durante o casamento com D. Constança. D. Afonso IV falhará em separar D. Pedro de Inês de Castro e afasta esta para o castelo de Albuquerque, sob a guarda de Teresa de Albuquerque, viúva do infante Afonso Sanches.[99] Com a morte de D. Constança em 1348, D. Pedro chama Inês de volta e assume o romance.[100]

Inês de Castro nasce em 1325, na alta nobreza galega, sendo filha bastarda de Pêro Fernandes de Castro e bisneta de Sancho IV de Castela, tal como D. Pedro I de Portugal.[101] A sua morte deveu-se ao temor da influência dos Castro na corte portuguesa, através da ligação de Inês de Castro com D. Pedro e à sugestão de Álvaro Peres de Castro em 1354, em que D. Pedro I assumisse a coroa de Castela, no lugar de Pedro de Castela. Isto terá alarmado D. Afonso IV, que havia assinado a paz de Sevilha em 1339 e defendia a não-intervenção de Portugal em Castela. Tudo isto somado aos temores que D. Fernando, herdeiro de D. Pedro, fosse morto para permitir a sucessão dos filhos de D. Pedro com Inês de Castro despoletou a execução desta em 7/1/1355.[102]

D. Pedro teve de Inês de Castro os infantes D. Afonso (1350), D. João (1352), D. Dinis (1353) e D. Beatriz (1354).[103]

À morte de Inês de Castro, o infante D. Pedro reage com uma guerra contra o pai, em que se subleva juntamente com os Castro e parte da nobreza, entre Janeiro e Agosto de 1355. A paz é assinada em 5 de Agosto de 1355, em Canaveses, ditando o perdão mútuo a todos os integrantes de ambos os grupos e a entrega da jurisdição cível e crime ao infante.[104]

---

[98] J.V. Serrão (1978), p.275. O autor aponta as datas de nascimento como sendo: D. Maria (6/4/1342), D. Luís (1344), D. Fernando (31/10/1345).
[99] Sousa (2005), 158-159.
[100] Ibid, p.159-160.
[101] Ibid, p.161. Para mais detalhes sobre a genealogia e ligações familiares de Inês de Castro com Portugal e Castela, ver Sousa (2005), capítulo VIII.
[102] Sousa (2005), p.161-168. Sobre as intrigas palacianas ver J.V. Serrão *In* Sousa (2005), 165-166, que acrescenta que a rivalidades entre a família de Diego Lopes Pacheco e os Castro foi um dos motivos para a execução de Inês de Castro que acabou vítima de uma conjura movida por interesses senhoriais.
[103] Sousa (2005), p.166.
[104] Ibid, p.170-172. Para a versão integral do acordo de paz de Canaveses ver Vasconcelos (1983), p.22-23.

Em 12/6/1360, D. Pedro afirmou ter casado com Inês de Castro em segredo, em 1353.[105] A execução dos assassinos de Inês de Castro, por parte de D. Pedro, dá-se em Março de 1360.[106] O rei falece em Estremoz, em 1367 e é sepultado em Alcobaça, junto de Inês de Castro.[107]

Capítulo 2 – A historiografia lopesiana: ponto de situação

2.1. A evolução da historiografia lopesiana

As perspectivas sobre Fernão Lopes conheceram várias fases na historiografia. Existe um consenso geral sobre o seu talento literário, a sua rara capacidade de psicologizar as personagens, a sua visão interligada dos acontecimentos e do nexo causal que dá à acção.[108]

Contudo, aspectos como a funcionalidade do texto (nomeadamente os propósitos ideológicos), as fontes que o cronista usou e a eventual autoria da CP1419 e da CC permanecem pontos em aberto. Quanto à autoria de Fernão Lopes da trilogia, essa é hoje indiscutível,[109] após séculos de algum esquecimento da sua obra e onde por vezes

[105] Pimenta (2007b), p.185. Salvador Arnaut aponta um erro de datação de Fernão Lopes nesta questão da declaração de casamento, pois a declaração de D. Pedro I de Portugal em como casara com Inês de Castro dá-se em 12/6/1360 e 6 dias depois ouvem-se as testemunhas arroladas pelo rei em Coimbra, que juraram ter presenciado o casamento. Contudo, Salvador Arnaut aponta que Fernão Lopes refere erroneamente que as duas declarações distam 3 dias entre si e não 6, ver Salvador Arnaut *In* Pimenta (2007b), 185.
[106] Pimenta (2007b), p.93
[107] Lopes (2007), cap.XLVI, p.197-198.
[108] Amado (2007a); Atkinson (1962); Russell (s.d.); Beau (1959a).
[109] António Brásio foi a excepção, tendo defendido que a CDP não era de Fernão Lopes. O autor usa as remissões na trilogia e algumas frases mais ambíguas de Zurara sobre as crónicas régias portuguesas para sugerir que a CDP era de Gomes Eanes de Zurara. Em nosso entender, Fernão Lopes é um autor com um estilo muito vincado e original. O estilo da CDP é o mesmo que o da CDF e da CDJ. Deste modo, se as duas últimas obras são de Fernão Lopes, a CDP terá forçosamente de sê-lo também. Não houve na história muitos autores como Fernão Lopes, com a sua capacidade de escrita, de psicologizar ou de ligar os acontecimentos. A maioria dos autores contemporâneos de Fernão Lopes escreveu crónicas régias em estilo conciso, com pouco nexo causal e pouca profundidade psicológica. Se a CDP fosse uma típica crónica régia

proliferaram manuscritos atribuindo algumas das suas crónicas a Rui de Pina ou Gomes Eanes de Zurara.[110]

Das várias temáticas que a CDP abordou, duas se eternizaram na memória popular e historiográfica posterior: o cariz justiceiro de D. Pedro I de Portugal; os amores de D. Pedro I de Portugal e Inês de Castro.

Apesar da relevância da CDP para a legitimação de D. João I, o sonho profético que D. Pedro I de Portugal tem sobre o seu filho[111] não foi um tema que particularmente tenha despertado grande interesse ou reprodução posterior na cronística portuguesa. A personagem de D. João I foi sem dúvida alvo de grande interesse cronístico e historiográfico mas no seu papel de condutor da revolução de 1383-1385; no seu papel de iniciador de uma nova dinastia e da expansão marítima portuguesa. Contudo, foi a imagem de justiça implacável de D. Pedro I de Portugal e os seus amores com Inês de Castro que a CDP imortalizou.

Os amores de D. Pedro I de Portugal e Inês de Castro extravasaram mesmo a mera produção cronística, tendo-se tornado um grande tema cultural no início do Portugal da era moderna.[112] Esta temática expandir-se-á posteriormente na Europa, tornando-se um tema clássico do teatro e tragédia europeus.[113] Nem sempre esta relação foi vista da mesma forma. Na época das cortes de 1383-1385, Inês de Castro era vista como uma

---

medieval, decalcada deste modelo, poder-se-ia advogar que a CDP podia ter sido escrita por qualquer cronista que não Fernão Lopes. Mas a sua originalidade e a sua afinidade com os traços idiossincráticos da escrita lopesiana tornam ilógico, em nosso entender, qualquer outra autoria que não a de Fernão Lopes. Deste modo, reconhecendo que o estilo é um critério subjectivo de avaliação, entendemos que quando se trata de um autor tão original, torna-se um critério crucial ao qual não se pode escapar, ver Brásio (1985), passim.

[110] Veja-se a título de exemplo o título do manuscrito B da CDP «Chronica delRey dom Pedro deste nome o primeiro/e dos Reis de portugal o octavo, continuada/ da delRey dom Afonso seu padre, composta por Ruy/de Pina Chronista moor dos Regnos e senhorios/de portugal.», ver Lopes (2007), p.XVI. Ou o título do manuscrito Ce da CDP «Caronica delRey dom pedro deste nome ho/primeiro e dos Reis de portugal ho 8 comtino/ada a del Rey dom afonso seu padre composta por/ gomes eannes cronista moor dos reinos e senhorios/de portugal.» ver Lopes (2007), p.XVIII. Usaremos sempre na citação dos manuscritos da trilogia, a terminologia usada por Teresa Amado nas edições críticas das três crónicas, salvo casos pontuais onde expressamente mencionaremos qual a edição a que nos reportamos para a terminologia.

[111] Lopes (2007), cap.XLIII, p.191-194.

[112] Aqui seguimos de perto Pimenta (2007b).

[113] Pimenta (2007b), p. 20-30. Para a autora é com as *Trovas à morte de Dona Inês de Castro* de Garcia de Resende que a temática do amor proibido de Inês de Castro e D. Pedro I de Portugal arranca de vez.

mulher ambiciosa.

Contudo, na era moderna arranca, por assim dizer, a imagem de Inês de Castro como uma mulher frágil, bela e sacrificada de forma cruel e injusta. Em Luís Camões, Inês de Castro é «mísera, e mesquinha/Que despois de ser morta foy Rainha.»[114]

António Ferreira imortalizou Inês de Castro na tragédia *Castro*, cuja edição *prínceps* data de 1587.[115]

Rui de Pina, defende tal como Fernão Lopes que o casamento não se deu. Garcia de Resende e Anrique da Mota tão pouco crêem que o casamento sucedeu. Ayala apenas refere a declaração do casamento, sem se pronunciar.[116]

No século XVIII a tendência foi defender a existência do casamento.

Na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, António Caetano de Sousa descreve Inês de Castro como vítima de uma conjura cruel. O autor defende que o casamento se deu.[117] José Barbosa, no *Catálogo das Rainhas de Portugal* defende o casamento. [118] Também António Pereira de Figueiredo defenderá o casamento.[119]

A *Monarquia Lusitana* elogiou D. Pedro I de Portugal, porque segundo Pimenta, escreviam na altura do reinado de Pedro II, a quem a obra é dedicada.[120]

Frei Henrique de Noronha descreve os amores e o casamento de D. Pedro I de Portugal e Inês de Castro de forma emotiva, exaltando o rei e a sua justiça.[121]

No século XIX há uma divisão sobre esta questão. Almeida Araújo defende o casamento e questiona os que dele duvidam. Já Pinheiro Chagas é mais cauteloso, apontando que D. Pedro I de Portugal nunca declarou o casamento em vida de Inês de

---

[114] Camões (2004), canto III, p.118.
[115] Pimenta (2007b), p.23-27.
[116] Pimenta (2007b), p.185-187.
[117] Ibid, p.189.
[118] José Barbosa *In* Pimenta (2007b), p.189. Cristina Pimenta aponta o facto de o autor designar Inês de Castro como rainha e D. Constança como infanta uma prova da orientação ideológica do autor, visto que em vida das duas D. Pedro I de Portugal nunca reinou.
[119] Pimenta (2007b), p.189
[120] Pimenta (2007b), p.163.
[121] Noronha (1723), passim.

Castro.[122]

Damião Peres relacionará o casamento com a declaração de Cantanhede, pois o rei quereria justificar a execução dos assassinos de Inês de Castro. O autor questiona porque o rei temeria contar ao pai que casara com Inês de Castro se não temeu conduzir uma guerra contra ele.[123] Salvador Arnaut inclina-se a achar que o casamento existiu, recordando que D. Pedro I de Portugal avisou o Papa do casamento, destacando também o discurso do arcebispo de Braga Cardaillac.[124] António Brásio defende que o casamento se deu numa lógica morganática. [125]

No século XIX, a imagem de folgazão que Fernão Lopes lega de D. Pedro I de Portugal, nem sempre é entendida como liberalidade. Aquilino Ribeiro descreve assim D. Pedro I de Portugal:

> «O Infante que tanto que reparou nela ficou enamorado, acabando de perder o juízo que já era pouco…Este rei era tudo o que há de mais ramboeiro, e em chulas, comezainas e lausperenes consumia os maravedis que lhe chegavam à mão.»[126]

Aquilino Ribeiro chegará a dizer que a frase final de encerramento da CDP, em que Fernão Lopes afirma que nunca houvera em Portugal dez anos como os do reinado de D. Pedro I de Portugal, pode não significar um elogio, mas sim um tom irónico.[127]

Sobre a justiça de D. Pedro I de Portugal, os historiadores dividiram-se. Cristóvão Rodrigues Acenheiro, Rui de Pina avaliaram-na de forma positiva. Cristóvão Rodrigues Acenheiro apontou alguns exageros, mas entendeu que a execução dos assassinos de Inês de Castro, um dos pontos mais controversos da acção do rei, foi justificada, quer pela crueldade da morte de Inês de Castro, quer porque eram culpados.[128] Já Rui de Pina

---

[122] Pimenta (2007b), P.189
[123] Ibid, p.189-190.
[124] Ibid, p.190
[125] Ibid, p.190-191.
[126] Aquilino Ribeiro *In* Pimenta (2007b), p.47.
[127] Aquilino Ribeiro *In* Pimenta (2007b), p.90.
[128] Acenheiro (1824), p. 124. O autor sugere mesmo que até Diogo Lopes Pacheco devia ter sido condenado, mas que fugiu por motivos que apenas a Providência sabe.

salienta a dor de D. Pedro I de Portugal pela morte de Inês de Castro, justificando a morte dos assassinos de Inês de Castro pelo horror provocado no príncipe.[129] Pedro Mariz desculpa a execução dos algozes devido ao amor que D. Pedro I de Portugal nutria por Inês de Castro.[130]

Na *Monarquia Lusitana*, a tendência foi para defender a acção justiceira de D. Pedro I de Portugal, facto que está ligado a uma descrição emotiva e romantizada dos amores entre o rei e Inês de Castro.[131]

A imagem de D. Pedro I de Portugal como justiceiro gerou sempre divisão no campo historiográfico. Contudo, a análise da justiça de D. Pedro I de Portugal tem sempre de ter em conta que uma coisa é a sua descrição na literatura, outra é a sua real acção neste campo. Boa parte da historiografia até ao século XX estudou a justiça de D. Pedro I de Portugal a partir das descrições literárias. Luís Rebelo afirmou que a cronística é sempre um discurso de outros discursos.[132] Sendo assim, para o autor o discurso histórico interpreta a realidade dentro de um quadro ideológico. A veracidade é sempre algo a questionar neste cenário. Luís Rebelo aponta que muitos autores afirmam mesmo que a cronística e a escrita histórica são ficção.[133]

Contudo, é preciso perceber que essas descrições de D. Pedro I de Portugal podem ser apenas uma construção literária, assente em lendas (sempre propensas ao exagero) e com o fito último de veicular certa imagem do rei. A.C. Homem[134] aludia, quando escrevia nos anos de 1970, à raridade de estudos sobre D. Pedro I de Portugal que se centrassem no seu governo a partir de fontes como os arquivos e chancelarias.

Em 1970, Fernando Oliveira defendia que o rei era obcecado com a justiça, em parte devido ao trauma provocado pela morte de Inês de Castro, em parte devido à

---

[129] Pina (1977), p. 466.
[130] Mariz (1749), p.185.
[131] Jesus, Frei Rafael de (1985), p.554-557.
[132] Rebelo (1983), p.16-17.
[133] Ibid, loc.cit.
[134] Homem (1974), p.1-2. Para uma análise detalhada dos cargos administrativos e dos seus ocupantes no reinado de D. Pedro I de Portugal ver Homem (1974), p.44-52.

degeneração mental que a epilepsia provoca.[135] Nos anos de 1980, Luís Rebelo defendia que Fernão Lopes entendeu que a imagem de justiceiro foi dada a D. Pedro I de Portugal devido à sua aplicação intransigente da lei para todos, algo raro na época em que escreve.[136]

Cristina Pimenta[137] defende que apesar da imagem implacável de justiceiro, essa dureza nem sempre foi aplicada, tendo havido excepções. A autora alerta para o facto de que as penas que D. Pedro I de Portugal aplicou não foram inovações, antes a mera aplicação das leis, logo haverá algum exagero na imagem de dureza de D. Pedro I de Portugal. Dora Luís[138] em parte defende esta ideia, afirmando que o rei se limitou a cumprir a lei estabelecida, um traço que era visto como fundamental na ideia de justiça. A autora alerta que a concepção de justiça na era em causa passava sobretudo por aplicar literalmente a lei e de forma igual para todos. A autora acrescenta que D. Pedro I de Portugal quis criar uma imagem de rei justo e implacável, pois era crucial para gerar um efeito dissuasor nos prevaricadores.

Em nosso entender, se observarmos as leis que os antecessores e os sucessores de D. Pedro I de Portugal criaram, vemos que as penas que o rei aplicou não eram

---

[135] Oliveira (1970), p.33-34. Homem (1974), p.186 também aponta um possível transtorno mental do rei na questão da justiça, sublinhando a obsessão do rei em punir os delitos de cariz sexual. Também nas punições para a requisição indevida de géneros, as penas que D. Pedro I de Portugal aplica são duras. As penas incluem açoites e cortes de mãos e de orelhas, sendo que o autor frisa que o alvo preferencial destas penas é o séquito régio, tendo o rei como objectivo evitar que este prevarique. Cruze-se isto com as descrições que Fernão Lopes faz destas medidas em Lopes (2007), cap.V, p.25-26. Apesar disto, Homem (1974), p.224 faz um balanço positivo do reinado de D. Pedro I de Portugal, destacando a paz de que desfrutou, a neutralidade em questões peninsulares, a lei do Beneplácito Régio e a boa política monetária. Este reinado é para o autor, tanto ou mais positivo se comparado com o do sucessor D. Fernando, daí a boa imagem historiográfica que D. Pedro I de Portugal obteve e que Fernão Lopes sintetiza nas linhas finais da CDP quando afirma que nunca Portugal teve dez anos como os do reinado de D. Pedro I de Portugal, ver Lopes (2007), cap. XLIV, p.198. Já Fernando Oliveira defende que a conduta de D. Pedro I de Portugal na área da justiça foi cruel e movida por uma personalidade psicopática, causada em parte pela epilepsia. Júlio Dantas, citado em Oliveira (1970), p.35-36, numa conferência no Rio de Janeiro em 1923, destaca que D. Pedro I de Portugal sofreria de sintomas como a irritabilidade, irascibilidade, paixões ferozes, alucinações, terrores nocturnos, entre outros, movido pela epilepsia. A consanguinidade seria uma das causas desta doença.

[136] Rebelo (1983), p.33.

[137] Pimenta (2007b), p.91-92.

[138] Luís (2004), passim.

excepcionais ou por si inventadas: eram as prescritas na lei.[139] Quiçá, em nosso entender a verdadeira questão em si é que seria raro aplicar as leis de forma tão literal. Os perdões não eram incomuns, além da questão da impunidade que gozariam os mais poderosos. Luís Duarte[140] fala mesmo em «direito virtual», alertando para a questão da aplicabilidade da lei, devido ao complexo jogo que se estabelece entre o rei e as várias instituições.

Sendo assim, o tom de admiração de Fernão Lopes ao descrever casos como os de Maria Rrsousada podem ser lidas à luz de que aquilo que verdadeiramente impressionou na justiça petrina foi a estrita aplicação da lei, sem grandes delongas ou atenuantes, contrariando uma prática recorrente de perdões que tornava a justiça mais virtual que real. Além do facto de aplicar a justiça a todos por igual, algo que numa sociedade habituada segundo Fernão Lopes à impunidade, seria causa de espanto. Assim sendo, as penas cruéis prescritas nas leis procurariam sobretudo dissuadir actos, presumindo-se que raramente seriam aplicadas.

Na historiografia contemporânea há um grupo de historiadores que faz um balanço positivo do reinado de D. Pedro I de Portugal, como A.C. Homem[141] e Cristina Pimenta[142], destacando a sua neutralidade nas questões ibéricas, que granjeou paz num século de guerras e agitações; a sua política económica que conteve os problemas decorrentes da grande crise do século XIV; a política monetária que legou ao sucessor um grande tesouro. Contudo, ao passo que A.C. Homem aponta que a obsessão em reprimir os delitos sexuais possa significar alguma doença mental, Cristina Pimenta aponta que D. Pedro I de Portugal fora uma personagem contraditória e que a loucura é por vezes o termo dado ao que não se consegue entender.

---

[139] Veja-se a lei que pune com a morte aquele que forçar uma mulher. Como se pode ver a execução do marido de Maria Rrsousada que Fernão Lopes descreve no capítulo IX da CDP era o que estaria prescrito nas leis, ver Costa, ed. (1984), Livro 5, Título XIIII, p.52.
[140] Duarte (1993), vol. I, p.446.
[141] Homem (1974), passim.
[142] Pimenta (2007b), passim.

O facto de Fernão Lopes pertencer ao grupo dos mesteirais colocou-o na rara situação de ser um cronista proveniente das classes mais baixas.[143] A forma como Fernão Lopes destaca esse grupo na sua obra gerou duas facções que se dividiram por entre considerar que o cronista exaltava o povo como o herói nacional da sua história[144], ou por considerar que ele defendia a nobreza e a dinastia de Avis, sendo o povo exaltado apenas na condição de apoiante do Mestre de Avis.[145] A primeira tendência foi dominante até sensivelmente as duas últimas décadas do século XX e defendia que Fernão Lopes

[143] Recentemente na revista Al-Madan publicou-se um artigo onde se defendia a tese que Fernão Lopes era originário do Alandroal e não de Lisboa como sempre se defendeu, ver Torcato; D'Encarnação (2018), p.148-149. Esta teoria assentou em escavações arqueológicas onde se defendia ter encontrado uma pedra tumular na Igreja Matriz do Alandroal com a inscrição "Fernão Lopez", o que sugeriria que o cronista era originário da localidade. Conquanto não seja o objectivo desta dissertação descobrir o local de nascimento de Fernão Lopes, em nosso entender existe um consenso generalizado sobre a origem mesteiral do historiador e que a sua obra foi fortemente marcada pelo apoio do rei D. Duarte, que o incumbiu de escrever as crónicas dos reis de Portugal com o propósito último de legitimar a dinastia de Avis, ver Duarte (2005), p.14; Amado (1997), p.24-31. Assim sendo, o patrocínio de D. Duarte condicionaria a obra lopesiana como qualquer patrocínio condicionaria qualquer obra, quer o cronista nascesse no Alandroal ou em Lisboa. A tese defendida pelos autores coloca Fernão Lopes a nascer e crescer numa zona sob a jurisdição da Ordem de Avis, da qual D. João I foi Mestre, defendendo também os autores que a ascensão do cronista tenha sido feita nas escolas conventuais da Ordem de Avis, ver Torcato; D'Encarnação, op.cit, p.145-149. Aceitando esta hipótese, tal apenas acentuaria a ligação de Fernão Lopes à dinastia de Avis e ao infante D. Duarte, algo que é do consenso geral e que nunca se questionou. Assim sendo, em nosso entender, quer Fernão Lopes tenha nascido no Alandroal ou em Lisboa, tal acaba por ser pouco relevante para a obra lopesiana, excepto em questões pontuais como sejam as famosas passagens sobre Lisboa na CDJ e que são em si um tópico de debate para os historiadores que procuram intuir por essas passagens, qual a localidade de origem do cronista, através da observação dos detalhes toponímicos e do intimismo que Fernão Lopes confere às descrições e que possam ou não sugerir uma origem lisboeta do cronista. Exceptuando isto, quer o nascimento de Fernão Lopes tenha sido em Lisboa ou no Alandroal, decerto Fernão Lopes nasceu nas classes mais baixas, no grupo dos mesteirais e a sua actividade cronística fez-se na supervisão do rei D. Duarte e do regente D. Pedro. São estes os traços pessoais fundamentais do cronista que podem influir na sua obra e não a localidade A ou B, salvo em questões pontuais. Consideramos pois que o consenso historiográfico sobre a origem de Fernão Lopes não sai abalado por este artigo, sendo as hipóteses levantadas por ele, como sejam a pedra tumular na Igreja Matriz do Alandroal e o hipotético nascimento de Fernão Lopes nesse local, questões que se encontram fora do âmbito desta dissertação resolver e quer por isso não nos estenderemos mais na questão.

[144] Saraiva (1960), p. 16

[145] Beirante (1984), p.98; Zierer; Ribeiro (2013), p. 42. Ângela Beirante acrescenta «Façamos justiça ao primeiro grande cronista português e, sem demagogia nem anacronismo, concluamos muito simplesmente que ele foi um grande homem do seu tempo.», ver Beirante, op.cit,, p.99. António Borges Coelho defende também que a revolta de 1383-1385 não é de cariz popular, mas defende que é uma revolta burguesa, afirmando que Fernão Lopes ataca o grupo nobiliárquico na figura de Nun'Álvares, cujas falhas mostram a decadência desta facção social, ver Santos (2017), p.18. Já A. J. Saraiva entende que Fernão Lopes satiriza na nobreza o ideal cavaleiresco, ver Santos (2017), p.94. Amado (1997), p.59 defende que Fernão Lopes engloba Nun'Álvares no protótipo do cavaleiro cujas virtudes ele apoia contra a sociedade do seu tempo, onde o cronista teme que a nobreza decaia. A autora defende que o Nun'Álvares lopesiano é um duplo psicológico de D. João I e um seu complemento de acção.

retratava o povo português resistindo à ocupação castelhana.[146] A segunda insere-se na tendência de questionar o conceito de nacionalismo e de revoluções populares que foi crescendo em meados do século XX.[147]

Segundo R. P. Santos[148], após um grande desenvolvimento dos trabalhos[149] sobre Fernão Lopes, com destaque para os trabalhos de Teresa Amado, houve certa desaceleração da produção historiográfica, excepção feita aos trabalhos de Filipe Alves Moreira sobre a CP1419 e o papel da trilogia na legitimação dinástica da casa de Avis. A isto acrescentamos o artigo de Filipe Alves Moreira[150] sobre os episódios não incluídos por Fernão Lopes na CDP, que consideramos de grande contributo para o esclarecimento da questão sempre colocada sobre os episódios "apócrifos" da vida de D. Pedro que Fernão Lopes não incluiu na CDP, mas que surgem em outras crónicas posteriores, como a *Chronica Del Rei Dom Pedro,* de Duarte Nunes de Leão.[151]

Recentemente tem havido na Europa Ocidental um interesse crescente em estudar a construção da narrativa em textos literários, o que fomentou nos últimos anos um renovado interesse na cronística.[152] Estamos em crer que é dentro dessa tendência que se pode explicar também a explosão do interesse por Fernão Lopes, quer na historiografia

---

[146] Beau (1959b), p.64-65; Braamcamp Freire *In* Lopes (1977b), vol. I, p.XX.
[147] Zierer e Ribeiro (2013), p.42; Gil (2015), p.21-22.
[148] Santos (2017), p.19-20.
[149] Nos últimos 20 anos, os estudos lopesianos revitalizaram-se devido ao crescente interesse brasileiro pela Idade Média portuguesa, dentro de uma lógica que procura entender as raízes da Expansão no passado medieval português. Outra razão para o interesse brasileiro na medievalidade portuguesa consiste no facto de os estudos medievais estarem hegemonicamente concentrados nos casos inglês e francês, ver Zierer; Ribeiro (2013), p.32. Dentro de este âmbito foi criada, em 1996, a ABREM (Associação Brasileira de Estudos Medievais), que procura ser uma instituição interdisciplinar que reúne as áreas de História, Letras e Filosofia, reunindo-se de forma bi-anual e publicando as investigações em periódicos. Também a Universidade do Maranhão tem dois grupos de estudos medievais, ver Ibid, p.32-34. Apesar deste impulso, R. P. Santos faz notar que os novos trabalhos sobre Fernão Lopes, em Portugal e no Brasil, pautam-se pela "dispersão" e redundância, ver Santos (2017), p.19-20. Em nosso entender a generalidade dos trabalhos sobre a temática lopesiana insere-se em três grupos: os estudos literários; os propósitos ideológicos da obra lopesiana; a construção das personagens.
[150] Moreira (2017).
[151] Leão (1975), p.305-327.
[152] Cameron (2014), p.15.

em língua portuguesa (com destaque para o Brasil[153]), quer na historiografia em língua castelhana. Aqui destacam-se os trabalhos recentes de Arsenio Dacosta[154], que procura entender a construção da imagem de personalidades da nobreza de Castela na CDF; o trabalho de Luiz Gallardo[155] que procura mostrar a visão hispânica sobre a CDF e o importante trabalho de Nestor Montes[156] que analisa como a dinastia de Trastâmara construiu a imagem de D. João I, a partir de Pero López de Ayala, para os seus fins de legitimação, sublinhando como a imagem de D. João I alterna entre uma apreciação positiva ou negativa conforme os complexos jogos políticos na Casa de Trastâmara.

Noutro âmbito, procura-se estudar a Idade Média espanhola através da sua interligação com a história portuguesa, pois nesta época as histórias de Portugal e Castela estão umbilicalmente ligadas, pelos laços familiares das casas reais e da nobreza dos dois lados, sendo que esta última frequentemente tinha lealdades sobrepostas, devido à esta intensa teia de ligações. Não se pode entender a crise dinástica de 1383-1385 sem entender a anterior política de Henrique II, nem se pode entender a política de Juan I sem entender o desastre que constituiu a sua derrota em Aljubarrota. Assim sendo, o estudo das famílias da nobreza ibérica e a sua importância na política dos reinos peninsulares foi um campo de estudo que ganhou importância nos últimos anos, sendo exemplos disso os trabalhos de José Augusto Pizarro[157], os trabalhos de Paz Portilla[158] e de Isabel Beceiro Pita.[159]. O estudo da crise dinástica de 1383-1385 (e por arrasto de Fernão Lopes) insere-se nesta tendência crescente de aproximação historiográfica de Portugal e Espanha. Neste ponto, surgiram importantes trabalhos que estudam os cronistas que descreveram a crise

[153] Destacamos aqui os trabalhos de Clinio do Amaral sobre a temática do Infante Santo e a construção literária da sua lenda. Sendo o Infante um dos membros da Ínclita Geração, Clinio do Amaral aponta como a sua história de martírio foi construída para legitimar a Casa de Avis, ver Amaral (2009), p.26. Ver também Amaral (2008) para mais detalhes sobre a questão.
[154] Dacosta (2015), passim.
[155] Gallardo (2012), passim.
[156] Montes (2018), p.2-3.
[157] Sottomayor-Pizarro (2015), p.156-157. O autor aponta o fluxo de nobres entre as coroas ibéricas por entre os séculos XII a XV, impelidos sobretudo pelas guerras feudais, frisando o carácter recorrente que este fenómeno assume durante a Idade Média ibérica.
[158] Portilla (1998), passim.
[159] Pita (2006), passim.

dinástica de 1383-1385, sob diferentes prismas. R. P. Santos[160] estudou as representações aristocráticas em Pero López de Ayala e Fernão Lopes, sendo de sublinhar o estudo de Ayala, um cronista pouco estudado ainda na historiografia lusa. Valdaliso-Casanova[161] estudou os episódios "apócrifos" que Fernão Lopes não incluiu na CDP e também[162] uma possível historiografia favorável a D. Pedro I de Castela que terá desaparecido, sendo este tema crucial para a questão das fontes que Fernão Lopes usou para os relatos do rei castelhano na CDP.

Na historiografia portuguesa de destacar a tese de Dora Luís sobre a CDP[163] e o importante artigo de Maria do Rosário Ferreira[164] sobre uma lenda que corria na literatura castelhana e que Fernão Lopes terá usado para a construção da imagem de Inês de Castro. Também de ressalvar o artigo de Emanuel Guerreiro sobre as estratégias narrativas de Fernão Lopes para criar credibilidade no público.[165]

Há escassos meses, a Faculdade de Letras do Porto organizou uma conferência intitulada *Reis Antigos Em Folios Novos: A História Fiscal Em Fernão Lopes*[166], que permitiu explorar os dados económicos que Fernão Lopes aponta na trilogia, tentando perceber não só a fiabilidade dos dados económicos, como a situação fiscal portuguesa à época em que o cronista escreve. Isto expande a temática lopesiana para o campo da história económica medieval portuguesa, permitindo o relançamento de um campo de estudo que nem sempre tem suscitado atenção recentemente.

---

[160] Santos (2017). Amado (1997), p.19 também frisou a existência de poucos trabalhos sobre Ayala em Portugal.
[161] Valdaliso-Casanova (2017a). Este é um tópico ainda pouco abordado na historiografia, excepção feita, além de Valdaliso-Casanova, ao trabalho de Filipe Alves Moreira (2017), pelo que é de salientar a existência de trabalhos que procurem clarificar uma das questões mais debatidas de Fernão Lopes, que são as fontes que usou (e que potencialmente descartou) como estas histórias.
[162] Valdaliso-Casanova (2017b), passim.
[163] Luís (2004).
[164] Ferreira (2014).
[165] Guerreiro (2010).
[166] Henriques (2019).

Capítulo 3. – A CDP de Fernão Lopes:

3.1. Feitura e trajectória:

A CDP é a obra que abre a trilogia de Fernão Lopes. O autor fora incumbido por D. Duarte da tarefa de escrever as crónicas dos reis de Portugal até D. João I. A primeira edição impressa da CDP foi a edição do Pe. José Pereira Baião em 1735.[167] Esta edição foi reeditada em 1760.[168] Seguiu-se a edição de Francisco Aragão Morato em 1816[169] que foi reeditada em 1925. A estas edições seguiram-se as edições de Luciano Cordeiro em 1895 e de Damião Peres em 1932, tendo esta última sido reeditada por duas vezes, em 1965 e 1986. [170]A primeira edição crítica é a de Giuliano Macchi em 1966,[171] seguindo-se a edição de Borges Coelho[172] em 1977.

A CDJ foi impressa pela primeira vez em 1644.[173] A CDF foi editada a primeira vez em 1816 por Francisco Aragão Morato.[174]

Há actualmente 48 códices da CDP, dos quais 29 datam do século XVI e 15 do século posterior. Apenas 4 dos códices conhecidos podem datar dos finais do século XV ou quiçá dos inícios do século XVI.[175]

---

[167] Baião (1735).
[168] Amado (1991),p.41.
[169] Ibid, loc.cit.
[170] Ibid, loc.cit.
[171] Giuliano Macchi editou em 1966 a CDP naquilo que Teresa Amado considerou ser a primeira edição crítica desta obra. Em 2007 a INCM reeditou a edição de Giuliano Macchi de 1966 agora com edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi, notas e revisão de Teresa Amado e tradução de Clara Rowland do italiano para português. A edição de Giuliano Macchi foi também reeditada com tradução francesa por Jacqueline Steunou (1985), ver Amado *In* Lopes (2007), p.IX.
[172] Lopes (1977a).
[173] Amado (1997), p.58.
[174] Amado (1991), p.41.
[175] São respectivamente "Ta", "Na", "Lb", "Th". Aqui reportamo-nos à terminologia usada na edição de 2007 da CDP que usamos como base. O códice "Th" foi adicionado por Amado à edição de 2007, pois não constava da edição de Macchi de 1966, ver Amado *In* Lopes (2007), p.XI. Para uma análise hermenêutica mais profunda, nomeadamente para aspectos como as variações nos manuscritos, a sua datação e localização sugerimos ler a Introdução de Giuliano Macchi e Teresa Amado *In* Lopes (2007),p. XII-XXXV.

3.2. As estratégias narrativas e as fontes na CDP

«…onde a ambiguidade, quando existe, não é imprecisão de pensamento, mas um desafio constante à imaginação do leitor e à sua argúcia crítica.»[176]

O talento literário de Fernão Lopes é um traço que emerge em toda a sua obra. O cronista é um escritor extremamente sofisticado, capaz de incutir emoção e suspense à acção, ao mesmo tempo que escreve de uma forma que cria intimismo com o leitor. Este intimismo é criado pelo constante diálogo de Fernão Lopes com o leitor, através de frases como «nom fazemos mais longo processo por nom sabermos quanto prazeriom aos que as ouvissem.»[177] Fernão Lopes sistematicamente convida o leitor a interpretar por si os factos que descreve, como nos capítulos XXXVII, XXXVIII, XXXIX da CDP[178] que descrevem a questão do eventual casamento de Inês de Castro e D. Pedro.

O autor fez uso de várias estratégias de escrita, para criar uma obra simultaneamente credível, apelativa e de alto valor literário. A estratégia narrativa de Fernão Lopes assenta nas seguintes estratégias literárias: a metáfora, a alegoria, a analepse, o tom exclamativo, o entrelaçamento, o providencialismo, o intimismo, o suspense, a emoção, a psicologização profunda das personagens, o forte nexo causal dos acontecimentos, a *kaiserkritik*, a ambiguidade deliberada da linguagem, o estilo críptico, o espelho de príncipes e de nobres, os *exempla*, o diálogo com o leitor e as frases de ligação. A

[176] Rebelo (1983), p.129.
[177] Lopes (2007), cap, V, 26.
[178] Lopes (2007), cap.XXXVII-XXXIX p. 123-135.

metáfora, a analepse, o entrelaçamento, o tom exclamativo, as frases de ligação e o providencialismo conferem à obra emoção, ritmo e beleza. A psicologização das personagens, o constante diálogo com o leitor, os sonhos proféticos conferem intimismo à trilogia, com o cronista querendo como que transportar o leitor para os episódios descritos. O intimismo e o diálogo com o leitor estão entre os traços mais idiossincráticos da escrita lopesiana. Os outros traços idiossincráticos e que conferem à trilogia um cariz raro na sua época são as estratégias de crítica velada, nomeadamente a *kaiserkritik*, a ambiguidade na linguagem e a escrita críptica. O autor usa também os *exempla*, os espelhos de príncipes e de nobres para veicular determinadas ideias e valores.

A metáfora e a alegoria estão presentes nas célebres passagens que Fernão Lopes dedica a Lisboa na CDJ.[179] O entrelaçamento, a analepse e os sonhos proféticos são estratégias usadas também no romance arturiano, do qual Fernão Lopes colheu influências. O tom exclamativo é algo a que recorre, em momentos em que comunica intimamente com o leitor, como quando descreve o cerco de Lisboa, parecendo quase querer transportar o leitor para a acção, descrevendo de forma vívida os horrores por que passam os lisboetas.[180]

Pela sua capacidade de psicologizar as personagens, pelo seu nexo de causalidade, pela sua capacidade de expor a complexidade humana, pela sua astúcia na composição da trilogia, onde cria uma obra coerente ao nível temático e estrutural e que consegue ao mesmo tempo ter um alto nível literário, Fernão Lopes é um historiador na moderna acepção do termo.

A questão da parcialidade ou não de Fernão Lopes radica no eterno debate sobre o que é ou não a imparcialidade. Luís Rebelo afirma que não obstante algumas partes panegíricas da sua obra, Fernão Lopes não esconde as fragilidades das personagens que

---

[179] Mário Martins dá como exemplo a equiparação de Nun'Álvares e D. João I a S. Pedro e Jesus, respectivamente, ver Martins (1975), p.252.

[180] «Ó que fremosa cousa era de ver, hu tam alto e poderoso senhor como he elRei de Castela, com tanta multidom de gentes …ter cercada tam nobre cidade! E ela assi guarnecida…com taes avisamentos por sua guarda e defemsom!», Lopes (2017), cap. CXV, p.211. Neste tipo de passagens sobre o cerco ecoam as histórias bíblicas dos cercos que os israelitas sofrem. Para a questão da influência da Bíblia em Fernão Lopes ver Martins (1979), p.75-78.

louva, tendo honestidade intelectual, logo não se deve procurar diminuir a sua obra.[181] O autor defende que o panegírico é usado para fazer uma pedagogia, procurando os pontos positivos das personagens, de modo a exaltar um grupo de valores. Sendo assim, a noção de parcialidade é uma questão complexa. Teresa Amado[182] entende que a historiografia lopesiana se extremou por vezes em dois campos opostos, um onde se defende que Fernão Lopes é imparcial, outro onde se defende que é parcial, não parecendo haver por vezes uma posição intermédia. A autora coloca-se numa posição de equilíbrio, defendendo que a noção de verdade é algo subjectivo, mas que a procura pela imparcialidade é, em última análise impossível, pois nenhum autor escapa aos seus quadros mentais.

Luís Rebelo[183] aponta que Fernão Lopes tem três planos na sua obra: o ético-político; o jurídico; o providencial. No primeiro plano, há 4 temas: a isonomia, o cumprimento da lei do reino, a legitimidade governativa e por fim o patriotismo. No segundo plano, Fernão Lopes fala sobre a hereditariedade senhorial na sucessão.[184] No terceiro plano, Fernão Lopes defende o interesse nacional aos interesses do grupo e por arrasto, acaba a defender a exclusão dos não-nacionais do poder.[185]

Dentro do plano de escrita, A. J. Saraiva[186] defende que Fernão Lopes faz coincidir o tempo em que vive com o tempo da narrativa que descreve, criando uma analogia narrativa entre os eventos da revolução de 1383-1385 e a crise da regência que Fernão Lopes viverá. Recordando que a CDP data de 1434, Borges Coelho afirma que não é despiciendo sugerir que Fernão Lopes, ao descrever as virtudes de acumular tesouros como faziam os antigos reis, em essência critique as aventuras militares numa altura em

[181] Rebelo (1982), p.133-134.
[182] Teresa Amado *In* Gil (2015), p.97.
[183] Rebelo (1983), p.18.
[184] Rebelo (1983), p.28. Luís Rebelo acrescenta que foi A. J. Saraiva o primeiro a chamar a atenção para este plano, tendo apontado outro, o providencial.
[185] Rebelo (1983), p.27. Note-se como Pero López de Ayala também sugere, de certa forma, a exclusão dos não-nacionais do poder, quando descreve os debates que se dão no reinado de D. Juan I, em que se defende a ideia que os cargos de relevância devem estar nas mãos dos naturais do reino, como Ayala se lhes refere, ver Ayala (1991d), p.670-671. Conquanto Ayala pertença ao grupo nobiliárquico e a sua obra reflicta sobretudo os interesses do seu grupo, não deixa de ser motivo de nota esta coincidência de posição dos dois cronistas sobre a questão nacional.
[186] Saraiva (1960), p.15-17.

que se vivia as preparações para a expedição a Tânger.[187]

A CDP aborda o reinado de D. Pedro I de Portugal. Divide-se em 44 capítulos mais o Prólogo. Em alguns manuscritos surgem histórias apócrifas apensas à CDP, que não foram incluídas por Fernão Lopes.[188]

Os capítulos podem dividir-se em sete temáticas: 1) a diplomacia externa de D. Pedro I de Portugal; 2) a política monetária de Pedro I de Portugal e de Pedro I de Castela); 3) a justiça de Pedro I de Portugal; 4) as guerras e reinado de Pedro I de Castela; 5) o cariz folgazão de D. Pedro de Portugal; 6) a temática inesiana (que se divide entre a questão do hipotético casamento com D. Pedro, a execução dos assassinos e a trasladação); 7) o Mestre de Avis.[189]

Tabela 1 [190]

[187] Borges Coelho *In* Lopes (1977a), p.29.
[188] No manuscrito Af da CDP, cf. Lopes (2007), p.XIV, diz-se o seguinte «Deste Rey Dom Pedro contão alguas couzas, e affirmão por muy certas dado cazo que o Coronista as nom conte» e no manuscrito Tb, por exemplo existe a mesma citação, cf. Lopes (2007), p.XXX. É uma eventual referência a estas histórias apócrifas que Fernão Lopes não incluiu na CDP. Falaremos desta questão mais à frente.
[189] Adoptamos esta terminologia para facilitar a organização temática da obra.
[190] A fonte para estes dados é a CDP, mas a edição da tabela é da nossa autoria.

Temáticas (7)	1) Diplomacia externa de D. Pedro I	2) Política monetária	3) Justiça de D. Pedro I	4) Guerras e reinado de D. Pedro I de Castela	5) Cariz folgazão de D. Pedro	6) Temática inesiana	7) O Mestre de Avis
Capítulos (44)	II, III, XV, XXIV, XXX, XXXI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII	XI, XII, XIII	IV, V, VI, VII, VIIII, IX, X, XXX, XXXI	II, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXX, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLII	I, XIV	XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIV	I, XLIII
Nº de capítulos	11	3	9	25	2	6	2
Percentagens (arredondadas)	25%	6%	20%	59%	4%	13%	4%

Fonte: Lopes, Fernão – Crónica de D. Pedro. 2ª ed. Ed. de Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

Na 1ª temática incluem-se os capítulos II, III, XV, XXIV, XXX, XXXI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI e XLII. Na 2ª incluem-se os capítulos XI, XII e XIII. Na 3ª incluem-se os capítulos IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XXX e XXXI. Na 4ª incluem-se os capítulos II, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XIII, XXIV, XXV, XXVI, XXX, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL e XLII. A 5ª é composta pelos capítulos I e XIV. A 6ª compõe-se de seis capítulos, respectivamente XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XLIV. O último grupo compõe-se de dois capítulos, o capítulo I e XLIII, respectivamente o primeiro e penúltimo

capítulos.

Há uma sobreposição temática em alguns dos capítulos. O capítulo I é um resumo do reinado de D. Pedro I, em que Fernão Lopes procura enunciar as principais virtudes e traços marcantes do rei e da sua política. Contudo, acaba a introduzir a temática do Mestre de Avis, contando a sua ascendência e criação. [191] Também aborda a 5ª temática quando descreve o cariz alegre e caçador do rei e afirma que «El era muito viandeiro, sem seer comedor mais que outro homem, que suas salas eram de praça em todos logares per onde andava fartas de vianda em grande abastança.».[192] Os capítulos XXX e XXXI (que descrevem o processo de extradição e execução dos assassinos de Inês de Castro), também abordam a política interna de Pedro I de Castela, pois a extradição fez-se em troca de dissidentes do rei de Castela, que Pedro I entregou ao sobrinho.[193] Estes capítulos também abordam por arrasto a temática inesiana, que constituiu o móbil de Pedro I para executar os presos e também a temática nº 1, ao descrever os acordos de extradição entre Pedro I e o seu sobrinho. A temática nº 7 tem apenas um capítulo que lhe é inteiramente dedicado, o XLIII, onde Pedro I arma D. João como cavaleiro e lhe dá o mestrado de Avis. Também descreve o sonho profético de Pedro I sobre o filho, tema de importância crucial na concepção ideológica da obra de Fernão Lopes. Cruza-se com o capítulo I, que aborda no final o surgimento de D. João I.

O reinado de Pedro de Castela (temática nº 4) é também abordado no capítulo XIII, onde se descreve a sua política monetária.[194] A temática nº 1 cruza-se com a temática nº

---

[191] Lopes (2007), cap. I, p.9.

[192] Ibid, cap I, p.7. Fernão Lopes também destaca neste capítulo as constantes deslocações de Pedro I, sobretudo movidas pelo desejo de aplicar justiça, ver Ibid, cap. I, p.8. Galego et. al. (1988), p.55 apontam que as deslocações podem ter como móbil o gosto pela caça, pois muitas das localidades visitadas são áreas cinegéticas. Para um mapa das localidades que Pedro I visitou, ver Galego et. al., op.cit., p.15.

[193] Lopes (2007), caps. XXX e XXXI, p.137-145.

[194] Lopes (2007), cap. XIII, p.55-57. Nesta temática da política monetária optamos por autonomizar dos respectivos reis esta questão, unindo as descrições das respectivas políticas monetárias num só tema "política monetária" e não agrupá-la conforme os reis pois entendemos que este tema ganha uma grande relevância na obra do cronista, sendo um tema autónomo em si, não um tema dependente da personagem do rei. Se a temática inesiana, por exemplo, é uma questão específica de Pedro I, já a preocupação com as finanças do reino é em si uma questão autónoma em Fernão Lopes, que o autor sempre destaca na trilogia, excepção feita à CDJ, obra que não concluiu e que termina em 1411. Logo, não concluindo a obra, não sabemos qual a avaliação que Fernão Lopes fez da política monetária de D. João I. De ressaltar que o autor deixa claro nas críticas que faz a D. Fernando I na CDF (e nos elogios que faz a D. Pedro I de Portugal na CDP, pelos motivos opostos), que considera uma boa gestão financeira uma gestão que se paute por uma

4 no capítulo XV, onde se descrevem os acordos entre Castela e Portugal, com foco especial na questão do apoio português a uma hipotética guerra castelhana a Aragão[195] e nos capítulos XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XLI, XLII, onde se descrevem o exílio de Pedro de Castela em Portugal, o fracasso do pedido de apoio do rei de Castela ao tio Pedro I, a sua fuga para Inglaterra e o acordo de Pedro I de Portugal com Henrique de Trastâmara.[196]

A temática nº 3 constitui a imagem mais difundida de Pedro I, a imagem do rei justiceiro, onde Fernão Lopes descreve um conjunto de casos judiciais em que o rei actuou de forma implacável, aos quais se cruzam os capítulos XXX e XXXI, dedicados à extradição e execução dos assassinos de Inês de Castro e a política para o desembargo régio de D. Pedro.[197]

O Prólogo[198] constitui uma secção autónoma que Fernão Lopes destinou para tratar o tema da justiça de forma conceptual, como forma de intróito ao reino de D. Pedro, rei que se destacou pela política na área de justiça. Isto inseria-se na estratégia narrativa de

---

política fiscal justa, que não pressione em demasia o povo e também uma política que deixe os cofres do reino repletos. Considerando que a CDJ descreve um Portugal em estado de guerra com Castela, não seria possível a Fernão Lopes exigir uma política financeira ideal num cenário destes. Sendo assim, a menos que tivesse concluído a CDJ (podendo assim avaliar essa vertente do reino de D. João I, quando o reino estivesse concluído), do que se conhece da CDJ, Fernão Lopes não deu aí grande destaque à política económica de D. João I, apesar de Fernão Lopes alternar na CDJ partes laudatórias e partes mais críticas à política fiscal joanina. Quando na CDJ2 fala da origem das sisas, deixa antever de certo modo uma crítica subtil ao facto de elas existirem na altura em que escreve, pois não existiam dantes, ver Lopes (1977b), cap. CCII, p. 455. Estas críticas são alternadas com elogios que faz, onde torna claro que a política fiscal apertada que D. João I seguiu foi devido à guerra, para poder manter o reino livre de Castela, ao contrário do seu irmão, D. Fernando, que desbaratou o erário público em guerras sem proveito, ver Lopes (2017), cap. XLVIII-L, p.103-107. No capítulo CXLV descreve a política de gastos e a consequente estratégia fiscal para dotar a casa real de um séquito e casa à altura da sua dignidade, numa descrição neutral por assim dizer, pois se limita a descrever uma prática comum na altura, que era constituir casa conveniente aos reis, política que era tida como normal, ver Lopes (1977b), cap. CXLV, p.299-301. A política monetária é também abordada no capítulo L, ver Lopes (2017), cap. L, p.106-107. Assim sendo, a política monetária é um tema algo subalternizado na CDJ, onde Fernão Lopes não chega a concluir a sua apreciação, pois não termina a CDJ mas o tema fiscal ganha grande preponderância nas CDP e CDF, onde constitui uma das maiores razões de louvor a D. Pedro I de Portugal e uma das maiores razões de crítica a D. Fernando. Cruzando as descrições da política monetária da CDJ, apesar de a crónica em questão não estar completa, estamos em crer que Fernão Lopes apoiou no geral a política de D. João I nesta matéria, pois entendeu ser a única possível num cenário de guerra, conquanto nos pareça que pode não ter concordado com tudo.

[195] Lopes (2007), cap. XV, p.59-61.

[196] Lopes (2007), caps. XXXVII, XXXVIII, XXXIX, p.167-177; Lopes (2007), caps.XLI-XLII, p.183-186.

[197] Lopes (2007), cap. IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, p.19-45; Lopes (2007), cap, XXX e XXXI, p.137-145.

[198] Lopes (2007), Prólogo, p.3-6.

Fernão Lopes de sempre colocar as principais características do rei no início da crónica, de forma a inculcar de imediato uma imagem forte do reinado no leitor, antes sequer de começar o primeiro capítulo. Nesta questão, Fernão Lopes diferiu de autores anteriores como Pero López de Ayala, que colocavam essas descrições no fim.[199] Curiosamente, apesar da descrição de D. Pedro I como gago, caçador[200], folgazão na CDP, é Faria de Sousa que nos dá o primeiro retrato físico mais preciso do rei, descrevendo-o como ruivo, com olhos negros, grande e cabelo comprido.[201]

Analisando este quadro complexo observa-se que a temática nº 4, que versa sobre o reino de Castela, ocupa 25 capítulos dos 44, ou seja 56%. [202] Segue-se a temática nº 1 que ocupa 11 capítulos, ou seja 25% da obra. A temática nº 3 abrange 9 capítulos, correspondendo a 20%. A temática nº 6 engloba 6 capítulos, correspondendo a 13%. A temática nº 2 agrupa 3 capítulos, ou seja 6% e as temáticas nº 5 e nº 7 incluem dois capítulos cada, correspondendo a 4%.

Daqui se infere a importância dada ao reinado de D. Pedro I de Castela, que ocupa mais de metade da crónica. Isto deve-se quer à falta de fontes para o reino, quer ao facto de que, como Fernão Lopes aponta, ser vital explicar as guerras de D. Pedro de Castela para entender futuramente as guerras fernandinas na CDF.[203]

As relações diplomáticas de D. Pedro I de Portugal são o segundo grupo mais

---

[199] Veja-se a descrição que Ayala faz das características políticas e também um retrato físico do rei Henrique II aquando da sua morte, Ayala (1991c), 506-507.

[200] O PO de João de Salisbúria aponta a caça como uma prática nefasta dos reis, logo pode haver aqui uma ambiguidade de Fernão Lopes nesta descrição. Desenvolveremos esta questão mais à frente.

[201] Pimenta (2007b), p.168-169. A autora acrescenta que omitir a descrição física não era comum, logo interroga-se o porquê desta omissão, especulando se tal não se deverá à atribulada vida do rei.

[202] Incluímos aqui os capítulos com temáticas sobrepostas para que se possa calcular com real precisão a percentagem que a obra dá a cada tema. As percentagens são arredondadas.

[203] «…e nós falar desto podíamos bem escusar, por taaes cousas seerem feitos de Castela e nom de Purtugall, pero, nom embargando isto, por satisfazer ao desejo destes, des i porque nos parece que nom avendo alguua noticia das crueldades e obras deste rrei dom Pedro de Castella nom podem bem viir em conhecimento qual foi a razom porque el depois fogio de seu rreino e se viinha a Purtugall buscar ajuda e socorro, e como depois de sua morte muitos logares de Castela se deram a el-rrei dom Fernando…porém faremos de todo huu breve fallamento…», ver Lopes (2007), cap. XV, p.67. Note-se aqui um dos traços mais idiossincráticos do estilo lopesiano, o profundo sentido causal dos acontecimentos com a correspondente concatenação dos vários eventos.

presente, consistindo estes capítulos em transcrições de cartas e de acordos diplomáticos, versando temas como a subida ao trono de Pedro I de Portugal, os possíveis acordos matrimoniais dos filhos de Pedro I de Portugal com as filhas de Pedro de Castela e planos de aliança de Pedro I de Portugal com Pedro I de Castela, em caso de guerra com Aragão; a extradição dos executores de Inês de Castro, por troca com inimigos de Pedro de Castela radicados em Portugal; a tentativa de exílio de Pedro de Castela em Portugal, o fracasso desta tentativa e a sua ida para Inglaterra; a aliança de Pedro I com Henrique de Trastâmara, num implícito reconhecimento deste como rei por parte de Pedro I de Portugal.

A justiça é o 3º tema mais abordado, sendo contudo a imagem mais forte que Fernão Lopes transmite do rei. Os primeiros dois temas não versam tanto sobre a imagem do rei, focando-se sobretudo no reinado de Pedro de Castela e nas relações diplomáticas deste com o tio. É no capítulo da justiça que a imagem de Pedro I sai destacada. Por isso, é bom recordar que numa obra literária, mais do que quantidade, importa destacar os temas centrais da obra. Atente-se nisto. Há três imagens que são fortemente associadas a D. Pedro I: a boa política monetária; os amores com Inês; a imagem justiceira. A política monetária foi em certa medida secundarizada nos últimos dois séculos, tendo sido sobretudo um factor de popularidade do rei na comunidade de historiadores e mesmo aí aparece não raro algo secundarizada como tema de estudo por contraponto ao debate interminável sobre o hipotético casamento de D. Pedro com Inês ou a política de justiça deste rei. Estes dois temas são ainda mais difundidos recentemente com a explosão do género literário de romance histórico, que volta a revitalizar para as novas gerações a imagem de D. Pedro como enamorado de Inês e como um justiceiro.

Assim, em nosso entender, a imagem de D. Pedro I tem dois planos na CDP. Num primeiro plano, na obra em si, para o cronista a imagem, do rei é marcada por esses três temas. Contudo, num segundo plano, a posteridade extrai da CDP sobretudo a temática inesiana e o justiceirismo. Foi apenas na comunidade historiográfica que uma terceira característica de D. Pedro, a boa política monetária se preservou. Na população em geral, essa imagem não se difundiu grandemente. As duas imagens que mais fortemente as

massas associam à imagem de D. Pedro I são: a imagem de justiceiro; os amores com Inês de Castro. Estes dois temas juntos perfazem 33% da obra, mas são cruciais na imagem posterior do rei. Se a estes juntarmos a política monetária, então estes três temas ocupam cerca de 40% da obra. Outro aspecto é o grande peso dado ao reinado do rei D. Pedro de Castela. O reinado de D. Pedro de Castela é sobretudo crucial para entender as seguintes crónicas da trilogia, a CDF e CDJ. Contudo, para o reinado de Pedro I de Portugal, a sua condução da justiça e os amores com Inês são vitais para entender os acontecimentos da CDP. O próprio Prólogo da CDP enquadra a crónica na perspectiva de justiça, elevando este conceito a virtude suprema.[204] A temática inesiana abre e fecha a CDP por assim dizer. Alude-se à relação com Inês ainda no Capítulo I[205], omitindo-se D. Constança e apenas mencionando D. Teresa Lourenço, mãe de D. João I e fecha-se a crónica com a trasladação de Inês de Castro para o Mosteiro de Alcobaça e a morte do rei, como que unindo os dois após a morte.[206] A temática inesiana é também relevante para a CDF e CDJ devido às implicações que um possível casamento entre Pedro I e Inês de Castro teria na querela sucessória abordada nas Cortes de Coimbra. Fernão Lopes procura expor os argumentos de ambos os lados da questão, descrevendo a declaração pública de D. Pedro em como havia casado com Inês de Castro, as corroborações das testemunhas arroladas pelo rei, ao mesmo tempo que procura desmontar subtilmente essa hipótese, através de uma argumentação que ecoa o que mais tarde João das Regras dirá nas Cortes de Coimbra de 1385.[207]

A temática nº 7, apesar de ter apenas dois capítulos, possui uma importância crucial para o objectivo da CDP, que é preparar a legitimação de D. João I. Note-se como o Mestre de Avis é mencionado logo no Capítulo I, ao passo que D. Fernando é omitido, apesar de ser o próximo rei na trilogia e o segundo capítulo que aborda o Mestre de Avis

[204] «Justiça he huua virtude que he chamada toda a virtude…», Lopes (2007), Prólogo, p.4.
[205] Lopes (2007), cap. I, p.9.
[206] Note-se o título do capítulo XLIV, o último da CDP «Como foi trelladada dona Enes pera o moesteiro d' Alcobaça e da morte del-rrei dom Pedro», ver Lopes (2007), cap. LXLIV, p.195-198. Há uma intenção de unir os dois na morte, relatando-se a morte do rei juntamente com a trasladação de Inês, facto tanto ou mais sublinhado pela forma como começa este capítulo «Porque semelhante amor qual el-rrei dom Pedro ouve a dona Enes rraramente he achado em alguua pessoa…», Lopes (2007), cap XLIV, p.195.
[207] Lopes (2007), caps. XXVII, XXVIII, XXIX, p.123-135; Lopes (2017), cap.CLXXXIII-CLXXXVII, p.351-365.

é o penúltimo e que antecede a morte do rei. Ou seja, o Mestre de Avis é destacado pouco antes de se relatar a morte do pai, como que sugerindo que é ele o sucessor, apesar de ser o irmão D. Fernando o herdeiro natural de D. Pedro.

As fontes para a trilogia são fundamentalmente de três âmbitos, oficiais, literárias e orais. No que toca às fontes oficiais elas compõe-se respectivamente de: chancelarias, correspondência diplomática, leis, capítulos de cortes e registos notariais.[208] As fontes orais compor-se-ão de testemunhos, quer directos, quer indirectos e de lendas. Fernão Lopes nasceu quase 20 anos após a morte de D. Pedro. Ainda jovem terá convivido com pessoas que viveram no reinado de D. Pedro, além das lendas que já correriam sobre o rei nessa altura. Os episódios de justiça que descreve, nomeadamente com detalhes de intimismo que sugerem fortemente o recurso a testemunhas directas dos acontecimentos, acentuam a hipótese de as fontes orais terem sido uma das fontes primordiais para os casos judiciais que descreve. Episódios como os de Afonso Madeira,[209] escudeiro a quem o rei mandou castrar por se ter envolvido com uma mulher casada, descrevem detalhes como o nome dos envolvidos, os inícios e concretização do caso amoroso, o fim de Afonso Madeira, com detalhe tal que sugere um testemunho directo ou um testemunho em segunda mão, de alguém descendente de quem presenciou o caso. Dada a posição social dos envolvidos, a corte será a origem deste testemunho, que terá partido de quem conheceu em pessoa os envolvidos, ou um seu descendente de 1ª geração. O caso de Maria Rrousada por seu turno terá uma origem mais popular, provavelmente as lendas que já então envolveriam o rei. Os detalhes que Fernão Lopes aponta, nomeadamente a referência recorrente aos nomes dos envolvidos, salvo alguns casos, sugerem também que consultou actas processuais da justiça.

As fontes literárias são compostas na maioria por crónicas e tratados morais e políticos da Antiguidade Clássica e da Patrística, as Escrituras e o romance arturiano.[210] Aqui podemos distinguir entre fontes e modelos, ou seja as obras e volumes que cita de

[208] Russell (s.d.), passim.
[209] Lopes (2007), cap. VIII, p.35-37.
[210] Russell (s.d.), p.7-8; Borges Coelho *In* Lopes (1977a), p.15.

forma clara (fontes) e as obras que indirectamente usa, quer por referências indirectas, quer como modelos de inspiração narrativa (modelos). As fontes propriamente ditas são Pero[211] López de Ayala; a CC; a CP1419; Santo Agostinho; a Bíblia; autores clássicos como Beda, Eusébio, Séneca, Cícero; uma literatura de pendor cronístico[212]; Egídio Romano.[213] Os modelos são a *Estória do Santo Graal*, o *Policraticus* de João de Salisbúria, os *Livros dos Macabeus* e as *Lamentações* na Bíblia. Estes últimos tanto são fontes como modelos, porque se em alguns casos cita directamente estes livros como fontes da matéria que aborda, em outros momentos são modelos que usa para a construção narrativa e que ecoam nas passagens do cerco de Lisboa e nos sermões de cariz parenético.

Pero López de Ayala é a maior fonte de Fernão Lopes para a matéria castelhana na trilogia.[214] Na CDP, o cronista castelhano[215] é a grande fonte da matéria sobre Pedro de Castela, apesar de haver por vezes disparidades entre Fernão Lopes e Pero López de Ayala no tocante a esta matéria. Certos episódios como a filha de Henrique de Trastâmara[216] presa por Pedro de Castela no meio de feras; o diálogo de Pedro I de Castela com o seu tesoureiro-mor Samuel Levi[217] sobre como proceder em matéria de política monetária e fiscal; certos detalhes do exílio temporário de Pedro de Castela em Portugal,[218] não surgem em Pero López de Ayala mas surgem em Fernão Lopes, que dista temporalmente do cronista castelhano quase 50 anos. Ayala nasceu por volta de 1332 e morre por volta

[211]Ainda que o cronista não mencione directamente o nome de Ayala, é ele o alvo predilecto do ataque cerrado às fontes castelhanas no Prólogo da CDJ e ao longo de quase toda a trilogia.
[212] Apesar da estratégia do autor em não revelar concretamente as suas fontes, refere várias vezes que usa cronística ibérica contemporânea aos factos que descreve e que hoje estará perdida. Alude a isso em vários momentos, quando diz por exemplo, que sobre o rei D. Pedro I « Screvem alguus louvando este rrei dom Pedro…», Lopes (2007), cap. XV, p.63. Ou as referências sistemáticas ao Doutor Christophorus ou à crónica perdida de Martim Afonso de Mello «E digamos logo de Martim Affonsso de Meello, na cronica que d'estes feitos compôs…», Lopes (2004), cap. XLVII, p.157.
[213] Ver página 66 da dissertação sobre o uso deste autor por Fernão Lopes.
[214] Contudo Amado (1997), p.178-186 aponta a hipótese de Fernão Lopes ter tido acesso a outras fontes castelhanas que hoje poderão estar perdidas. Froissart é para Amado, op.cit, p.206 uma fonte a excluir das possíveis fontes dado que Fernão Lopes não citou os seus dados militares.
[215] Ayala (1991b).
[216] Lopes (2007), cap. XXXIX, p.177.
[217] Lopes (2007), cap. XIII, p.55-57.
[218] Lopes (2007), caps. XXXVII, XXXVIII p. 167-177.

de 1407.[219]

Se em parte tais discrepâncias podem ser explicadas à luz de que os dois cronistas tratam reis diferentes e por isso, têm propósitos distintos, casos há que geram alguma surpresa. Fernão Lopes destaca com muito mais violência os detalhes cruéis de Pedro I de Castela do que Pero López de Ayala. Por exemplo, compare-se a execução do infante D. Fradique, Mestre de Santiago, nos dois cronistas. Na CDP[220] a morte é descrita não poupando em requintes de malvadez, tentando Fernão Lopes sugerir que Pedro de Castela matou o próprio irmão sem remorsos, de forma cobarde e à traição, além do que planeava já matar o seu outro irmão D. Tello e o seu primo, o infante D. João de Aragão. Contudo, em Pero López de Ayala esta morte é descrita de forma muito mais sucinta e seca por assim dizer, sem a emoção e os detalhes de Fernão Lopes. Em teoria, Pero López de Ayala, que escrevera a *Crónica de D. Pedro I de Castela* para legitimar o seu derrube pelo irmão Henrique de Trastâmara, teria muito mais interesse em detalhar esta morte que retratava o rei castelhano como cruel, sádico, perjuro e fratricida. Contudo, é Fernão Lopes que descreve de forma mais acusadora esta execução. Esta diferença na descrição das execuções de D. Pedro de Castela manter-se-á entre os dois cronistas. Isto coloca algumas questões.

Por um lado, Fernão Lopes quereria desenhar um retrato de Pedro I de Castela como um louco sádico, que matava de forma gratuita e perversa, o que é conseguido com o padrão de descrições das execuções que mostram sempre Pedro I de Castela premeditando, por motivos torpes, quando não de forma gratuita, as execuções de altos nobres, dos próprios irmãos e dos conselheiros mais chegados. Contudo, coloca-se aqui a questão das fontes que Fernão Lopes consultou. Estas descrições não surgem em Ayala quando este escreve as *Crónicas de D. Pedro I de Castela* e de *D. Henrique II* décadas antes de Fernão Lopes escrever a sua trilogia. Donde Fernão Lopes extraiu estas histórias e detalhes? De uma literatura hoje perdida?

---

[219] Ayala (1991e), p.XCV-XCVI. Santos, (2017), p.38-39 aponta que Pero López de Ayala, devido à ascendência nobre possui um registo biográfico muito mais completo do que Fernão Lopes, que tem uma origem mesteiral e por isso os dados da sua vida são desconhecidos em boa medida.
[220] Lopes (2007), cap. XX, p. 93-96.

Por outro lado, Fernão Lopes omite dados que não encaixem na narrativa que defende, como quando exclui o episódio, que está em Ayala, em que D. João I convida D. Juan I de Castela a tomar Portugal.[221] Ou quando Ayala menciona que D. Maria, mãe de Pedro I de Castela, é envenenada pelo pai, D. Afonso IV, desgostoso com rumores da sua conduta imoral.[222]

O facto de Fernão Lopes se ter baseado em Ayala para a matéria castelhana levou a que o cronista português defendesse a versão que este deu de D. Pedro de Castela. Contudo, Valdaliso-Casanova[223] aponta que existiu uma literatura favorável a D. Pedro I de Castela que ainda circularia no entre os séculos XIV e XVI e que depois desapareceu, restando hoje apenas traços dessa visão historiográfica em textos secundários que não a cronística. A autora chama a atenção para a necessidade de estudar esta questão em maior detalhe. Neste mesmo âmbito, Dora Luís[224] detalha como por exemplo, corriam histórias de que D. Branca, a noiva de D. Pedro de Castela, se envolveu com o irmão deste, D. Fradique e inclusive teve dele um filho quando estava a vir para Castela para casar com o rei. Esse terá sido o motivo para a rejeição da noiva por Pedro de Castela. Contudo, em Ayala nada disto é referido e é sugerido que D. Branca é uma jovem frágil e rejeitada pelo marido por este ter uma paixão por Maria Padilla. Fernão Lopes seguiu Ayala neste trecho e é esta a versão que nos chegou pelos dois cronistas. Contudo, em fontes secundárias, como o *Romancero general. O Romance de como la reina Doña Branca mujer del rey de Castilla Don Pedro, tuvo un hijo de su cuhado Don Fadrique* pode-se notar vestígios dessa literatura favorável a Pedro I de Castela.

Fernão Lopes não conheceu esta literatura castelhana favorável a D. Pedro de Castela? Por que razão seguiu Ayala nesta matéria? Haveria várias versões conflituantes sobre o reinado de Pedro de Castela e Fernão Lopes, contudo Fernão Lopes escolheu esta.

---

[221] Ayala (1991d), p.549-550. Ayala frisa que o Mestre de Avis foi o primeiro a escrever ao rei de Castela a pedir-lhe que viesse tomar o reino de Portugal.
[222] Ayala (1991b), p.178.
[223] Valdaliso-Casanova (2017b), passim.
[224] Luís, op.cit, p.138-141.

Dora Luís[225] sugere que a vontade de Fernão Lopes fazer uma simetria na vida de Pedro I de Castela e Pedro I de Portugal (ambos rejeitaram a esposa oficial por uma paixão extra-matrimonial), tenha levado a que o cronista tenha seguido a versão de Pero López de Ayala porque era a que mais se adequava à sua estratégia cronística. Essa estratégia procurava, através de contrapor dois amores adúlteros, a superioridade de D. Pedro I de Portugal sobre Pedro I de Castela, porque segundo a autora, ao passo que o rei castelhano é descrito como sendo devasso, Fernão Lopes sublinha a forte ligação que o rei luso teve com Inês de Castro.

Uma das explicações possíveis para estas discrepâncias entre as descrições de Fernão Lopes e Ayala poderá dever-se a diferentes posturas "ideológicas" por assim dizer perante a história, sobretudo atendendo ao momento em que escreviam. Fernão Lopes começou a escrever a CDP e a trilogia em 1434. Nessa altura, apesar das pazes com Castela estarem assinadas há anos, Castela ainda não tinha desistido de anexar Portugal. A Casa de Avis apostava grandemente a defesa da sua legitimação numa argumentação de que D. Fernando agira de forma errada aquando do Tratado de Salvaterra de Magos, pondo em causa a independência nacional. Além disso, o rei castelhano tinha violado o disposto nesses acordos, por isso nem esse tratado poderia ser válido para Castela reivindicar a coroa lusa. Além disso, Fernão Lopes irá associar D. Fernando com o perfil de um tirano, sobretudo na CDF.[226] Assim sendo, Fernão Lopes teria interesse em vincar marcadamente os perigos que aguardariam um país por ter à frente dos seus destinos um tirano e usa a imagem de D. Pedro de Castela como alerta desse perigo. Podendo ter as mesmas fontes que Ayala teve e que seriam uma literatura anti-Pedro de Castela, poderá ter descartado as fontes alternativas que dariam outra imagem do rei, mas que não vinculariam a imagem de tirano que quereria dar e que seria crucial quando na CDF e na CDJ irá defender o direito de D. João I a ser rei contra a "tirania" de Castela.

Já Pero López de Ayala poderia ter tido também as fontes que deram a Fernão Lopes os detalhes sobre a crueldade de Pedro I de Castela e que não constam das suas crónicas. Contudo, tendo sido um chanceler de Castela e sabendo de antemão pela sua experiência

[225] Luís, op.cit, p. 110.
[226] Ver as páginas 73-75 da dissertação onde iremos explicar em maior detalhe esta questão.

política que os jogos políticos não raras vezes levam a reviravoltas políticas inesperadas, pode ter pressentido que mais tarde ou mais cedo haveria uma reunificação das duas dinastias, a de Pedro I e a casa de Trastâmara, porque por norma os conflitos de natureza dinástica se resolvem através de acordos matrimoniais que unem ambas as partes em conflito. E assim sucedeu posteriormente no caso castelhano, com a união da casa de Trastâmara com a descendência de Pedro, o Cruel. Assim sendo, Ayala pode não ter querido levar tão longe as descrições de crueldade de Pedro, o Cruel, porque poder-se-ia chegar a um ponto a partir do qual não haveria retorno e onde a hipótese de reconciliação seria impossível. Um olhar mais atento às crónicas de Ayala denota já no autor, que escreve no século XIV e foi contemporâneo de Pedro, o Cruel (que inclusive serviu antes de desertar a favor do irmão D. Henrique), uma tentativa de reconciliação por vezes com Pedro, o Cruel. Assim, para evitar ferir uma hipótese de reunião das duas casas num futuro próximo, o cronista castelhano pode não ter querido extremar o retrato de Pedro I de Castela. Além do que a casa de Trastâmara assentou o seu poder num regicídio e fratricídio do rei deposto, além de D. Henrique ter pouco a legitimar a deposição de Pedro I além de uma acusação de tirano a este. Não haviam substancialmente grandes reivindicações, ou pelo menos com o grau de relevância que tiveram as reivindicações lusas contra D. Juan I aquando da crise dinástica. D. Pedro I fora deposto essencialmente pela nobreza que o detestava e acusava de tirania, mas mais nada. E não esquecer que sendo D. Henrique um bastardo, a sua legitimidade para suceder ao irmão poderia ser sempre posta em causa, porque quer as filhas de D. Pedro I de Castela, quer D. Fernando I de Portugal poderiam reivindicar o trono de Castela, podendo-se gerar um partido que advogasse que mesmo que Pedro I de Castela fosse tirano e devesse ser deposto, a coroa deveria ir para as suas filhas ou para o rei português. Assim sendo, com uma legitimidade questionável e, sabendo de antemão como os jogos políticos podem mudar de súbito as situações, Ayala terá querido deixar portas abertas para todo o tipo de hipóteses políticas futuras, e pode ter optado por uma postura de reconciliação, que se por um lado atacou na crónica o rei D. Pedro como tirano, por outro lado não tenha apesar de tudo extremado tanto o relato que ferisse qualquer intuito de união futura das casas, cenário esse que sanaria de vez a questão. Extremar o relato do Cruel poderia deixar uma questão em

aberto, que extremasse posições e levando a um interminável debate entre apoiantes e críticos do rei, alimentando indefinidamente partidos e facções em Castela e impedindo a pacificação do país. Se no futuro se decidisse reunir as duas casas (como veio a acontecer) Ayala deixou essa hipótese em aberto com uma postura mais comedida em relação ao Cruel.

Já Fernão Lopes, que escreve dezenas de anos depois de Ayala, tem um contexto distinto. A casa de Avis começou por legitimar-se à conta de retratar D. João I como a melhor (ainda que imperfeita) das soluções, e por sugerir que D. Fernando actuou por vezes como tirano e não raro ignorou o bem-estar e interesse do próprio povo. Além do que Fernão Lopes escolheu como um dos argumentos legitimadores da casa de Avis os conceitos de Evangelho português (um argumento de cariz teológico e independente da querela dinástica e que dá por si uma legitimação à nova dinastia). A isto juntou-se a defesa da ideia de que D. João reinou assente na vontade popular que não queria Portugal anexado a Castela. E já nos anos de 1430 em que Fernão Lopes escreve, Portugal anexou Ceuta e planeja já uma expansão norte-africana, tendo em vista a glória militar, que compensaria quaisquer eventuais fragilidades de legitimidade da nova dinastia.

Tendo assim vários factores de legitimação para a nova dinastia e não tendo que justificar um regicídio, como no caso castelhano dos Trastâmara, Fernão Lopes não necessitava de ser tão cauteloso nas descrições de Pedro de Castela. O crime de regicídio e de fratricídio é por si só uma questão delicada de tratar e de justificar numa crónica, ao qual acresce que à parte acusar o irmão de tirano, D. Henrique não tinha consigo nenhum programa político substancialmente diferente do do irmão, além de ter uma legitimidade para reinar em seu lugar que era dúbia à partida. Ayala tinha que ter cuidado com a questão de Pedro, o Cruel por conta da questão delicada de ter sido vítima de regicídio pelo seu sucessor.

Já para Fernão Lopes, esta questão pouco poderia importar. Dificilmente essa questão influiria nos jogos políticos internos de Portugal, apesar de ter sido o móbil de D. Fernando para atacar Castela, mas não era uma questão delicada para a cronística lusa como seria para a sua contemporânea de Castela. Nem Fernão Lopes nem a casa de Avis tinham que ter em vista, como provavelmente Ayala teria que ter, a noção de que a

qualquer momento se poderia arquitectar um matrimónio que reunisse as duas fações familiares de novo numa só casa. Assim, o cronista português pode ter tido mais liberdade para escrever estas descrições, tendo-se socorrido de lendas que correriam sobre o rei D. Pedro de Castela e de fragmentos cronísticos que falariam sobre o seu reinado. Terá sido assim que terá escrito os detalhes da morte do Mestre de Santiago com muito mais cor e crueldade do que a versão que consta em Ayala, ou a história curiosa da infanta D. Leonor, filha de D. Henrique, presa desde a infância com feras, uma história que tem um nítido cunho de lenda oral.

Ainda dentro da questão das fontes literárias castelhanas, Maria do Rosário Ferreira[227] aponta como uma possível fonte para a construção da imagem dos amores de Pedro I de Portugal e Inês de Castro, uma história castelhana que circularia nos séculos XIV e XV, na cronística do reino vizinho. Essa história retratava os amores de Afonso VIII de Castela com uma mulher judia. Tal romance, mal visto à luz da mentalidade da época, foi censurado na cronística do seu tempo. A derrota que este rei sofreu em Alarcos foi atribuída à ira divina, que decidira castigar o reino por conta do romance do rei com a mulher judia. Os conselheiros do rei decidirão matá-la, pois discordavam do romance. A autora afirma que Fernão Lopes usou esta história para construir uma imagem dos amores de Inês de Castro e D. Pedro como em última instância nefastos para o reino português, dados os problemas que causaram (guerra entre D. Afonso IV e D. Pedro). A autora alerta que antes da querela dinástica de 1383-1385, a imagem de Inês era a de que fora casada com Pedro I e assassinada por D. Afonso IV por motivos desconhecidos. Sendo assim, a imagem actual de Inês de Castro é uma construção dos séculos posteriores. [228] Para Maria do Rosário Ferreira, Fernão Lopes constrói a imagem dos amores entre Pedro I e Inês de Castro a partir desta história entre Afonso VIII e a judia de Toledo, apontando a natureza obsessiva do sentimento que Pedro I tinha por Inês de Castro. Esse amor obsessivo é para a autora um tema típico da literatura medieval, o amor cortês. Após o século XII, codifica-

[227] Ferreira (2014), p.1-5.
[228] Ferreira, op.cit, p.22

se literariamente o amor com um discurso mais próximo da medicina, sugerindo os efeitos nefastos que uma paixão louca possa provocar. Assim, segundo Maria do Rosário Ferreira, ao equiparar os amores de Inês de Castro e D. Pedro I de Portugal ao amor entre Afonso VIII e a judia de Toledo, Fernão Lopes procuraria mostrar a natureza louca e nefasta desse amor.[229] A autora alerta que as descrições de Fernão Lopes dos comportamentos de D. Pedro na área da justiça e dos amores com Inês de Castro levaram a que se diagnosticasse um eventual problema médico no rei. No século XIX, o rei será apontado como louco, epiléptico e cruel. Contudo, para Maria do Rosário Ferreira, há que entender que estas descrições de Fernão Lopes são literárias, não terão de necessariamente corresponder ao D. Pedro real. Essas descrições foram uma estratégia de Fernão Lopes para deslegitimar o casamento de D. Pedro e Inês de Castro e defender a ascensão do Mestre de Avis.[230]

Uma visão algo similar, ainda que com diferenças é defendida por Jorge de Sena no seu monumental estudo sobre a temática inesiana. O autor critica a historiografia que defende que a visão dos amores de Pedro I e de Inês de Castro evoluiu de uma lenda popular que surgiu logo após a morte de Inês e que ter-se-ia constituído em tema literário quase um século e meio depois, já no século XVI, no ambiente de corte da era moderna. Para Jorge de Sena não há provas de tal transmissão:[231]

> «O mais curioso do caso de Inês de Castro, e mais importante do ponto de vista teorético, é que a sua «lenda» é uma degradação literata das alturas a que, antes de ser lenda, a grande literatura estivera interessada em elevá-la.»[232]

O autor afirma que muitas vezes se cai no erro de pressupor que qualquer grande tema literário advém de uma lenda popular e tal não é verdade. Além disso, para Jorge de

[229] Ferreira, op.cit, p.22-31.
[230] Ferreira, op.cit, p.33-39. Dora Luís também aponta que é preciso acautelar as descrições de Pedro I ou Pedro de Castela, pois estes dois reis tiveram a imagem que Fernão Lopes e Pero López de Ayala lhes quiseram dar para os efeitos ideológicos das suas obras, ver Luís, op.cit, p.161-179.
[231] Sena (1963), p.130.
[232] Ibid, loc.cit.

Sena, a própria visão que se tinha de Inês na época em que viveu e em que mais tarde foi retratada não seria a de uma vítima de amor porque tal concepção não existia nessa altura. À luz da moral da época, Inês seria vista como uma barregã do rei.[233] Tão pouco seria vista como um caso de amor romântico, porque tal conceito não existia na época, o que existia[234] era o amor cortês, facto a que Maria do Rosário Ferreira aludiu também, como em cima citamos. Jorge de Sena aponta como Fernão Lopes na CDF, nos casos do rei D. Fernando e D. Leonor, disserta sobre os perigos de uma paixão cega numa pessoa que exerce um alto cargo, sugerindo os efeitos nefastos da paixão. [235]

Jorge de Sena aponta que os crimes que figuravam no *Romanceiro,* eram os que interessariam preservar por algum fim político. O autor aponta que a morte de Inês se tornou então um tema literário porque isso serviu vários propósitos em momentos distintos.[236]

O autor critica a justiça de D. Pedro I, que qualifica de sádica e afirma que Fernão Lopes tentou exaltar a imagem de D. Pedro I dentro da lógica de defender o "cesarismo" da política da casa de Avis, que ao fazer a apologia da justiça de D. Pedro I, procurava exaltar um rei que apenas convocara cortes uma vez. [237] Para o autor, a questão de Inês tornava-se delicada de tratar dadas as implicações políticas que a questão despoletava. Assim, para Jorge de Sena, Fernão Lopes despolitiza a imagem de Inês, focando-se em «comparações literárias e ilações moralísticas»[238] e procurando «torná-la mero objecto da paixão desvairada de um rei justiceiro».[239] O autor aponta que quando Fernão Lopes começa a escrever a CDP, a rainha é D. Leonor de Aragão, bisneta de Inês de Castro.[240]

Assim, Jorge de Sena aponta que a visão sobre Inês de Castro variou conforme os reinados e consoante os jogos políticos. No reinado de D. Fernando, dada a delicada questão dos infantes Castro no quadro da sucessão régia, a imagem de Inês não foi

[233] Ibid, p.132-133.
[234] Ibid, p.180-193.
[235] Ibid, p.193.
[236] Ibid, p.140.
[237] Ibid, p.196.
[238] Ibid, p.244.
[239] Ibid, loc.cit.
[240] Ibid, p.225-226.

promovida. Contudo, já no reinado de D. Manuel I, seu trineto, Inês torna-se num tema literário relevante, dada a necessidade de acentuar a descendência de D. Manuel de Inês de Castro.[241] Em nosso entender, é dentro da mesma lógica que Duarte Nunes de Leão exalta os infantes Castro nas suas *Crónicas*, acentuando como de Inês descendem os reis de Portugal e de Castela, isto no contexto da União Dinástica, onde a dinastia filipina descendia de D. Isabel, filha de D. Manuel I.

Para Peter Russell, a questão das fontes usadas por Fernão Lopes está ainda por resolver. Tal só se fará, quando for possível saber com exactidão, as fontes que usou e se puder assim contrastar essas obras, a trilogia e a cronística castelhana.[242]

O romance arturiano é outra fonte para a trilogia.[243] Além de Fernão Lopes usar técnicas do romance, como o entrelaçamento, a analepse e os sonhos proféticos, Fernão Lopes faz também uso da literatura arturiana para compor figuras como Nun'Álvares ou D. João I.[244]

J. C. Miranda defende que Fernão Lopes se dedicou exclusivamente a falar da temática nacional e sendo assim, usou o romance arturiano apenas naquilo que lhe conviesse à matéria da trilogia.[245] Tais foram os casos das alusões a Galaaz aquando da analepse genealógica da CDJ1[246], quando Nun'Álvares se recusa a casar com Leonor de Alvim; ou quando na CDJ2 o cronista diz que se pare de falar de Tristão ou Isolda porque

[241] Ibid, p.232-245.
[242] Russell (s.d.), p.1.
[243] Para a questão da recepção da matéria arturiana em Portugal ver Miranda (2013), p.1-45.
[244] Sobre esta questão ver Cunha (2017) sobre o uso da Estória do Santo Graal como fonte lopesiana. Para a Estoria do Santo Graal ver a edição de 2016 desta obra, editada por José Carlos Ribeiro Miranda, Ana Sofia Laranjinha, Eduarda Rabaçal e Simona Abreu.
[245] Miranda (2013), p.47. Para a questão do uso lopesiano da matéria arturiana seguiremos de perto Miranda (2013).
[246] Miranda (2013), p.48-49.

agora falará de Martim Vasques da Cunha.[247] Sobre Fernão Lopes, J.C. Miranda diz que «era um leitor atento desta literatura, e sobretudo sensível às subtilezas do seu enredo.»[248]

O autor acrescenta que Fernão Lopes estava ainda muito próximo do modelo senhorial para escapar ao fascínio do romance arturiano, repleto de códigos morais similares aos que então se vivia na época do cronista.[249]

Sobre esta questão dos códigos morais arturianos vale a pena notar que Fernão Lopes alude a que o conde de Andeiro cometeu um pecado ao dormir com a rainha, traindo assim o seu senhor e concitando a ira do Mestre de Avis, que quis vingar a honra do rei, matando o Conde de Andeiro. J.C. Miranda frisa que a ideia do cavaleiro atentar contra a honra do rei será reprovada no romance arturiano:

> «…**essa função militar do cavaleiro seja evocada em estreita correlação com a aventura amorosa** – onde a interferência dos códigos tanto literários e linguísticos como comportamentais oriundos dos trovadores se fazem pesadamente sentir –, para, num período posterior, começarem a aflorar evocações da acção da cavalaria arturiana que trazem consigo implicações ético-políticas, **nomeadamente a inevitável reprovação da conduta de Lancelot pelo atentado que representava à realeza de Artur. É por este lado que a Idade Média assiste à ascensão e queda do mais notável herói arturiano**.»[250]

Paulo Cunha defende que na matéria da Batalha de Aljubarrota, na CDJ2, haverão possíveis alegorias que Fernão Lopes usa e que provêm do romance arturiano. A batalha de Aljubarrota teria parecenças no relato com a batalha entre o rei Evalac e o rei Tolomer, da *Estoria do Santo Graal*.[251] As semelhanças entre as batalhas serão: a descrição de

---

[247] Miranda (2013), p.47. J.C. Miranda acrescenta que esta alusão de Fernão Lopes prova que a matéria arturiana estaria já muito disseminada e seria familiar ao público, que conheceria estes heróis. Um exemplo desta familiaridade é o episódio em que Mem Rodrigues de Vasconcelos incluiu um membro da corte arturiana na lista de cavaleiros portugueses na CDJ, ver Miranda (2013), p.51.
[248] Miranda (2013), p.63.
[249] Ibid, loc.cit.
[250] Miranda (2013), p.70. O negrito é nosso.
[251] Cunha (2017), p.21.

batalhas entre exércitos numericamente desproporcionais e onde o menos numeroso vence, contra o que é esperado, pelo auxílio divino; a divisão em quatro facções dos dois exércitos; a semelhança no discurso narrativo; a figura do cavaleiro branco, numa possível alusão a S. Jorge; a perda e recuperação das armas, durante a batalha, de dois protagonistas, D. João e Sarafes; a cruz vermelha no peito de D. João e no escudo de Evalac.[252]

Dos três cronistas que relataram a batalha de Aljubarrota, Pero López de Ayala, Fernão Lopes e Froissart, apenas o cronista português associou os portugueses a S. Jorge; Froissart associou S. Jorge aos ingleses no contingente português.[253]

Paulo Cunha defende que apesar das semelhanças entre a perda e recuperação das armas entre os dois protagonistas, Fernão Lopes quis passar uma mensagem diferente da da *Estória do Santo Graal*, focando mais o papel régio e a capacidade D. João I, ao passo que na *Estória do Santo Graal* há um maior providencialismo na recuperação da arma.[254] Segundo Paulo Cunha, na CDJ, Fernão Lopes exalta D. João I e desvaloriza as outras personagens, com excepção de Nun'Álvares.[255] Ao passo que a batalha entre os dois reis na *Estória do Santo Graal* funda a monarquia e a cavalaria, na CDJ, Fernão Lopes legitima a nova dinastia, que recebeu apoio divino.[256]

Outro tipo de fontes que Fernão Lopes usa são os tratados morais, políticos e as Escrituras. Dos autores clássicos Fernão Lopes leu Beda, Eusébio, Séneca, Cícero, Santo Agostinho e Aristóteles.[257] Uma das passagens mais célebres (e importantes) da CDP é uma citação de Sólon onde Fernão Lopes aponta como Pedro I foi uma rara excepção à situação típica onde os grandes se eximiam à justiça e os pequenos eram sempre

[252] Ibid, p.30-34.
[253] Ibid, p.33-34.
[254] Cunha (2017), p.36.
[255] Ibid, loc.cit.
[256] Ibid, loc.cit.
[257] Borges Coelho *In* Lopes (1977a), p.15.

apanhados:

> «Assi que bem podem dizer deste rrei dom Pedro que nom sairom em seu tempo certos os ditos de Salom filosopho e doutro alguus, os quaaes disserom que as leis e justiça eram taaes como a tea da aranha, na qual os mosquitos pequenos caindo som rreteudos e morrem em ella, e as moscas grandes e que som mais rrijas, jazendo em ella, rrompem-na e vaan-sse; e assi diziam eles que as leis e justiça se nom compria senom em-nos pobres, mas os outros, que tiinham ajuda e acorro, caindo em ella rrompiam-na e escapavam. El-rrei dom Pedro era muito per o contrairo, ca nehuu, per rrogo nem poderio, avia d'escapar da pena merecida, de guisa que todos rreceavam de passar seu mandado.»[258]

A influência de Aristóteles é visível no Prólogo da CDP, quando Fernão Lopes fala de como a justiça é a suprema virtude, ecoando Aristóteles que defende «A justiça contém todas as virtudes.»[259] Outra obra de Aristóteles que influenciou Fernão Lopes será a *Reminiscência e Memória*, um dos sete livros que compõe a *Parva Naturalia* e que Fernão Lopes usa no capítulo XXIX, quando questiona a declaração de Pedro I em como tinha casado com Inês de Castro, distinguindo entre memória e reminiscência, quando duvida da afirmação de Pedro I e das testemunhas em como não se recordavam do dia exacto do casamento.[260]

Egídio Romano, frade agostinho e autor do *De regimine principum* foi uma das fontes para as ideias políticas de Fernão Lopes, chegando o cronista a transcrever sentenças inteiras da sua obra. [261]

Para Fernão Lopes o poder régio vem de Deus e o rei é o Seu representante na terra, devendo fazer dele bom uso para a justiça «…a justiça, assi como lei de Deus…he mui necessária ao rrei e isso mesmo aos seus sogeitos, porque avendo no rrei virtude de justiça,

---

[258] Lopes (2007), cap. IX, p.41.
[259] Borges Coelho *In* Lopes (1977a), p.18. O autor defende que esta concepção da justiça, contida na *Ética a Nicómaco* de Aristóteles, sugere que Fernão Lopes conheceria esta obra, quiçá em segunda mão, ver Borges Coelho, op.cit., p.20.
[260] Borges Coelho *In* Lopes (1977a), p.20. Ver Lopes (2007), cap. XXIX, passim. Para mais detalhes sobre a *Reminiscência e Memória*, ver Aristotle (s.d.), 19-25.
[261] Rebelo (1983), p.30

fará leis per que todos vivam dereitamente…».[262]

J.C. Miranda faz notar que no fim do século XV já se notava um modelo régio que se diferenciava do modelo que emergia no romance arturiano, que era o de uma realeza fraca e assente numa relação vassálica. Os regimentos de príncipes substituíram a literatura de ficção no que toca ao modelo régio, retomando-se os modelos régios imperiais da antiguidade como exemplo.[263]

No Prólogo, logo no 1º parágrafo, Fernão Lopes critica os historiadores que se preocupam em excesso com especulações filosóficas sobre o que é a justiça, quando para o cronista ela se resume em «seerem os maaos castigados e os bõos viverem em paz…». Tal deve ser o fundamento da justiça, que é para Fernão Lopes a suprema virtude. Sendo assim, esta noção de justiça é o pilar da ordem social. E o rei, cabeça dessa ordem, deve facultá-la à sociedade e nisso D. Pedro foi exímio. Assim, Fernão Lopes usa o Prólogo da CDP para legitimar a acção do rei no que toca à justiça, pois reconhece que a aplicou conforme o critério que o cronista preconiza: punir os maus e permitir a paz aos bons.

Existem duas grandes temáticas no Prólogo da CDP. Uma consiste na habitual defesa da simplicidade da narrativa, criticando nele os historiadores e cronistas que se preocupam demais com a forma em detrimento do conteúdo. Para Fernão Lopes, apenas interessa a verdade, que deve ser contada de forma simples. Esta humildade literária, num autor de grande talento literário, é curiosa mas não rara. Criticar o pedantismo, o artificialismo literário, a supremacia da forma sobre o conteúdo, constituiu um dos maiores *topos* literários da historiografia, nomeadamente nos intróitos.[264] Defende-se por norma que a capacidade de escrever bem pode por vezes ser inimiga da história, pois permite falsificar a realidade com beleza. Há assim um interessante paradoxo neste *topos*:

[262] Lopes (2007), Prólogo, p.4.
[263] Miranda (2013), p.63.
[264] Veja-se o Proémio de Ayala às suas crónicas «…en lo qual non entiendo decir senon verdade…», ver Ayala (1991e), p.4.

a defesa no mundo literário, de uma atitude de simplicidade, até de desprezo pela beleza literária, em prol da verdade. Ou seja, a história deve ter primeiramente uma função moral: a procura da verdade, à qual tudo o resto se deve submeter. Fernão Lopes insere-se numa corrente que atravessa a historiografia e que vem desde o mundo clássico. A aversão a especulações filosóficas e a preocupações estéticas em excesso é algo vituperado sistematicamente. Veja-se como Miguel de Cervantes no seu Prólogo ao *Dom Quixote de la Mancha*, ridiculariza o pedantismo, o artificialismo literário, que inclusive associa à mentira:

«Vamos agora à citação dos autores que por aí costumam trazer os outros livros, mas que faltam no vosso. O remédio desta míngua é muito fácil, porque nada mais tendes a fazer do que pegar em um catálogo, que contenha todos os autores conhecidos por ordem alfabética, como há pouco dissestes; depois pegareis nesse mesmo catálogo e o inserireis no vosso livro, porque, apesar de ficar a mentira totalmente calva por não terdes necessidade de incomodar tanta gente, isso pouco importa, e porventura encontrareis leitores tão bons e tão ingénuos que acreditem na verdade do vosso catálogo…servirá contudo por certo de dar ao vosso livro uma grande autoridade…».[265]

Apesar de Miguel de Cervantes viver dois séculos depois de Fernão Lopes, nota-se este *topos* constante de censura à ostentação literária, até sugerindo-se por vezes que oculta falsidades e escritores medíocres. Contraste-se este *Prólogo de Dom Quixote de la Mancha* com o Prólogo da CDP, onde Fernão Lopes nos afirma que usa citações apenas e só para explicar o significado dos factos que contará do rei D. Pedro, nomeadamente na área da justiça:

«he nossa entençom neste prollogo muito curtamente falar, nom come buscador de novas rrazoões, per propria invençom achadas, mas como ajuntador em huu **breve moolho dos ditos**

[265] Cervantes (2004), p.11

dalguus que nos prouguerom: a hua por espertar os que ouvirem que entendam parte do que falla a estoria…»[266]

Nesta citação, Fernão Lopes faz a apologia da verdade, descrita de forma clara e onde a erudição serve apenas para reforçar a ideia e explicá-la melhor, não por uma exibição fútil de pedantismo.

A humildade do historiador perante a tarefa gigantesca que é escrever história, é outro *topos* que emerge com frequência. Há como que uma sugestão que não importa saber quem é o historiador ou o seu talento: importa relatar somente o que aconteceu. Veja-se o Prólogo à *Crónica de D. Duarte* de Rui de Pina, quando este diz logo no começo sobre a história «: Estorea, muy excelente Rey, he assi mui liberal Princesa de todo o bem…».[267] Nesse Prólogo, Rui de Pina coloca a história a ter uma função pedagógica, a de incitar os maus a serem bons e os bons a serem melhores. O Prólogo termina com Rui de Pina a dizer, com humildade, que fará o melhor possível, dentro das suas limitações, para escrever a história do reinado de D. Duarte. [268]

Dentro do quadro da retórica clássica, cujo propósito era persuadir da verdade do que era afirmado, o prólogo foi "apropriado", segundo Teresa Amado, conferindo-lhe uma estrutura e tópicos definidos, para poderem ser parte dessa função persuasiva.[269] Fernão Lopes é herdeiro dessa realidade, para a autora, apesar de ter na sua obra quatro prólogos diferentes, quer em estilo quer na vertente funcional.

A segunda temática do Prólogo da CDP é a especulação sobre o que é a justiça, pois é segundo o cronista, a suprema virtude, na qual o rei se distinguiu.[270]

---

[266] Lopes (2007), Prólogo, p.3. O negrito é nosso.
[267] Pina (1977), p.487.
[268] Pina (1977), p.487-488.
[269] Amado (2005), p.270-271.
[270] Lopes (2007), Prólogo, p.4 «Justiça he huua virtude chamada toda a virtude, assi que qualquer que he justo, este compre toda virtude…».

Desta forma, Fernão Lopes arranca a CDP com a procura em destacar esta qualidade como forma de frisar ao leitor, antes de qualquer descrição de D. Pedro, uma ideia forte que atravessa a obra: a distinção do rei na suprema virtude humana, o que acabará a superar as «mingoas»[271] que lhe apontavam, podendo então o cronista fazer um balanço positivo (ainda que não isento de críticas) do rei. Assim, também o leitor perceberá o grande destaque dado aos casos de justiça que o rei julgou, como quando Fernão Lopes dialoga com o leitor dizendo querer que se entenda a história que conta.[272] Senão, o leitor corria o risco de tomar o rei por alguém injusto. Mais à frente, Fernão Lopes irá expor a ideia de que a justiça de D. Pedro, sendo dura e implacável, era a mera aplicação das leis e teve dois condões: um foi a igualdade de todos perante a lei, facto raro que o cronista nunca deixa de sublinhar; outro foi o facto de a sua justiça implacável ter tido um poderoso efeito dissuasor. Neste último aspecto, Fernão Lopes mostra como se cumpriu o que preconizou no Prólogo da CDP, em que define a justiça como castigar os maus e os bons viverem em paz. Veja-se quando D. Pedro afirma que é bom matar alguns para dar o exemplo[273] mesmo que a pena seja quiçá desproporcional, pois assim os prevaricadores pensariam duas vezes antes de actuar. Este diálogo de D. Pedro é sintomático da ideia que Fernão Lopes quer passar.

Quando Fernão Lopes afirma no Prólogo da CDP que até aos estrangeiros a justiça deve ser dada, nota-se já um certo tom de universalismo no autor. Quando ataca mais tarde na CDJ os castelhanos, apenas ataca a vontade destes em oprimir Portugal, não em si o povo castelhano.[274]

Cícero é a fonte predilecta de Fernão Lopes para as passagens de cariz moral, sendo

[271] Lopes (2007), Prólogo, p.6
[272] Lopes (2007), Prólogo, p.3
[273] Lopes (2007), cap. V, p.26.
[274] Lopes (2007), Prólogo, p. 6. Neste registo de universalismo, destaca-se o detalhe do autor anónimo da CC, quando mostra Nun'Álvares a enviar pão os famintos de Castela, quando tinha estourado uma grande fome no reino vizinho. Nun'Álvares mostra um sentido de universalismo humano, apoiando os pobres de Castela, mesmo que tenha sido o grande herói nacional da resistência portuguesa, facto tanto ou mais relevante numa crónica que toda ela exalta o nacionalismo português, ver Calado, ed. (1991), p.201.

que Teresa Amado sublinha que também já o mesmo sucedia com D. Duarte e o regente D. Pedro.[275]

Contudo, inferir as opiniões de Fernão Lopes é um exercício a fazer com cautela, visto que um dos traços mais idiossincráticos do estilo lopesiano consiste em colocar na boca de terceiros informações que quer veicular, através de citar a opinião pública sobre o tema, ou citar autores que consultou. É uma estratégia que "desliga" Fernão Lopes das descrições, abrindo assim uma ambiguidade na interpretação das suas descrições. É a chamada crítica por terceiros, uma das estratégias literárias mais usadas por escritores sofisticados para ocultar o que pensam.

Atente-se nas primeiras linhas com que abre este capítulo «Screvem alguus louvando este rrei dom Pedro, dizendo que rreinou em paz enquanto viveo e fortuna nom fez sem rrazom d' encaminhar…».[276] Ou no célebre episódio do bispo do Porto quando os conselheiros de D. Pedro o tentam convencer a não punir o bispo dizendo «…demais que o se poboo lhe chamava algoz, que per seu corpo justiçava os homees, o que nom convinha a ell de fazer por muito malfeitores que fossem».[277] É uma construção frásica marcadamente ambígua, porque o autor fala de "alguns" que dizem, não se responsabilizando por essas informações. Sendo assim, conhecer o que Fernão Lopes verdadeiramente pensa torna-se difícil, porque ele coloca-se num registo ambíguo na maioria das vezes.

Francisco Elías de Tejada é um dos que defende a ideia de que Fernão Lopes oculta o que pensa por detrás desta estratégia ambígua, mas Luís Rebelo discorda, afirmando que Fernão Lopes opinou, por exemplo sobre D. Pedro, defendendo que era um rei justo, não ocultando as suas punições cruéis e desproporcionais. O autor relembra que as críticas ao rei tinham de ser feitas com tacto.[278] Também defende que Fernão Lopes usa a ambiguidade para convidar o leitor a pensar por si.

---

[275] Amado (1997), p.63.
[276] Lopes (2007), cap. XV, p.63.
[277] Lopes (2007), cap. VII, p.33.
[278] Rebelo (1983), p.33-35.

Esta estratégia de crítica por terceiros é conhecida desde a Antiguidade. Signes Codoñer[279] aponta cinco técnicas de *kaiserkritik*: críticas pelo silêncio; identificação de modelos políticos superiores ao do rei; crítica por sonhos; críticas por comentários explícitos; críticas por intermédia pessoa.

A estratégia de críticas veladas é visível no capítulo XII[280] da CDP, quando ao descrever a forma como D. Pedro entesourou uma grande riqueza, Fernão Lopes afirma que no início o rei não se interessava por esta questão e foi subtilmente ameaçado pelo seu conselheiro. Atente-se nesta passagem:

> « El-rrei dom Pedro como rreinou, pareceo a alguus que nom tiinha sentido d's ordenar que acrescentasse no tesouro que os antigos com grande cuidado começarom de guardar;e veendo esto huu seu privado que chamavam Johan Estevez, ouve-o por grande mal, e propos de lho dizer. E fallando el-rrei com elle huua [vez] em cousas de sabor, disse elle a el-rrei em esta guisa:
>
> "Senhor, a mim parece, se vossa mercee fosse, que seeria bem de proveerdes vossa fazenda e veer o que sse despender pode, e do que sobejar encaminhardes como acrescentees alguua cousa nos tesouros que vos ficarom de vosso padre e de vossos avoos, pera fazerdes o que os outros rreis fezereom…A estas e outras rrazões rrespondeo el-rrei que dizia bem, e que lhe posesse eme scripto quanto era o que renderiam seus dereitos e a despesa que sse dello fazia.".

A mesma crítica velada é feita no episódio seguinte, quando D. Pedro de Castela é descrito como um rei desinteressado dos seus deveres régios e apenas preocupado com a sua diversão pessoal. Será D. Samuel Levi quem irá alertar o rei para os danos de descurar as finanças régias e convencendo o rei, após críticas subtis, a deixá-lo gerir o tesouro real.[281]

---

[279] Signes Codoñer *In* Börm (2015b), p.308. A *Kaiserkritik* era a crítica ao poder régio na literatura historiográfica tardo-antiga, ver Börm, op.cit, p.306.
[280] Lopes (2007), cap. XII, p.53.
[281] Lopes (2007), cap. XIII, 55-57.

Neste âmbito convém referir a influência do PO de João de Salisbúria em Fernão Lopes. Na última passagem que referimos, D. Pedro I é colocado como um rei que no início não se parecia interessar pelas questões do reino. Note-se que uma das descrições que Fernão Lopes faz de D. Pedro I de Portugal era a de ser caçador, facto que destacou também no rei D. Fernando. João de Salisbúria ataca no PO a caça de forma virulenta, como sendo uma actividade imoral, nefasta, indigna dos reis, anti-cristã e que apenas se justifica em casos como autodefesa e necessidade alimentar.[282] O PO começa logo afirmando que é errado os homens de poder se entreterem com o ócio, descurando os interesses de estado. Veja-se como começa o Livro I do PO:

«**Entre todas las cosas que perjudican a los hombres de alto rango, pienso que no hay nada peor que el hecho de que el atractivo de la halagadora fortuna desvíe su mirada de la verdad. Pues el mundo acumula sus riquezas y placeres, y con ellos fomenta y enciende la comezón de la sensualidad aguzada**, de forma que el alma —cogida en la variada trampa de los placeres y apartada de su bien interior por una cierta enajenación de sí misma— vaya por las diversas pasiones, conducida por los engaños exteriores.

La prosperidad, madrastra de la virtud… Proporciona al principio dulces manjares a sus invitados, y, cuando ya están ebrios, **les da un veneno mortal y todo mal posible**…

¿Que el que administra mal el tiempo que se nos ha dado tasadamente y con parca mano para el uso de la vida —lo único que no puede recuperarse y se nos ha de reclamar con intereses, como con castigadora usura—, y lo malgasta para ofensa de su Autor? **¿Qué cosa más irracional que, por el desvío de la razón y el impulso de la pasión, descuidar los propios asuntos, preocuparse de los ajenos y entregarse a los ocios de los demás**?»[283]

João de Salisbúria critica o desvio da virtude e das funções de cada um, devido ao prazer do ócio, que associa à sensualidade, considerando isto um pecado contra Deus. E

[282] Salisbury (1984), Livro I, Cap. 4, p.110. O negrito é nosso.
[283] Salisbury (1984), Livro I, Cap. I, p.107-108.

torna claro que a caça (uma das actividades lúdicas preferidas da nobreza) entra nesta definição de ócio nefasto, chegando a dizer que a caça faz o homem descer ao nível da bestialidade:

> «¿Quién más parecido a las bestias que aquel que, abandonando sus deberes…se pasa las noches luchando con los animales?»[284]

Em essência, João de Salisbúria defende que a caça: é imoral[285] e contra a vontade[286] de Deus; é indigna[287] das classes mais altas; é nefasta aos agricultores, que são penalizados[288] no usufruto das terras pelas leis da caça; é uma prática cruel[289] com os animais; é embrutecedora da razão humana; é nefasta aos interesses públicos, pelo desvio das funções de poder para o ócio e pelos gastos avultados[290] que acarreta; provoca ineptidão militar; se associa de certo modo à tirania.[291]

Assim sendo, as descrições que Fernão Lopes faz de D. Pedro I de Portugal ou de D. Fernando como grandes amadores da caça podem ter uma ambiguidade deliberada, em

---

[284] Ibid, Livro I, Cap. I, p.108.

[285] Quando neste ponto João de Salisbúria fala da origem da caça, diz que foram os tebanos os primeiros a torna-la uma ocupação comum. E mal diz isto, classifica este povo como sendo um povo de parricidas, incestuosos, perjuros e mentirosos. Coloca inclusive o espaço físico onde decorre a caça, o bosque, a ser associado à prática de actos obscenos, usando as divindades antigas e os heróis antigos como exemplos de acções imorais e inúteis, usando o bosque para ocultar os actos, ver Salisbury (1984), Livro I, Cap. 4, p.109-110.

[286] Quando descreve Nimrod, um rei bíblico, inimigo de Deus, mostra-o como caçador, sugerindo que a Bíblia não o apresentava como caçador por acaso. Afirma também que nenhum dos profetas praticou esta actividade, nem nenhum dos grandes filósofos, ver Salisbury (1984), Livro I, cap. 4, p.114-118.

[287] Quando João de Salisbúria fala da divisão de tarefas que se dava no mundo antigo, aponta que a caça era atribuição das classes mais baixas e indigno das classes mais altas «Porque es indigno que los talentos más elevados se degraden con ocupaciones de inferior rango y que aquellos a quienes incumben deberes arduos y graves se dediquen a entretenimientos frívolos y placenteros», ver Salisbury (1984), Livro I, Cap. 3, p.109.

[288] Salisbury (1984), Livro I, Cap. 4, p.117-118.

[289] «¿Cómo, pues, puede ser digno de la vida el que en la vida no sabe hacer otra cosa que, por un afán vano, ser cruel con los animales?», ver Salisbury (1984), Livro I, Cap. 4, p.112.

[290] Ibid, Livro I, Cap. 4, p.113.

[291] Através da figura de Nimrod, célebre rei bíblico, associado à tirania e à impiedade, que João de Salisbúria apresenta como caçador, ver Salisbury (1984), Livro I, Cap. 4, p. 114-115. Para a história bíblica de Nimrod, ver Gn, 10-11.

que o autor por um lado faz uso de uma das descrições mais emblemáticas do espelho de príncipes, o gosto e talento régio[292] para a caça, mas por outro lado, pode estar a ecoar uma corrente que via na caça uma actividade vã, dispendiosa e nefasta para o bem público. Note-se que João de Salisbúria é um eclesiástico e o PO está repleto de alusões morais cristãs à superação dos prazeres corporais pelos bens espirituais. O PO começa mesmo com uma apologia moral da contenção física perante a sensualidade, como acima citamos. A tendência eclesiástica para criticar os jogos e caça percebe-se desde os finais do império romano, onde a Igreja condenará os espetáculos lúdicos como o teatro, os jogos e as lutas de gladiadores, que também envolviam animais.[293] É nessa corrente que se pode, de certo modo, inserir o PO e não é despiciendo interrogar-se sobre uma ambiguidade propositada de Fernão Lopes nestas descrições, em que parecendo estar a elogiar uma virtude régia típica, na prática podia estar a aludir a um lado negativo do rei. De recordar que o PO é citado pelo regente D. Pedro o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, livro que estava nas bibliotecas do infante D. Fernando e do infante D. Duarte as quais Fernão Lopes usou para se cultivar.[294]

Sobre esta questão da caça, Luís Rebelo alude à estratégia de Fernão Lopes, que consistia em fazer ameaças veladas ao rei através de episódios, como quando coloca D. Fernando a recordar como D. Afonso IV foi ameaçado pelos conselheiros em como seria deposto se continuasse a descurar os interesses do reino, devido à paixão pela caça.[295] Este tipo de passagens da obra lopesiana adensa mais a sugestão de que Fernão Lopes escreve de forma ambígua e críptica, recorrendo a imagens e conceitos que eram do conhecimento de certos círculos literários e que perceberiam que o cronista poderia estar a querer dizer algo distinto do que à partida se presumia.

Registe-se que Fernão Lopes aponta certos traços de comportamento tirânico em D. Fernando. Numa das passagens mais vívidas da trilogia, D. Fernando é colocado com um comportamento arrogante e tirânico, em que começando por reunir os seus conselheiros

---

[292] Ainda na União Dinástica, já em plena era moderna, Duarte Nunes de Leão exalta no infante D. João, filho de Inês de Castro, o seu amor e talento para a caça, inserindo-a nas virtudes de um príncipe, ver Leão (1975), p.306-308.
[293] Ver Mattoso (1993) para esta questão.
[294] Ver página 131 da dissertação para a questão das bibliotecas que Fernão Lopes conheceu.
[295] Rebelo, op.cit, p.35-36.

para que lhe aconselhassem sobre como fazer guerra a Castela, os conselheiros tentam esquivar-se à questão que o rei coloca, usando subterfúgios e apontando subtilmente ao rei o erro que seria tal acto. D. Fernando responde de forma arrogante aos conselheiros dizendo:

> «Parece-me, conde, que vós outros nom aprendestes bem a maneira como vos eu esto disse: ca eu nom vos pedia consselho se era bem d'aver guerra ou nom, ca eu quero-a aver em toda a guisa, nom embargando todas vossas rrazoões e outras mais que possaes dizer, mas demandava-vos consselho de que geito a poderia melhor fazer e mais a meu salvo.»[296]

Note-se que antes, na CDP[297] Fernão Lopes defenderia subtilmente o papel dos conselheiros régios no bom governo, através dos dois conselheiros que auxiliam Pedro I de Portugal e Pedro I de Castela a terem uma boa política monetária. Aqui, Fernão Lopes coloca D. Fernando a responder de forma arrogante aos conselhos ponderados dos conselheiros, que tentavam fazer-lhe ver que a guerra era ilógica e contrária aos interesses portugueses. Enquanto os conselheiros encarnam um ideal de sabedoria e ponderação, D. Fernando é colocado como alguém irracional, que actua de forma impulsiva, contra toda a lógica, pois apesar de avisado pelos conselheiros, persistiu no erro de atacar Castela.

Fernão Lopes sugere subtilmente que D. Fernando aproxima-se já do perfil de um tirano, que governa contra a justiça e o direito, pois coloca o rei a dizer que fará a guerra não importa que razões contra ela se invoquem. Ou seja, a guerra não é justa nem proveitosa para ninguém. É apenas uma fixação pessoal do rei, que actua de forma irracional, sugerindo-se aqui uma pessoa fútil e inconsequente. Recorde-se a forma como João de Salisbúria sistematicamente associa a caça a algo frívolo[298] no PO, o que sugere que Fernão Lopes terá usado esta visão do PO para associar D. Fernando à tirania. Outra personagem vituperada, por esta analogia caçador-tirano, é o infante D. João, filho de

[296] Lopes (2004), cap. CXIV, p.415
[297] Ver página 72 da dissertação.
[298] Salisbury (1984), Livro I, Cap. 3, p.109.

Inês de Castro. Antes de na CDF se entrar na matéria dedicada ao infante[299], Fernão Lopes, com mestria, faz um pequeno intróito a essa matéria, quando no capítulo XCIX[300] fala da paixão do infante pela caça. Contudo começa o capítulo dizendo «El-rrei dom Fernando era mui querençoso de caça e monte…».[301] A única explicação para começar o capítulo com esta alusão ao gosto do rei pela caça (a que já aludira antes no início da CDF), era a de fazer uma analogia entre os dois irmãos, pois ambos se revelarão fúteis e arruinarão as suas vidas por conta da ambição desmedida. Logo a seguir, nos capítulos seguintes, Fernão Lopes conta como D. João se enamora de D. Maria e como acaba a matá-la de forma torpe, pela ambição, acabando a nem conseguir nenhum proveito, pois não casará com D. Beatriz, como lhe fora prometido por D. Leonor Teles. Tal como o irmão, D. João é retratado como alguém inconsequente, alguém dominado pelas paixões e cuja personalidade fútil era quiçá espelhada na paixão pela caça. No capítulo XCIX, Fernão Lopes chega a dizer que D. João nem dormia tal era a paixão pela caça. Já no Prólogo da CDF, Fernão Lopes chega a dizer que as aves nem podiam pousar com D. Fernando por perto, pois nenhuma escapava ao seu amor pela caça.[302] A analogia entre os dois irmãos é clara. Compare-se com este trecho do PO:

> « ¿Quién más parecido a las bestias que aquel que, abandonando sus deberes, se levanta en medio de la noche y, confiado en la sagacidad de los perros, en la habilidad de los cazadores, en el favor de los compañeros, **en la complicidad de los criados, con pérdida del tiempo y de la fama, con perjuicio de asuntos y trabajo, se pasa las noches luchando con los animales?**».[303]

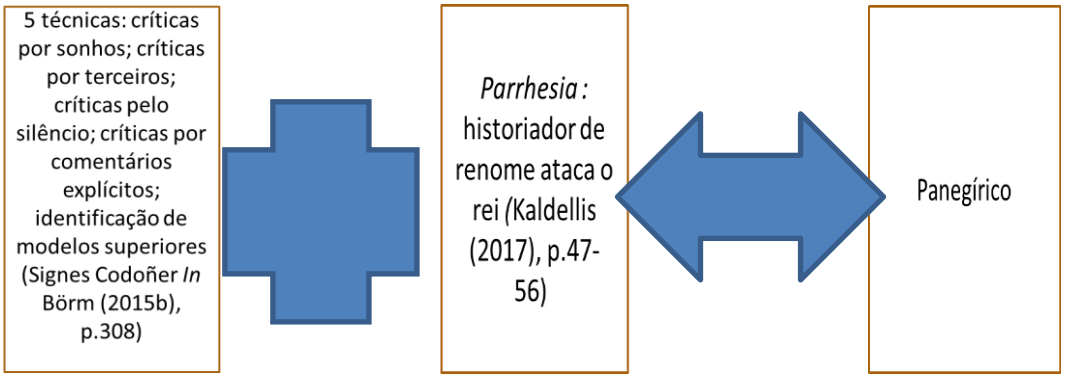
Contraste-se isto com a descrição de Fernão Lopes sobre os comportamentos do infante D. João e o rei D. Fernando quando caçam. A influência do PO é óbvia.

---

[299] São os capítulos C, CI, CII, CIII, CIV, CV, CVI, ver Lopes (2004), p.355-384.
[300] Lopes (2004), cap. XCIX, p.351-354.
[301] Lopes (2004), cap. XCIX, p.351
[302] Lopes (2004), Prólogo, p.4-5.
[303] Salisbury (1984), Livro I, Cap. 1, p.108. O negrito é nosso.

A *kaiserkritik* é complementada pelos espelhos de príncipes. Os espelhos de príncipes são um modelo de conduta dos príncipes, assente numa apologia das virtudes régias e num conjunto de reflexões sobre a natureza do poder.[304] Apesar de haver um padrão de virtudes defendidas neste tipo de literatura, cada autor é singular e por isso podem haver variações em cada espelho de príncipes.

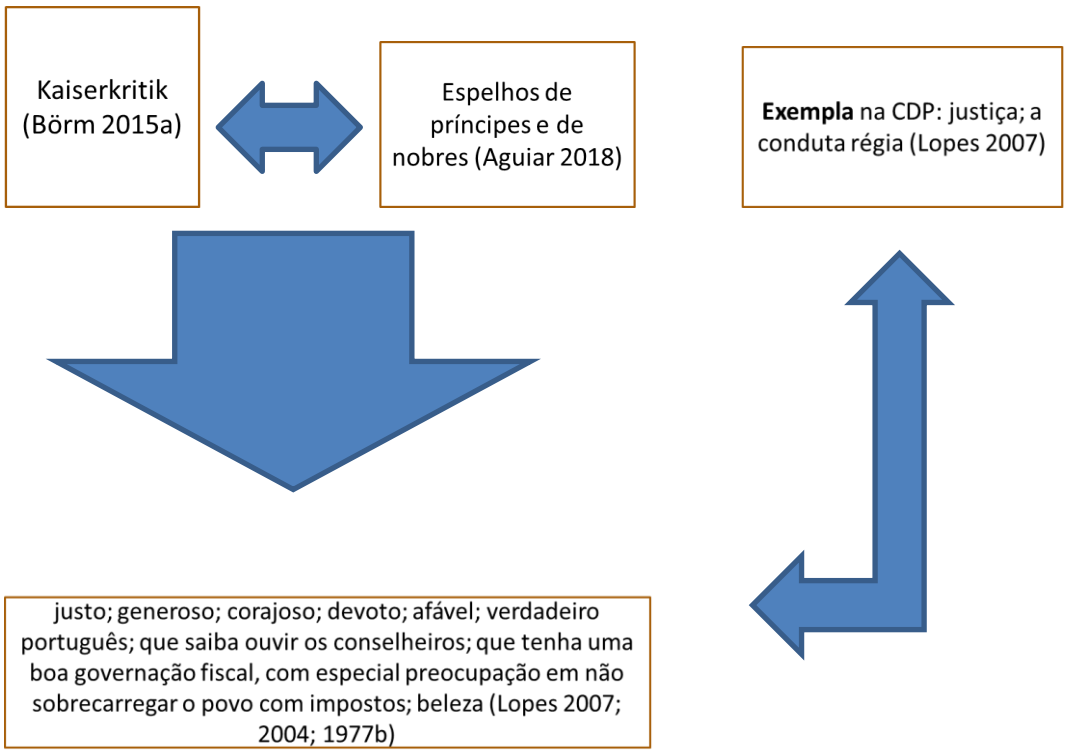
Gráfico 1 - A Kaiserkritik: a complementaridade das estratégias narrativas [305]



[304] Aguiar (2018), p.10

[305] Todos os gráficos que apresentaremos, respectivamente os Gráfico 1 e Gráfico 2 são de elaboração nossa, as fontes dos dados estão aí citadas.

Gráfico 2 - A Kaiserkritik e os "espelhos": a complementaridade



Em Fernão Lopes, atendendo às descrições que faz dos três reis que aborda na trilogia como protagonistas, aos quais se juntam os outros reis aí mencionados, pode-se dizer que existe na trilogia um arquétipo de rei defendido por Fernão Lopes: justo; generoso; corajoso; devoto; afável; verdadeiro português; que saiba ouvir os conselheiros; que tenha uma boa governação fiscal, com especial preocupação em não sobrecarregar o povo com impostos; beleza. As primeiras duas características estão claramente presentes em D. Pedro I de Portugal. Em D. João I regista-se a devoção e o ser verdadeiro português. D. Fernando possuía a maioria destas características no início, mas depois arruinou o seu reinado, desviando-se destas virtudes. Assim, o espelho de príncipes de Fernão Lopes varia conforme os reis, porque o cronista entende que são seres humanos e não arquétipos e que sobretudo certas virtudes podem superar certos defeitos.

Em D. Pedro I de Portugal, o seu apurado sentido de justiça, com o raro dom de aplicar a todos por igual as penas, a sua afabilidade no trato com o povo, a sua generosidade e a sua boa política monetária superam os seus defeitos. Em D. João, a sua devoção religiosa e sobretudo o facto de no momento crucial da revolução de 1383-1385 não ter vacilado, superaram a sua inicial tibieza e a bastardia. D. Henrique de Trastâmara tem um bom trato com os nobres, superando a violência do seu irmão, que o antecedeu, que não pareceu ter aos olhos de Fernão Lopes qualidades que o redimissem. D. Juan I de Castela, conquanto não fosse suficientemente descrito por Fernão Lopes para dele se ter uma ideia profunda, faz lembrar no seu lamento pela derrota de Aljubarrota, onde perdeu a fina flor da sua cavalaria, o triste fim de D. Fernando.

Certos temas têm mais destaque que outros na trilogia. Um mesmo tema é tratado em partes distintas na trilogia, sendo necessário cruzar as passagens para perceber o pensamento do cronista sobre certa questão, não apenas intuir por uma das três obras a visão lopesiana sobre um tema. Um exemplo é a política fiscal. Quando Fernão Lopes admite que a política monetária de D. João I foi dura, admite-a num contexto específico de guerra, onde se exigiam gastos consideráveis para defender o país. Mas a forma como sugere que as sisas não são algo bom e que foram como que inventadas para extorquir dinheiro, tendo sido apresentadas sob o pretexto de serem temporárias, pode configurar uma crítica subtil do autor, que mostra uma concepção pessoal sobre a questão fiscal.

Numa lógica oposta, há certas passagens na trilogia em que Fernão Lopes aborda certa questão apenas naquele momento, podendo-se aí intuir a opinião do cronista sobre essa matéria.

Quando Fernão Lopes elogia a forma como D. Pedro I de Portugal não diferenciou entre estatutos sociais ou afectos pessoais na hora de aplicar justiça, sugere uma crítica à impunidade que grassa na sociedade, uma ideia que em princípio não mais abordou.

Assim como o espelho de príncipes tem variações, também o mesmo se dá com a *kaiserkritik*, onde as críticas não obedecem sempre ao mesmo padrão, pois cada autor pode focar em cada rei uma característica negativa que considere importante frisar e que num outro rei entenda não destacar, por várias razões. A crueldade com que D. João I executou o camareiro-mor na CDJ2 é alvo de críticas subtis de Fernão Lopes, que usa a estratégia de transmitir uma ideia do espanto que gerou a acção do rei, para dar a entender em última análise que entendeu o acto como desproporcional. Contudo, dado o cariz pontual de que se revestiu a acção, Fernão Lopes não censurou tanto esta acção de D. João. A *kaiserkritik* e o espelho de príncipes são estratégias complementares, porque ambas defendem valores e criticam ou exaltam a acção régia, conforme esta se adeque ou não ao padrão preconizado. As críticas crípticas à prática da caça podem inserir Fernão Lopes numa corrente que destoava do espelho de nobres[306] que exaltava essa actividade como virtude.

Se há um espelho de príncipes, há por arrasto um arquétipo moral de acção régia e de exercício de poder que o cronista defende. E a questão que por vezes se coloca é se a *kaiserkritik* apenas ataca reis isoladamente, quando se desviam de um padrão moral, ou se em si a crítica pode conter certas ideias que sugerirão uma crítica mais ampla ao modelo

[306] A expressão espelho de nobres é usada por Miguel Aguiar para descrever o mesmo processo que o espelho de príncipes, mas aplicado à nobreza, com o propósito de promover os valores deste grupo. O autor aponta a CTC de Gomes Eanes de Zurara como um exemplo destes espelhos de nobres, ver Aguiar (2018), p.5.

vigente na sociedade. Neste âmbito, Franz Tinnefeld[307] afirma que quando a *kaiserkritik* visa um rei ou imperador, mas para atacar nos seus defeitos pessoais o próprio modelo régio ou imperial, passa-se a falar de *systemkritik*, ou seja de crítica ao modelo, do qual o rei é o espelho.

As concepções raras para a sua época que Fernão Lopes exibe, tais a psicologização das personagens, a visão dos movimentos colectivos na sociedade, o sentido causal dos factores económicos e políticos nos eventos, o destaque ao papel dos mesteirais, levam a que ciclicamente se coloque a questão se Fernão Lopes se limita a criticar os reis dentro dos modelos políticos da época, ou se exibe certas críticas ao modelo social vigente, preconizando certas mudanças. Em nosso entender, a questão só será esclarecida quando se entender qual o modelo que Fernão Lopes defende de facto, tarefa que não se afigura fácil num escritor que escreve de forma ambígua. Tanto Fernão Lopes exalta o papel dos mesteirais na revolução de 1383-1385, como censura as suas violências em vários momentos. Tanto critica a nobreza que se alia a Castela apenas por interesse, como exalta em Nun'Álvares um modelo de cavaleiro ideal.

E sobretudo a questão crucial pode ser entender que em essência, em qualquer modelo vigente nunca há consenso total. Ao mesmo tempo que alguma nobreza censurava a ascensão de uma nova nobreza que emergira com a dinastia de Avis, outra parte da aristocracia exaltava os valores da nova dinastia. Uma parte da nobreza nunca deixou de aspirar pelo retorno ao arquétipo aristocrático de uma nobreza forte e um rei fraco, mas outra nobreza defendeu os novos valores culturais que irão emergir no final da Idade Média, onde a cultura e a erudição são crescentemente factores de prestígio, já não só o valor militar que figuras como Nun'Álvares representavam. Apesar das ideias de Fernão Lopes poderem ser raras na sua época, o autor representou uma determinada corrente, que pode ter tido em Fernão Lopes o seu primeiro grande autor. A sua trilogia é a expressão dessa corrente, não menos que um espelho de nobres é a expressão do pensamento do grupo aristocrático. Fernão Lopes, tendo uma origem mesteiral, tem de forçosamente ter

[307] Frank Tinnefeld *In* Magdalino (1983), p.327. Franz Tinnefeld usou a expressão para o caso do historiador Nicetas Coniates, que viveu entre os séculos XII e XIII e que escreveu uma *História*, que versa, entre outras coisas, sobre o reinado do imperador Manuel I Comenos.

uma obra com um cariz diferente. A admiração de Fernão Lopes pela justiça de D. Pedro I de Portugal, onde não diferencia ninguém, ou a empatia do cronista com o sofrimento do povo-miúdo são reflexos dessa mesma condição social, pois como Teresa Amado afirmou ninguém escapa inteiramente aos seus quadros mentais. Contudo, fazer opiniões conclusivas sobre o pensamento de um autor tão complexo como Fernão Lopes é um exercício a fazer com cautela.

Henning Börm aponta que já na Antiguidade o uso de ameaças veladas, como as que o conselheiro régio faz a D. Pedro I de Portugal era comum. Na Assíria, um dos *topos* literários mais comuns era a defesa de um modelo de rei justo e piedoso na literatura, onde os deuses ameaçavam o rei com um derrube, caso se desviasse desse caminho. [308]

Henning Börm aponta que a *kaiserkritik* é um fenómeno complexo, porque há partida ninguém defende abertamente o derrube da monarquia em si. Na Grécia Antiga, a monarquia existiu mas era tido como anormal. Os gregos defendiam uma ideia de liberdade em que qualquer restrição a esta era algo a ser debatido e os seus benefícios tinham de ser apresentados de forma clara e justificando uma perda dos direitos. Já no Oriente, a monarquia sempre existiu e era tido como algo normal, não se defendendo abertamente o seu derrube. Contudo, a permissão de críticas ao rei e o debate sobre os termos com que um rei poderia em teoria ser deposto, abria portas à dissidência e à inevitabilidade da defesa do derrube de um mau rei.[309] Apesar das diferenças entre as monarquias da Antiguidade e as monarquias da Idade Média, há linhas de fundo que nos parecem comuns. Com excepção do rei cujo reino se pretenda demonizar, para fins de legitimação das novas dinastias, a crítica régia deveria obedecer a certos limites na literatura, caso contrário não seria permitida.

Armindo de Sousa[310] destaca que atacar os conselheiros pela má orientação dada ao rei era um *topos* comum no discurso das Cortes, dando como exemplo os ataques aos conselheiros régios de D. Fernando nas cortes de 1385. Ayala por exemplo prefere atribuir

[308] Börm (2015a), p.9-14.
[309] Ibid, loc.cit.
[310] Sousa (2014), p.173

ao divino a derrota castelhana em Aljubarrota, além de culpar os jovens cavaleiros que procuraram a fama desesperadamente, optando por uma postura suicida e contraproducente no campo de batalha.[311] Apesar de Ayala procurar com estas interpretações diminuir o mérito português na Batalha de Aljubarrota, há também a procura de salvaguardar o rei de críticas mais violentas. Estas técnicas de crítica subtil constituem uma estratégia de defesa dos cronistas e historiadores, para se salvaguardarem de acusações de ataque à instituição régia. A ambiguidade na linguagem é outra estratégia.

A ambiguidade da linguagem lopesiana é, para nós, um dos factores que contribuiu para por vezes se defenderem opiniões tão díspares sobre os mesmos temas da obra do cronista. Como qualquer crítica a um rei tem de ser feita com tacto, o cronista, como sublinha Luís Rebelo,[312] opta por uma abordagem cautelosa, que permite várias interpretações. Assim sendo, cruzar os vários trechos sobre cada tema que o cronista escreve será a forma de chegar a hipóteses mais plausíveis sobre a opinião do autor, mesmo que sem certezas totais. Note-se um exemplo.

No Prólogo da CDP, Fernão Lopes afirma que duas virtudes que Deus comanda que se respeite são a castidade e temperança. Não se deve pois ser libertino nem comer demais.[313] Um olhar atento à descrição de Pedro I na CDP aponta um célebre amor adúltero com Inês de Castro, da qual teve 4 filhos, mais 2 filhos que teve já viúvo. O cronista escreve no capítulo I que o rei gostava de comer muito.[314] Dado que Fernão

---

[311] Ayala (1991d), p.598-602. Note-se o episódio de um cavaleiro francês em que esta censura os jovens que procuram a fama acima do interesse comum. É o célebre *topos* da sabedoria da velhice, aqui representada num cavaleiro veterano da guerra e que não se deixa consumir pela febre da fama. Esta estratégia de Ayala, de criticar de forma subtil certas opções régias, mas de forma indirecta, é visível também quando usa a correspondência que cita nas obras, onde coloca as personagens a dizerem de forma subtil as críticas que não se podem fazer de forma aberta. Veja-se a carta do Sultão da Babilónia (Ayala, 1991d, p.545-546) que consola D. Juan I pela derrota, afirmando tratar-se de uma opção divina que há que acatar. Trata-se em essência de uma crítica por intermédia pessoa, conquanto aqui nos pareça existir um subtil desvio para outras explicações que não apenas as opções do rei. Em essência, procura-se criticar as opções régias tomadas, mas temperando as críticas com outras causas para os infortúnios, tais como a febre da fama que acomete os jovens castelhanos, ou os insondáveis desígnios de Deus que quis dar a vitória a Portugal.

[312] Ver página 71 da dissertação.

[313] Lopes (2007), Prólogo, p.4

[314] Lopes (2007), cap. I, p.7-9.

Lopes escreve estes detalhes no capítulo I, logo imediatamente após ter apontado a castidade e temperança como virtudes cristãs, poder-se-ia especular sobre uma possível crítica a D. Pedro I de Portugal, ocultada de forma críptica. Contudo, entendemos que uma observação da CDP mostra que Fernão Lopes coloca Pedro I como tendo relações com várias mulheres, mas não sendo necessariamente um libertino. Sugere que D. Pedro I de Portugal, após a morte de Inês de Castro não mais quis casar, ao contrário de Pedro de Castela, que teve um comportamento errático nesta matéria.[315] Dora Luís[316] aponta que há uma simetria nas descrições do gosto pelos banquetes de ambos os reis, mas com o propósito de contrapor positivamente Pedro I de Portugal e Pedro de Castela nestas matérias, pois ao passo que o rei português é colocado a gostar de comer de forma moderada, o seu homólogo castelhano é imoderado nesse gosto.

Anthony Kaldellis aponta, para o caso da Antiguidade Clássica, que o medo de fazer críticas mais abertas gerava uma situação em que só um historiador velho, já sem nada a perder e sem a dependência do poder, teria a coragem de criticar de forma mais virulenta.[317] Era a técnica da *parrhesia*, uma técnica ainda pouco reconhecida, onde um historiador de renome, arriscando a vida, criticava de forma aberta o rei, expondo os males do governo, procurando incitar à sua correcção. Contudo, Anthony Kaldellis aponta que mesmo o panegírico poderia ter paradoxalmente um efeito de crítica, pois ao defender um padrão moral, em essência inculcavam-se esses valores na sociedade. Assim, Anthony Kaldellis aponta que quer a *parrhesia*, quer o panegírico, acabavam a ser tácticas complementares, produzindo o mesmo objectivo: a defesa de um dado padrão de valores na sociedade. [318]

Conquanto Anthony Kaldellis aponte estas técnicas para os períodos da Antiguidade e a Tardo-Antiguidade, elas configuram estratégias literárias de crítica que,

[315] «Este rrei nom quis mais casar depois da morte de dona Enes…», ver Lopes (2007), cap. I, p.9. Pedro I de Castela é colocado a casar por duas vezes, uma com D. Branca de Bourbon, outra com Joana de Castro, nas duas vezes rejeitando pouco tempo após a noiva, ver Lopes (2007), cap. XIV, p.69-72.
[316] Luís (2004), p. 106.
[317] Kaldellis (2017), p.47-56.
[318] Ibid, loc.cit.

em nosso entender, atravessam o tempo. Note-se, por exemplo, como Fernão Lopes, ao tratar da complexa questão da justiça de D. Pedro I de Portugal, acaba quer pela crítica acirrada a algumas das suas acções (como o processo de extradição[319] dos assassinos, que motiva a mais violenta crítica de Fernão Lopes ao rei na CDP) quer pela forma como louva a aplicação das leis por D. Pedro I de Portugal[320] a todos por igual, por veicular uma forte ideia de justiça: uma justiça que se aplique a todos por igual, mas com proporcionalidade nas penas. Não se pode entender a visão da justiça em Fernão Lopes se não cruzarmos estas duas estratégias.

Esta dupla estratégia literária pode ser também detectada em outros momentos na CDP. Quando Fernão Lopes disserta no Prólogo sobre a justiça e menciona que o rei deve ter justiça para poder julgar, há uma muito subtil sugestão de que se o rei não for justo perde a autoridade e legitimidade. Daqui até defender que um rei pode ser derrubado pode ser apenas um passo. É isso que dá a entender quando sugere que D. Pedro I Castela perdeu o trono de Castela por conta do seu comportamento cruel e despótico. Não por acaso, a história do rei castelhano na CDP é pautada por inúmeras execuções de pessoas pelo monarca, bastas vezes de forma gratuita ou por motivos torpes, no que é uma analogia (por inversão) ao seu homólogo luso. Ao passo que D. Pedro I de Portugal apenas executou quem prevaricou, dentro das leis (conquanto Fernão Lopes pareça sugerir que o rei poderia ter usado de perdão em alguns casos), não deixando ninguém impune, Pedro I de Castela é visto como alguém cruel, louco e sádico, que executa sem critério de justiça. Esta analogia entre os dois reis funciona como que uma invectiva contra Pedro I de

[319] Fernão Lopes afirma que a partir desse momento (na CDP), deixará de louvar D. Pedro I de Portugal, pois faltou à palavra dada, facto agravado por ser um rei «Porque o fruito principal da alma dizem que he a verdade…e ella há de seer clara e nom fingida, mormente nos rreis…nossa tençom he nom o louvar mais, pois contra seu juramento foi consentidor em tam fea cousa como esta.»,ver Lopes (2007), cap. XXX, p.137. Além disto, a descrição dos detalhes cruéis da execução dos assassinos, que o próprio Fernão Lopes admite não descrever na totalidade para não chocar os leitores, sugere uma crítica à crueldade e desproporção das penas, crítica que já emerge em outras histórias. Para a execução dos assassinos ver Lopes (2007), cap. XXXI, p.144.-145.

[320]Acrescentamos que não por acaso, o capítulo que se segue à célebre citação de Solón do capítulo IX é o do episódio do Almirante Pessanha, que é punido por D. Pedro por alcovitagem e só escapou da morte porque fugiu. Sendo o almirante uma das figuras mais importantes da estrutura de poder do rei, Fernão Lopes quer mostrar-nos como até no topo da hierarquia ninguém escapava, ver Lopes (2007), cap.X, p.43-45.

Castela e um panegírico ao seu homólogo português. Se qualidades como a justiça, equidade e a temperança são louváveis num rei, por contraponto o oposto é censurável. Pedro I de Castela funciona aqui como uma espécie de alerta ao que pode suceder a um reinado quando um rei é injusto. A função pedagógica da invectiva é completada pela defesa de um exemplo seu oposto: neste caso o do rei Pedro I de Portugal.

De fazer notar que João de Salisbúria defende no PO que é legítimo matar um tirano, afirmando que as Escrituras apoiam este acto e os sacerdotes de Deus o interpretam como acto piedoso.[321] O eclesiástico defende o assassinato do tirano de forma despudorada, afirmando que o tirano é um inimigo público e que aquele que viveu pela espada, pela espada deve perecer:

> «Y es que quitar la vida al tirano no sólo es lícito, sino equitativo y justo, porque el que toma la espada merece perecer por la espada».[322]

Apesar de em certo momento, João de Salisbúria afirmar que quem está ligado ao tirano por juramento não deva matá-lo, porque viola essa jura[323], o autor defende de forma mais ou menos aberta a noção de que o tirano deve ser executado. E em certo momento associa a tirania à violação da justiça e das leis:

> «Cierto, el que recibe la potestad de manos de Dios, sirve a la ley a la justicia y es siervo del derecho. En cambio, el que la usurpa, oprime los derechos y somete las leyes a su personal arbitrio. En consecuencia, con toda razón se arman los derechos contra el que desarma las leyes, y se ensaña el poder público contra el que pretende escabullirse de la mano pública. Y con ser muchos los delitos de lesa majestad, ninguno más grave que el que se realiza contra el cuerpo

[321] Salisbury (1984), Livro VIII, Cap. 20, p.738-740.
[322] Salisbury (1984), Livro III, Cap. 15, p.303. A expressão «enimigo público» está no próprio título do capítulo, o que inculca logo no leitor a ideia que o autor quer defender. O autor termina este capítulo lamentando que ninguém mate os tiranos «Por desgracia, nadie toma venganza contra el enemigo público; y, sin embargo, el que no lo persigue, delinque contra sí mismo y contra todo el cuerpo de la comunidad política.», ver Ibid, Livro III, Cap.15, p.304.
[323] «Las historias, sin embargo, enseñan que hay que evitar que alguien maquine la muerte de aquel a quien está obligado por vínculo de fidelidad o de juramento.», ver Salisbury (1984), Livro VIII, Cap. 20, p.742.

mismo de la justicia.»[324]

Se contrastarmos isto com o Prólogo da CDP, vemos certas afinidades. Apesar dos exageros e falhas de D. Pedro I de Portugal, Fernão Lopes aponta que na justiça o rei aplicou as leis e não falhou no dever. Além do que, a partir deste Prólogo e de uma certa concordância ideológica deste com o PO de João de Salisbúria, pode-se intuir que Fernão Lopes sugere em última instância que um rei que não for justo pode ser derrubado e até executado. Assim foi com Pedro de Castela e o mesmo se passaria com as pretensões do rei de Castela à coroa portuguesa. Fernão Lopes sugere que o rei de Castela perdeu os direitos que possuía pela transgressão dos acordos feitos com Portugal.

Como Pedro I de Castela ou D. Fernando estão já mortos quando Fernão Lopes escreve, é-lhe mais fácil criticá-los, pois o autor tem mais liberdade para criticar. Exceptuando em questões cruciais para a ideologia que uma dada obra queira defender, as críticas às personagens importantes podem ser toleradas, até porque estando mortas há já um distanciamento emocional em relação aos factos. A assimilação dos factos pode já ter sido feita com o passar dos anos, tornando mais fácil o trabalho de crítica ao cronista.

A este respeito Henning Börm aponta que a *kaiserkritik* viveu sempre entre dois paradoxos. Por um lado, se o poder tolerasse críticas em demasia, abriria portas à perda da autoridade; mas se reprimisse com violência seria visto como um tirano. A crítica aos reis podia existir, desde que dentro de certos limites. Podia até ser algo benéfica, por permitir extravasar certa frustração que poderia voltar-se contra o rei, caso não fosse contida.[325]

A própria crítica ao rei era um requerimento do modelo da *kaiserkitik*, pois este tinha como um dos seus principais *topos* a defesa da verdade e uma obra acrítica não seria bem vista. Assim sendo, a capacidade de criticar o rei era um factor de valorização intelectual da obra e da sua consequente legitimidade. [326] Mais uma vez, fazendo uma

[324] Salisbury (1984), Livro III, cap. 15, p.303.
[325] Börm (2015a), p.14-18.
[326] Börm (2015b), p.320-323.

ponte com o período medieval em questão nesta tese, note-se a similaridade destes traços literários com a obra de Fernão Lopes. O cronista português é sobejamente destacado pela sua capacidade de apontar os erros e falhas nas personagens que pretende louvar. A sua capacidade de psicologizar as personagens, de mostrar as suas falhas e virtudes, a forma como não cinge as descrições das personagens a meros arquétipos é dos traços mais idiossincráticos em Fernão Lopes.

Neste sentido, parece-nos que este traço, além de ser uma mostra da sua mestria literária, insere também Fernão Lopes nestas estratégias literárias que datam desde a Antiguidade e que mostram uma continuidade, em autores sofisticados como Fernão Lopes, de certas práticas da cronística régia medieval com a historiografia régia da antiguidade. Ao não fazer um retrato excessivamente panegírico das personagens, Fernão Lopes percebe, como os historiadores da Antiguidade, que uma obra excessivamente panegírica não será verosímil. Assim, uma das técnicas literárias cruciais para a legitimação de uma obra consiste em construir uma narrativa credível, em que se apontem erros e virtudes, não exagerando nem na demonização, nem na apologia das personagens. A esta luz se entende a descrição que Fernão Lopes faz de Leonor Teles, por exemplo, onde atacando a sua conduta privada imoral, não deixa nunca de lhe reconhecer inteligência, beleza e graça.[327]

A este título refira-se o artigo de Nadine Korte[328] quando a autora argumenta, usando o exemplo das invectivas do historiador Procópio de Cesareia contra a imperatriz Teodora, que Procópio atacava a imperatriz como faria com qualquer imperador. A tradição historiográfica tendia a centrar as críticas na figura do imperador, mas no caso de Teodora, dada a importância que a sua acção teve nos destinos do império, Procópio decide, segundo Korte, atacar Teodora como faria a qualquer homem poderoso que estivesse no seu lugar, algo que é raro na historiografia. Procópio usa os mesmos arquétipos negativos da invectiva para demonizar a figura de Teodora, tal como fez com o seu marido, Justiniano. Compare-se com o ataque que Fernão Lopes faz a Leonor Teles, mas que não fez a Inês de Castro, apesar de já na altura em que Fernão Lopes vivia circular

[327] Lopes (2004), cap. LXV, p.230.
[328] Korte (2005), p.116-122.

a teoria de Inês de Castro como uma mulher ambiciosa.[329]

Fernão Lopes descredibiliza a teoria de que Inês de Castro e D. Pedro I de Portugal casaram, mas não atacou em si a figura de Inês de Castro, nem usou essa versão negativa de Inês de Castro, que circulava na altura da crise dinástica de 1383. Isto pode ter-se devido ao facto de que Inês de Castro nunca ocupou funções primordiais no país, nem teve uma postura política crucial como Leonor Teles terá aquando da morte de D. Fernando. Assim sendo, não havia a necessidade de Fernão Lopes atacar Inês de Castro, tendo o cronista se limitado a lançar dúvidas sobre o hipotético casamento com D. Pedro I de Portugal. Já Leonor Teles foi criticada porque tomou parte na questão política fundamental, tendo governado o país no momento crucial em que se dá a crise dinástica. Os ataques a Leonor Teles, as próprias descrições mais ricas e profundas da sua personalidade (por contraponto a uma personalidade mais "apagada" de Inês de Castro na trilogia), podem pois entender-se à luz desta equiparação de Leonor Teles aos homens poderosos do seu tempo. Assim como Fernão Lopes não deixou de retratar a gestão danosa que D. Fernando fez, tão pouco poupou a rainha nas descrições da política que considerou desastrosa para o país.

Dentro da lógica de não exagerar nas descrições, nem positiva, nem negativamente, atente-se como Fernão Lopes sugere uma possível paixão homossexual de D. Pedro I de Portugal por Afonso Madeira, seu escudeiro, a quem mandará castrar por ter dormido com uma mulher casada.[330] Esta sugestão de homossexualidade é, à partida, dispensável na CDP. Que função serve? Porque Fernão Lopes nos relata isto? Em nosso entender, serve para mostrar que Fernão Lopes não se coíbe de mostrar os vários lados do rei D. Pedro I de Portugal, mesmo os que desafiem a imagem convencional do rei. Era por demais conhecido o grande número de filhos que D. Pedro I de Portugal teve, ao todo nove.[331]

---

[329] Teyssier (1974), p.569-570.

[330] «E como quer que o el-rrei muito amasse, mais que se deve aqui de dizer…», ver Lopes (2007), cap. VIII, p.36-37.

[331] Além dos filhos que teve de D. Constança e de Inês de Castro teve D. João I de Teresa Lourenço, que nasceu em 1357 e uma filha, cujo nome não é conhecido, e que mandou criar no convento de Santa Clara, ver Sousa (1946), p.409.

Sendo que o rei ficou conhecido pelos amores com Inês de Castro e que sendo o pai do Mestre de Avis (figura cuja ascensão e legitimação é um dos objectivos da CDP), à partida este detalhe poderia até ser problemático para o objectivo de promover o Mestre de Avis. Ao sugerir uma paixão homossexual de D. Pedro I de Portugal, poder-se-ia correr o risco de lançar dúvidas sobre a conduta do rei, isto num cenário hipoteticamente mais extremo. Contudo, tal nem chega a suceder, pois ao descrever os amores de D. Pedro I de Portugal[332] e Inês de Castro, ao falar logo no capítulo I da CDP sobre as «amigas»[333] que o rei teve, Fernão Lopes não deixa margens para dúvidas que D. Pedro I de Portugal se relacionou com mulheres toda a vida, tornando assim esta sugestão um detalhe curioso na obra, mas um detalhe apenas. A sua função serve para Fernão Lopes mostrar ao leitor que é um cronista que consegue captar os vários momentos de um rei, e que não se limita a elencar meia dúzia de clichés sobre o rei.

Há também aqui uma subtil sugestão ao leitor de que Fernão Lopes teve acesso a pessoas próximas ao círculo íntimo do rei. Uma história íntima deste tipo, sobretudo os detalhes de que se reveste (descrição muito pormenorizada da relação entre Afonso Madeira e Catalina Tosse; o ambiente de corte em que se dá este episódio), sugere fortemente que Fernão Lopes obteve esta história de uma fonte oral directa, provavelmente alguém próximo do rei. Este detalhe não surge em Ayala, nem nos cronistas portugueses posteriores a Fernão Lopes e que escreveram sobre D. Pedro I de Portugal, tais como Duarte Nunes de Leão, Cristóvão Rodrigues Acenheiro, Rui de Pina, Frei Henrique de Noronha ou Pedro Mariz. Tão pouco Ayala, que é anterior a Fernão Lopes, refere tal detalhe sobre o rei D. Pedro I de Portugal, conquanto neste caso possa entender-se à luz de que o reinado de D. Pedro I de Portugal não era a matéria que Ayala teria de cobrir nas suas crónicas.

Nem Duarte Nunes de Leão, que ataca D. Pedro I de Portugal na sua crónica alguma vez menciona isto.[334] O facto de Fernão Lopes ter sido o único que mencionou este

---

[332] «Porque semelhante amor quall el-rrei dom Pedro ouve a dona Enes rraramente he achado em alguua pessoa…», ver Lopes (2007), cap. XLIV, p.195.
[333] Lopes (2007), cap.I, p.9.
[334] Duarte Nunes de Leão atacou Fernão Lopes na sua crónica para defender a União Dinástica, em que vivia. Duarte Nunes de Leão ataca Fernão Lopes de forma mais ou menos clara quando censura a forma como este escreveu os acontecimentos de 1383-1395 «Disto he boa testemunha a liberdade & soltura com

detalhe adensa a sugestão de que o cronista teve acesso a uma pessoa do círculo íntimo de D. Pedro I de Portugal que terá veiculado algum rumor sobre esta paixão. O leitor que lesse este episódio decerto percebia que Fernão Lopes teria tido acesso a alguma fonte muito próxima do rei, o que só valoriza Fernão Lopes.

A sugestão de homossexualidade é tão ou mais reforçada por duas outras passagens na trilogia que se cruzadas com a alusão do capítulo VIII da CDP, tornam claro que Fernão Lopes quereria sugerir que o rei nutriria pelo escudeiro uma paixão. No mesmo capítulo VIII da CDP, este arranca com um parágrafo que contém uma referência críptica à homossexualidade de D. Pedro I de Portugal «Hera ainda el-rrei dom Pedro **muito ceoso assi de molheres de sua casa come de seus officiaaes e das outras todas do seu poboo**; e fazia grandes justiças em quaaesquer que dormiam com molheres casadas ou virgees e isso mesmo com freiras d'ordem.». [335] Note-se como o parágrafo fala do rei ser ceoso da honra das mulheres da sua casa e no meio da frase, Fernão Lopes coloca os oficiais como alvo também desse zelo do rei, algo que não faz sentido, porque a frase, à partida pareceria aplicar-se apenas às mulheres. Contudo, se lermos o parágrafo, vemos que a única razão para se colocar os oficiais no meio de uma frase destas, era para preparar o leitor para o episódio onde se falaria do rei e do escudeiro. Isto é acentuado pelo facto de Fernão Lopes dizer que D. Pedro I de Portugal se preocupava com a honra feminina de todas as mulheres, fossem da sua casa, freiras, virgens e casadas e todas do povo, como disse o cronista. Mas quanto aos homens, apenas coloca os oficiais como alvo de tal zelo. Assim

---

que os Portugueses screuerão as cousas del Rei dom Fernando de Portugal, & da Rainha Dona Lionor, sua molher, & os Castelhanos as del Rei Dom Pedro, el Rei dom Henrique o Quarto…porque não deixarão herdeiros que os vingassem, mas sucessores que em seus defeitos consentissem.», ver Leão (1975), p.310. O alvo claro deste ataque é Fernão Lopes, pois foi ele que arrasou a imagem de D. Fernando e de D. Leonor Teles na CDF e de Pedro I de Castela na CDP e que exaltou o Mestre de Avis na CDJ. Se cruzarmos isto com a anterior crítica que Duarte Nunes de Leão faz aos cronistas (isto em relação à justiça de D. Pedro I de Portugal, que Duarte Nunes de Leão considera negativa), torna claro que o alvo do ataque de Duarte Nunes de Leão é Fernão Lopes, pois é a ele que se quer referir quando acusa, de forma velada, os cronistas de inventarem virtudes aos reis e omitirem as suas maldades. Isto devido à visão que Fernão Lopes dá da justiça de Pedro I. Na visão de Duarte Nunes de Leão, Pedro I foi cruel e despótico. Duarte Nunes de Leão escreve durante a União Dinástica, logo ataca Fernão Lopes, cuja obra era uma defesa da independência de Portugal. Por isso Duarte Nunes de Leão aceitou a ideia do casamento de Inês de Castro e D. Pedro I de Portugal e ressalvou sempre a forma como os reis de Castela descendiam de Inês de Castro e Pedro I, com o fito claro de unir a descendência castelhana à portuguesa e apresentar a coroa de Castela como a herdeira de Pedro I e de Inês. Não por acaso detalha muito a vida dos infantes D. João e D. Dinis, filhos de Inês, sublinhando a sua ligação à nobreza de Castela, ver Leão (1975), p.306-308.

[335] Lopes (2007), cap. VIII, p.35. O negrito é nosso.

sendo, a colocação da referência ao rei ser «ceoso» dos seus oficiais, no meio das mulheres só se pode entender à luz da frase que Fernão Lopes dirá mais à frente, quando diz que o escudeiro era amado pelo rei «mais que aqui se deve de dizer…».[336]

A outra referência é o capítulo CXXXIX da CDJ2, intitulado *Como el-Rey cassou algumas donzellas, e mandou queymar huum seu camareyro moor*, que arranca dizendo que após as cortes acabarem, D. João I procurou casar mulheres jovens de sua casa. Note-se a passagem seguinte «el –Rey **com boom desejo e cuydado das molheres de sua cassa**, e assy de as goardar de fea queeda em que muytas sem empacho per seu mao sisso vem a cayr…».[337] Note-se a similaridade da descrição do zelo de D. João I com o de seu pai. Logo a seguir fala de um amor proibido entre um camareiro-mor, Fernando Afonso e D. Beatriz de Castro. Ora deste camareiro-mor diz Fernão Lopes o seguinte «eram em conhecimento do grande amor que lhe el-Rey mostrava.».[338] Fernão Lopes nunca coloca neste amor uma sugestão de que era mais do que aqui se deveria dizer. Aliás, antes deixa claro que o rei amava muito o irmão deste camareiro-mor, João Afonso de Santarém, pelos serviços prestados e que na mesma medida e pela mesma razão, amava o camareiro Fernando Afonso.[339] Torna-se claro que se trata aqui de amor no sentido de reconhecimento por parte de D João, pelos serviços que ambos lhe prestavam. O camareiro acaba queimado. D. João I mostra nesta história uma total inflexibilidade e Fernão Lopes coloca mesmo a ideia de que toda a casa do rei ficou espantada com a sua dureza nesta questão, não tendo o Mestre de Avis cedido aos imensos rogos pelo seu camareiro-mor.[340]

Note-se como Fernão Lopes constrói este capítulo de forma simétrica às histórias de justiça de D. Pedro I de Portugal. Contudo, o leitor ao cruzar este capítulo com o capítulo VIII da CDP notará as diferenças entre os dois. Na CDP, há alusões ao zelo pela honra dos oficiais régios; uma sugestão de que o rei amava mais do que convinha dizer Afonso Madeira; o escudeiro é castrado, morrendo lentamente. A castração sugere ela

[336] Lopes (2007), cap. VIII, p.36-37.
[337] Lopes (1977b), cap. CXXXIX, p.283. O negrito é nosso.
[338] Lopes (1977b), cap. CXXXIX, p.284.
[339] Ibid, loc.cit.
[340] Ibid, cap. CXXXIX, p.285-287.

mesma uma punição por ciúme e não por mera aplicação das leis.[341] Contudo, na CDJ2, D. João é colocado a defender a honra das mulheres da sua casa, de forma implacável, mesmo nutrindo uma amizade forte pelo camareiro, mas nada mais que amizade. Ao cruzar os dois capítulos mais se torna claro a estranheza em que consistiu a construção do capítulo VIII da CDP, com alusões crípticas à paixão do rei pelo escudeiro. A forma como tais alusões não estão na história da CDJ2, permitem extrair a conclusão que este capítulo consistiu numa analogia com o capítulo VIII da CDP, permitindo mostrar as diferenças entre a actuação do pai e do filho, sendo que as diferenças reforçam a ideia passada na CDP. Através da justaposição dos dois capítulos, um leitor perceberia o que Fernão Lopes quereria sugerir.

Este capítulo da CDJ2 quebra a sequência da acção na crónica. O capítulo é antecedido por capítulos que falam de lugares tomados pelas forças do Mestre de Avis e logo a seguir ao capítulo, volta-se a falar de conquistas de novas povoações. Sendo assim, este capítulo não faz sentido, parecendo deslocado da acção. Por que razão Fernão Lopes interrompe a sequência de conquistas do Mestre de Avis, para nos falar de uma estranha história de justiça dura do rei, se não fosse para acentuar as sugestões que fizera no capítulo VIII da CDP? O facto de histórias desta dureza do Mestre de Avis serem quase inexistentes na CDJ, com o próprio Fernão Lopes a sublinhar a estranheza desta acção por parte de D. João I, tornam claro que era uma história "anormal", que Fernão Lopes apenas colocou para reforçar a sugestão de homossexualidade de D. Pedro I de Portugal.

Assim sendo, Fernão Lopes converte um detalhe aparentemente problemático numa técnica que credibiliza a sua crónica, apresentando-se como um cronista bem informado, que detém fontes muito próximas aos acontecimentos e que não procura fazer uma crónica decalcada de clichés sobre o rei. O leitor sente, ao ler Fernão Lopes que este não omite certos factos.

Não devemos secundarizar o facto de que a obra de Fernão Lopes, escrita com uma linguagem que por vezes sugere que fora concebida para ser lida[342]em voz alta, tenha sido lida a primeira vez em ambiente cortês. O público que leria estas obras seria, no início,

[341] Luís, op.cit,, p.66
[342] Atkinson (1962), p.225.

um público de corte e que decerto conheceria pessoas que viveram o reinado de D. Pedro I de Portugal. De recordar que Fernão Lopes nascera apenas 20 anos após a morte de D. Pedro I de Portugal, ainda havendo testemunhos sobre este reinado, testemunhos esses que Fernão Lopes captou, quer nesta história, quer na lenda de justiceiro que já na altura envolveria a personagem. O público que lesse esta crónica reconheceria estas histórias, o que só credibilizava o cronista. A função desta sugestão de homossexualidade por Fernão Lopes é em nosso entender criar uma noção de confiabilidade no autor por parte do leitor. Fernão Lopes usa a estratégia de fazer concessões sobre aspectos problemáticos das suas personagens para em última instância, mostrar ao leitor que a sua obra não é um panegírico repleto de clichés e meias verdades, mas sim uma obra séria.

Há assim como que um processo de negociação que o cronista faz. Consciente de que haveria limites que não poderia passar, Fernão Lopes percebe que a forma de poder colocar certos dados inconvenientes na trilogia seria o de alternar esses dados com outros, aparentemente em sentido contrário, de forma a proteger-se, por um lado de acusações de crítica aos reis, e por um outro lado desorientando os leitores sobre o que o autor realmente pensava.

Note-se a forma como coloca por um lado, na CDJ2 as intrigas que Nun'Álvares sofre no círculo íntimo de D. João I, culminando na ameaça do Condestável em partir de Portugal.[343] Estas descrições poderiam ser problemáticas para o rei D. João I e até em última instância levar Fernão Lopes a ser acusado de estar a criticar de forma subtil o Mestre de Avis. Contudo, Fernão Lopes coloca ao mesmo tempo críticas ao grupo de apoiantes de Nun'Álvares Pereira, através de críticas à CC, que acusa de distorcer a verdade e exaltar em demasia Nun'Álvares. Assim, desta forma, como que despista sobre o que verdadeiramente pensa, deixando que o leitor extraia por si a interpretação dos factos e a opinião verdadeira que Fernão Lopes teria sobre eles. Esta estratégia emerge sistematicamente na obra de Fernão Lopes.

Fernão Lopes não caiu no erro de criar uma obra excessivamente panegírica, que num público de corte mais culto e conhecedor da realidade íntima da corte (portanto

[343] Lopes (1977b), cap.CLII-CLIV, p.318-324.

conhecedor do que realmente se passara no círculo íntimo de D. Pedro I de Portugal) não seria levado a sério. Esta é uma estratégia literária a que Fernão Lopes recorre com abundância. Dada a complexidade de que esta estratégia se reveste, exigindo que o autor seja capaz de contar factos potencialmente problemáticos, de uma forma que permita que sejam transformados em factos positivos, ou se tal não for possível, que sejam menorizados, tal estratégia só está ao alcance de autores com a sofisticação de Fernão Lopes. A sua capacidade de alternar vários planos de acção, nos quais coloca dados sobre a mesma questão, permitindo que o leitor cruze as várias referências e formule uma dada ideia sobre o tema, é disto o maior exemplo. A conduta sexual de Pedro I não é apenas inferida pela sugestão do capítulo VIII da CDP, mas através das várias sugestões que Fernão Lopes deixa na trilogia e que acabam a secundarizar esta sugestão que deixa no episódio de Afonso Madeira.

Fernão Lopes estava consciente que tinha de ganhar em credibilidade à cronística castelhana e que tal só seria feito mostrando a validade dos argumentos portugueses na crise de 1383-1385. Tal não seria conseguido por meramente apresentar uma teoria diferente da teoria castelhana dos acontecimentos mas sim por ganhar o leitor para a sua causa, através de lhe mostrar que Fernão Lopes era confiável como historiador. Fernão Lopes teria a noção de que a obra de Ayala, com um estilo seco e com pouco nexo causal podia gerar dúvidas num público mais culto e conhecedor da realidade. Contudo, com o passar dos séculos, se a literatura favorável aos portugueses na crise dinástica de 1383-1385 desaparecesse e a obra de Ayala fosse a única fonte que restasse desse período, então essa versão seria a que predominaria. Fernão Lopes percebeu a necessidade de contrastar à versão de Ayala uma versão portuguesa dos factos que fosse sólida e sobretudo credível. Não bastava afirmar com veemência os argumentos portugueses nas cortes de 1385.

Fernão Lopes percebe isso e vitupera a versão castelhana, tentando primeiro que tudo mostrar-se mais credível que os historiadores castelhanos, através de uma estratégia que procurava convencer o leitor da sua veracidade. Daí o jogo complexo das referências cruzadas, dos vários dados colocados em diferentes capítulos e planos de acção.

Admitir que o Mestre de Avis não era perfeito e até foi tíbio inicialmente na questão dinástica não seria problemático se Fernão Lopes conseguisse demonstrar que em última

instância o Mestre não fraquejou no momento decisivo e que se colocou do lado do povo português. Admitir que o rei D. Pedro I de Portugal não era perfeito e que teve momentos de crueza, não seria problemático, se conseguisse fazer uma avaliação positiva do rei, mostrando as virtudes que teve, conseguindo equilibrar no final os defeitos e falhas e criando um balanço positivo. Contudo, tal exige uma sofisticação que poucos cronistas tinham. Fernão Lopes tinha-a, Ayala e outros não tanto. Daí que os autores não tão sofisticados recorram tantas vezes a arquétipos e clichés literários, para enquadrar as personagens numa narrativa ou, em última instância, omitam detalhes que não encaixem na teoria que queiram defender.

Devido a esta estratégia, a obra de Fernão Lopes produziu um mosaico de dados por vezes contraditórios. Tanto o cronista nos dá detalhes positivos das suas personagens, como em outros momentos nos dá dados que poderiam ser problemáticos para a visão que deles queria dar. Soma-se a isto a ambiguidade da sua linguagem, abrindo assim as portas a várias teorias sobre as verdadeiras ideias do autor. Isto explica o porquê da divisão historiográfica que a sua obra gera. O facto de vários autores poderem dizer que Fernão Lopes critica D. João I, ou que faz na verdade a sua apologia deve-se precisamente à dificuldade em descodificar um autor cuja obra é marcada por esta complexidade, tornando o seu pensamento difícil de entender por vezes. Por que razão nos descreve as intrigas contra Nun'Álvares Pereira na CDJ2 e a consequente ameaça de ruptura entre Nun'Álvares e D. João I, quando não tinha de o fazer? Porque nos dá a conhecer os rumores de homossexualidade de D. Pedro I de Portugal quando mais nenhum historiador os referiu sequer?

O próprio debate sobre a parcialidade ou não de Fernão Lopes deriva desta mesma questão. Ao contrário da maioria da cronística medieval, que se pauta pela omissão de dados problemáticos, Fernão Lopes adopta uma estratégia diferente e por norma coloca os dados, adoptando a táctica de os enquadrar na sua versão dos acontecimentos, ao mesmo tempo que complementa essa informação com dados, em referências cruzadas, em vários planos de acção, para inculcar a sua versão do sucedido.

Compare-se esta abordagem com a abordagem de Pero López de Ayala, cuja estratégia narrativa para lidar com factos inconvenientes consiste no geral em omiti-los.

Assim, ao invés de negar ou omitir, Fernão Lopes tem como estratégia narrativa colocar os factos mas nos seus termos, ao invés de omitir, permitindo que o público conheça a sua versão. Fernão Lopes parece perceber que mais do que negar, há que contrastar uma história com uma versão coesa e verosímil. As omissões claras na trilogia lopesiana foram raras. [344] No geral, Fernão Lopes prefere colocar os detalhes, estruturando contudo a obra para responder a quaisquer dúvidas. Isto mostra como Fernão Lopes é um escritor extremamente sofisticado, capaz de argumentar, de contra-argumentar e de ligar ideias e factos em vários planos de acção distintos.

Outro traço da sua sofisticação prende-se na capacidade de perceber a importância de episódios aparentemente inócuos na inculcação das ideias que quer veicular. Tome-se como exemplo um diálogo aparentemente normal entre D. Dinis e Diogo Lopes Pacheco na CDF.[345] Aí, o infante D. Dinis é colocado a dialogar com Diogo Lopes Pacheco sobre a situação em Portugal e do nada, o infante diz temer que Leonor Teles o mande matar e aos seus irmãos, para eles não herdarem os reinos. Qual a lógica deste episódio? À partida, isto não tem grande sentido, pois os filhos de Inês de Castro eram bastardos e o rei D. Fernando, tendo acabado de casar, decerto esperaria ter vários herdeiros.

Este diálogo, aparentemente um episódio cuja utilidade na obra não é em princípio clara, visa colocar, pela boca de terceiros, uma ideia crucial em toda a trilogia de Fernão Lopes: a ideia de que todos os filhos podem herdar a coroa. A forma como o infante D. Dinis sugere que é herdeiro do trono, tanto quanto qualquer eventual filho de Leonor Teles, sem aparentemente se dar conta de que diz algo que viola a teoria da sucessão medieval, assente na primogenitura, quer colocar subtilmente no leitor a ideia de que a sucessão do rei pode ser feita por qualquer infante. Daqui até à noção de que o melhor infante é o que deve herdar (mesmo que passando à frente dos irmãos mais velhos) pode ser um passo. Fernão Lopes prepara assim o leitor para a eleição do Mestre de Avis, processo que se revestiu de "anormalidades" para a lógica de sucessão medieval: um filho

[344] Ver página 56 da dissertação.
[345] Lopes (2004), cap. LXVI, p.232.

bastardo herdou o reino, passando à frente dos irmãos mais velhos e de uma filha legítima, e sendo para mais clérigo, o que colocava questões sobre a sua capacidade de casar e gerar herdeiros.

Fernão Lopes percebe a psicologia humana e percebe como o leitor reagiria a uma história destas. Ao normalizar a noção de sucessão por eleição, ao relativizar a sucessão primogénita, Fernão Lopes inculca no leitor a noção de que, em última instância todos podem herdar. Na CDJ irá tornar isto mais claro, quando na argumentação das cortes de 1385[346], na personagem de João das Regras, Fernão Lopes deixa claro que deve ser rei o melhor o melhor candidato, não tanto seguir rigidamente uma linha sucessória.

Dentro desta lógica, Fernão Lopes usa a correspondência oficial e os diálogos quer como fonte quer como estratégia de credibilização perante o leitor. Atente-se na forma como Fernão Lopes constrói o capítulo XXVIII da CDP.[347] Nesse capítulo, Fernão Lopes pretende apresentar os argumentos dados pelo conde de Barcelos e outros vassalos de D. Pedro I de Portugal para autenticar o casamento de D. Pedro I de Portugal e Inês de Castro. Com grande mestria, Fernão Lopes coloca os argumentos dos defensores do casamento de uma forma que acaba a fragilizar os mesmos. Os testemunhos que Fernão Lopes regista são frágeis, porque todos parecem estar a repetir um guião e nenhum dá um detalhe crucial como seja a data do casamento. A isto soma-se a leitura da carta papal, onde o Papa se limita a dar autorização a D. Pedro I de Portugal para casar com quem quisesse, mas apenas por que D. Pedro I de Portugal lhe pede. [348] Note-se que toda a carta coloca o Papa a apenas se limitar a elencar os problemas que D. Pedro I de Portugal poderia ter em casar com quem tivesse parentesco e dizendo que o dispensava para casar com quem quisesse, mas sem nenhum critério para tal. Em essência, esta carta, que se revestia de uma importância crucial para os defensores do casamento, acaba a revelar-se uma mão cheia de nada. Não há nenhum argumento moral forte que o Papa dê que explique porque autorizou o rei a casar com quem quisesse.

[346] Lopes (2017), cap.CLXXXIII-CLXXXVII, p.351-365.
[347] Lopes (2007), cap. XXVIII, p.125-130.
[348] Lopes (2007), cap. XXVIII, p.128-129

Apesar da posição oficial da Igreja sobre os casamentos consanguíneos, na prática poucas vezes tal era aplicado nas monarquias. O hábito de casarem entre parentes próximos persistiu nas monarquias europeias, não obstante, as proibições, caso contrário nem sequer D. Pedro I de Portugal teria podido alegar que se casara com a sobrinha. Esta prática sugere que estes impedimentos papais não eram levados a sério e que todos percebiam que a autorização ou proibição de certo casamento obedecia mais a jogos políticos do que a critérios claros. Sendo assim, a autorização papal não se revestia aqui de grande interesse, pois todos percebiam ao ler a carta que o Papa concedeu autorização a D. Pedro I de Portugal apenas porque este lhe pediu, nunca tendo concretamente abordado a questão teórica em si da ilegitimidade de Inês de Castro ou da consanguinidade entre os dois.

Fernão Lopes acaba assim a desmontar a hipótese de casamento de Inês de Castro e D. Pedro I de Portugal só na forma como elenca os próprios argumentos dos defensores, que tão pouco podiam contra-argumentar porque eram eles que invocavam a dispensa papal. Através de testemunhos pouco convincentes e de uma carta papal que nada provava de forma concreta, Fernão Lopes refuta o casamento de Inês de Castro e D. Pedro I de Portugal com grande mestria.

O uso de diálogos de opositores e de correspondência oficial são usados pelo autor com três objectivos. O primeiro é mostrar que Fernão Lopes usa fontes oficiais, como correspondência oficial ou as actas com as declarações dos próprios opositores, tendo assim escrito uma obra séria, assente em fontes e tendo transmitido os dois lados da questão. O segundo objectivo é inculcar no leitor as ideias que quer através dos próprios adversários, mostrando a fragilidade das suas argumentações. O terceiro objectivo é ganhar o leitor através de lhe dar várias versões dos acontecimentos, afirmando que deixará a cada um escolher o que quer. Assim, Fernão Lopes credibiliza-se como cronista, não procurando omitir e tentando defender a sua posição com fortes argumentos. Fernão Lopes assume que a sua versão não ganhará todos os leitores, mas que ganhará muitos. O cronista percebe que é melhor contra-argumentar e refutar do que omitir, pois essa estratégia se poderia revelar contraproducente. Um dos traços mais idiossincráticos da prosa lopesiana é o ataque sistemático às fontes que o autor faz, cotejando e criticando as

fontes e autores adversos, fazendo este ataque dentro de um constante diálogo com o leitor, procurando ao invés de omitir posições opostas, apresentar a sua versão e ganhar o leitor para a sua teoria, ao invés de omitir.

A cronística régia medieval tinha exigências decorrentes do seu modelo literário que limitavam a fluidez da prosa, a argumentação, o sentido causal. A cronística medieval era assente numa cronologia de anos, tendo como objectivo de escrita uma mera listagem dos feitos dos reinados.[349] Sendo assim, aspectos como o nexo causal dos acontecimentos ou a compreensão dos vários grupos de uma sociedade eram aspectos que ou estavam ausentes ou secundarizados, salvo algumas excepções.

Fernão Lopes, sendo possuidor de um invulgar talento literário, conseguiu autonomizar-se das limitações decorrentes do modelo imposto pela cronística régia. O seu nexo causal, a sua capacidade de entender os vários grupos sociais e os vários factores que interferem na história aproximam-no por um lado dos historiadores actuais. Por outro lado, estes traços colocam também Fernão Lopes na continuação dos historiadores e escritores sofisticados da historiografia clássica e tardo-imperial, tais como Tucídides, cuja capacidade de entender as causas dos acontecimentos emerge em toda a sua História[350] da Guerra do Peloponeso. As estratégias literárias de Fernão Lopes, nomeadamente o seu recurso a técnicas sofisticadas como a alegoria ou a analepse, o uso do exclamativo em tom quase poético, como nas célebres passagens sobre Lisboa na CDJ, além da capacidade de saltar planos de acção e colocar dados cruciais em diferentes planos, são provas do seu talento literário, levando a que autores como A. Bell defendessem que Fernão Lopes é um dos maiores escritores mundiais.[351]

Não é que tais técnicas, não tenham existido, em parte, em outros autores na era medieval. A cronística e a historiografia medieval tiveram sempre uma parte crítica, mais ou menos subtil. Ayala por exemplo usa a correspondência oficial para de forma subtil criticar o poder régio, dizendo por terceiros o que não poderia dizer de forma mais directa.

[349] Maleval (2010), p.76-77.
[350] Thucydides (1993), passim.
[351] Bell (1931), p.48.

Contudo, as estratégias de *kaiserkritik* raramente surgiram em outros autores com a sofisticação e qualidade que surgem na prosa de Fernão Lopes. Isto deve-se ao talento que o autor possuía, que o demarcou dos outros. Escrever com técnicas de crítica oculta exige um talento que nem todos possuíam, além do facto de que o modelo cronístico medieval impunha limitações à liberdade narrativa. Além da falta de fontes que os autores poderiam ter e que coarctava a sua capacidade de escrita. Para escrever de forma cifrada, é preciso ter uma quantidade considerável de matéria, que permite o jogo complexo de colocar dados aparentemente contraditórios, em momentos distintos, além do uso de metáforas, alegorias e saltos na acção, como Fernão Lopes usa. A falta de fontes é um problema crónico na Idade Média, devido à dificuldade de preservar registos e arquivos.

Note-se como exemplo o capítulo CXXXIX da CDJ2, que como afirmamos, é uma construção simétrica do capítulo VIII da CDP. A CDP tem 44 capítulos mais o Prólogo; a CDF tem 178 capítulos mais o Prólogo; a CDJ1 tem Prólogo e 193 capítulos. A CDJ2 tem Prólogo e 204 capítulos. Ou seja, Fernão Lopes constrói o capítulo VIII de forma simétrica ao capítulo CXXXIX da CDJ2, ou seja coloca dois capítulos similares no início e no fim da trilogia. Fernão Lopes saberia que um leitor atento, nomeadamente o público mais sofisticado dos círculos literários cruzaria as informações e tiraria as conclusões, mesmo após centenas de capítulos de interregno entre os dois, que poderia levar um leitor mais desatento a se esquecer do episódio de Afonso Madeira. Numa crónica concisa, com pouca matéria e poucas fontes, este tipo de cruzamento de informações cifradas torna-se muito difícil de fazer, e a existir, resume-se a críticas ocultas mais simples e não tão elaboradas.

Assim sendo, Fernão Lopes teve uma conjuntura favorável para escrever a obra nos termos em que o fez: o grande acesso a um vasto material, decorrente do patrocínio de D. Duarte, que lhe permitiu um acesso total aos arquivos e documentação oficial e cronística; a proximidade temporal com os acontecimentos, que lhe permitiu aceder a fontes orais e até íntimas das personagens; um talento considerável, que soube tirar partido desta conjuntura.

Deste modo, a capacidade de escrita dos autores está condicionada por factores exógenos e endógenos ao indivíduo. Os factores exógenos ao indivíduo são o acesso a

fontes, a abundância das mesmas, a liberdade criativa concedida e a possibilidade de uma formação adequada que permita talhar o talento. Os factores endógenos são o talento individual e os quadros mentais do autor, que condicionam a obra. Com o declínio historiográfico no Ocidente, decorrente do colapso cultural[352] que se deu com a queda do Império Romano, não foi mais possível escrever história como a que autores como Tucídides escreveram. Sendo assim, à parte autores como Fernão Lopes, onde se cruzaram os dois grupos de factores a que aludimos, aos quais Fernão Lopes juntou ainda uma capacidade de se autonomizar do modelo cronístico, não foi comum observar grandemente o uso de técnicas apuradas de crítica velada.

Fernão Lopes pauta-se por uma escrita elegante, mas simples. Borges Coelho define o cronista como «um homem de superior cultura, pela riqueza da sua experiência humana, pelas suas leituras, que incluem filósofos…e sobretudo pela sua produção em história. Porventura poucos ou nenhum pensador deste país apresentou alguma vez concepções políticas (e históricas) tão adiantadas na sua época.»[353] Borges Coelho sugere mesmo que pela capacidade analítica que o cronista mostrou, Fernão Lopes deve ser contado entre os «filósofos da sua época.»[354]

Fernão Lopes usa frases de ligação para abrir e fechar capítulos, mantendo a ligação entre várias secções da obra. Este traço estilístico de Fernão Lopes ganha particular relevância num autor que se pauta pela rara capacidade (à época em causa) de alternar planos de acção e sequências temáticas. Mais do que seguir uma linha cronológica de forma rígida, uma característica clássica do estilo cronístico, Fernão Lopes salta entre planos de acção e espaços temporais.[355]

---

[352] Para mais detalhes sobre o declínio cultural na era pós-imperial ver Price (1996), p.86-138.
[353] Borges Coelho, op.cit, p.27. O parêntesis é do autor.
[354] Ibid, p.28.
[355] Rebelo (1983), p.23 acrescenta que Fernão Lopes usa as genealogias como uma forma de organizar os reinados.

O cronista interrompe a sequência de certas acções para retomar outras que deixara pendentes, seguindo uma estratégia narrativa centrada mais no cariz temático, do que no cariz cronológico. Quando o cronista para explicar certos acontecimentos acaba a descrever outros temas aparentemente sem relação com os acontecimentos, procura explicar ao leitor porquê. É o caso da atenção particular que dá ao reinado de Pedro I de Castela na CDP, que o cronista justifica ao leitor como sendo crucial para entender as futuras guerras fernandinas com Castela.

A analepse é outro recurso que usa para conferir dinamismo à obra, saltando entre planos de acção. O caso mais exemplar é o capítulo XXXII[356] da CDJ1, onde Fernão Lopes recua no tempo para contar a genealogia de Nun'Álvares, sendo que o capítulo anterior é uma espécie de Prólogo à vida do condestável. Os capítulos seguintes são a descrição da vida de Nun'Álvares Pereira até ao momento da revolução. Este salto temporal explica-se à luz da importância que Fernão Lopes confere a esta personagem, que é a maior personagem não-régia da obra lopesiana. É para Fernão Lopes verdadeiramente a encarnação do herói, dado que as outras personagens, mesmo que cruciais como D. João I, não são isentas de erros e fragilidades. O destaque "anormal" que Fernão Lopes lhe dá entende-se sobre este prisma.

Fernão Lopes faz uso do messianismo como uma poderosa estratégia literária, usando uma lógica providencialista que coloca o Mestre de Avis como um herói que luta por uma causa com apoio divino. Começa no episódio XLIII da CDP[357] e ganha um auge durante toda a CDJ, nomeadamente na CDJ1, com os capítulos dedicados a frei João da Barroca.[358] Contudo, esse messianismo para Luís Rebelo é atípico pois não tem um cunho milenarista, nem uma visão apocalíptica. D. João torna-se um símbolo popular que emula a visão do povo, mas não um messias no sentido convencional que se dá a um salvador longamente esperado. [359]

[356] Lopes (2017), cap. XXXII, passim.
[357] Lopes (2007), cap. XLIII, p.191-194.
[358] Lopes (2017),cap.XXIII-XXIV, p.59-61.
[359] Rebelo (1983), p.56-58.

Fernão Lopes faz uma analogia das cenas da sua obra com a Bíblia.[360] Luís Rebelo diz que, ao contrário dos historiadores florentinos, Fernão Lopes usa uma lógica puramente cristã no maravilhoso para enquadrar Portugal, ao passo que estes usavam o maravilhoso para ligar as suas *pólis* a Roma. Nesse sentido, para o autor, Fernão Lopes tem aqui um traço mais medieval da sua obra, mas também lhe confere originalidade. Fernão Lopes aproxima-se do humanismo na sua preocupação coma dimensão moral da história e a complexidade humana.[361] Para Teresa Amado[362] a originalidade de Fernão Lopes é visível na estrutura e conteúdo da obra, tendo o autor a capacidade de afastar-se de modelos pré-estabelecidos. Segundo Teresa Amado, Fernão Lopes tem um plano e estrutura para cada reinado, inaugurando assim um novo momento historiográfico.[363]

[360] Rebelo, op.cit, p.60. Ver também Martins (1975); Martins (1979), para esta questão.
[361] Rebelo (1983), p.129.
[362] Amado (2005), p.269-270.
[363] Ibid, loc.cit.

Capítulo 4. – A CDP na trilogia de Fernão Lopes

«E diziam as gentes que taaes dez annos nunca ouvera em Purtugall como estes que rreinara el-rrei dom Pedro.»[364]

Para Borges Coelho, a CDP tem um «alto significado ideológico e literário. No ângulo especificamente histórico, perde em confronto com as suas pares – *Crónicas de D. Fernando e D. João I.*» [365]

Como havia pouca matéria bélica para falar na CDP, Borges Coelho aponta que Fernão Lopes decidiu focar a personagem de D. Pedro I de Portugal e outros planos da sua época, como as execuções de D. Fradique, Mestre de Santiago por Pedro I de Castela ou os episódios de justiça de Pedro I de Portugal. Ao colocar D. Pedro I de Portugal sobre vários planos, Fernão Lopes elevou D. Pedro I de Portugal «até ficar como um dos mais expressivos retratos psicológicos de toda a nossa literatura.»[366]

A CDF abre com a subida ao trono de D. Fernando, mas não fecha com a sua morte, mas sim já com a crise de 1383-1385 em ebulição. Os grandes temas que marcam a CDF são a descrição do reinado de D. Fernando, que arranca de forma muito positiva e acaba numa crise sucessória; as guerras com Castela, que geram uma crise económica e financeira; o início da crise dinástica; a emergência do Mestre de Avis e de Nun'Álvares; a regência de Leonor Teles. A CDJ1 abre de forma "anómala" pois começa com um rei D. João I que ainda não é rei mas apenas Mestre de Avis. Esta crónica irá descrever a crise de 1383-1385; conta os lugares que o Mestre vai tomando; as Cortes de Coimbra e

[364] Lopes (2007), cap. XLIV, p.198.
[365] Borges Coelho *In* Lopes (1977a), p.29-30. O itálico está no original. Amado (1997), p.18 sublinha que a CDJ é a mais completa obra da trilogia.
[366] Borges Coelho *In* Lopes (1977a), p.31.

a eleição do Mestre de Avis como rei, que só se dará no penúltimo capítulo[367] da CDJ1. A CDJ1 acaba de forma curiosa, com um capítulo dedicado à vida de Nun'Álvares Pereira, descrita num tom panegírico.[368]

A CDJ2 continua a CDJ1 e acaba abruptamente em 1411.[369] A obra começa com um Prólogo, dedicado a introduzir as virtudes de D. João I, seguindo-se um capítulo dedicado à doação de vários cargos de oficiais aos apoiantes do Mestre e a as medidas de D. João I como rei.[370] A crónica descreve também as tentativas de paz com Castela; o Cisma da Igreja (tema que abordou na CDF e na CDJ1); a consolidação da vitória portuguesa com as sucessivas conquistas dos lugares que ainda estavam por Castela, o casamento de D. João com D. Filipa[371]; os filhos de D. João I aos quais faz um panegírico[372]; um panegírico[373] à rainha D. Filipa; a ameaça de ruptura entre Nun'Álvares e D. João I.[374] Nos últimos capítulos[375] retoma o panegírico a Nun'Álvares, deixando antever quiçá alguma crítica ao tempo em que escreve:

«mas **agora, nestes postumeyros tempos, em que os vycios todos entraram em lugar das vertudes**, he muyto de louuar este Comdestabre…».[376]

A CDJ2 termina com dois capítulos dedicados aos casamentos dos filhos de D. João I.

A CDP é sem dúvida uma obra que prepara a ascensão de D. João I, facto tanto ou mais visível na forma como omite tanto quanto possível o herdeiro D. Fernando I e os

[367] Lopes (2017), cap. CXCII,p.375-377
[368] Lopes (2017), cap. CXCIII, p.377-380
[369] Contudo parece-nos claro que Fernão Lopes já teria preparado certos materiais para continuar a CDJ na sua terceira parte, pois aquando das descrições da política monetária de D. João I, Fernão Lopes faz uma remissão futura, para descrever a política monetária após a tomada de Ceuta, que se deu em 1415 «E quando orndenou de tomar Cepta, segundo adeante ouvirees…», ver Lopes (2017), cap. XLIX, p.105.
[370] Lopes (1977b), cap. I, p.1-4
[371] Lopes (1977b), cap. XCVI, p.208-209
[372] Lopes (1977b), cap. CXLVIII-CXLIX, p.308-312.
[373] Lopes (1977b), cap. XCVIII, p.211-212.
[374] Lopes (1977b), cap.CLII-CLIV, p.318-324.
[375] Lopes (1977b), cap. CXCIX-CC, p.443-451.
[376] Lopes (1977b), cap. CXCIX, p.446-447. O negrito é nosso.

filhos de Inês de Castro. Apenas são mencionados quando o cronista não pode ocultar a sua presença, nomeadamente no capítulo I, onde tem de mencionar os dados biográficos de D. Pedro I de Portugal, tendo que forçosamente falar dos filhos que teve. Contudo, já aí destaca apenas o Mestre de Avis, omitindo D. Fernando (e também D. Constança) e os restantes infantes.[377] Faz uma pequena biografia de D. João I com a qual concluiu o primeiro capítulo da obra. Tal não é acidental.

Ao colocar a temática sobre o Mestre de Avis no primeiro capítulo e no penúltimo (que precede a morte do rei), Fernão Lopes sugere claramente que D. João I é o sucessor de D. Pedro I de Portugal, porque é ele o filho que abre e que fecha o reinado do pai. O sonho profético com que D. Pedro I de Portugal vislumbra o filho a salvar Portugal mais não é que uma passagem de testemunho, além de anunciar o seu papel futuro na revolução de 1383-1385.[378] D. Fernando não é colocado com este grau de destaque na morte do pai, apenas aparece nas linhas finais[379] do último capítulo, nas quais é apontado como o primogénito (por conseguinte o herdeiro) mas de forma subtil, sem se dar grande destaque.

O destaque fora todo dado ao Mestre de Avis no capítulo anterior, onde Fernão Lopes coloca D. Pedro I de Portugal tendo um sonho de cariz profético, onde um seu filho João, (que o rei afirma julgar que será o Mestre de Avis) é apontado como o salvador de Portugal de uma futura calamidade. D. Fernando é mencionado em sete capítulos na CDP, mas nunca com o grau de destaque e pormenor do irmão. Os detalhes do seu nascimento são omitidos e a sua mãe D. Constança nem sequer é mencionada. Há aqui uma subalternização de D. Fernando em relação a D. João. As menções a D. Fernando na CDP dão-se: no capítulo I[380]; no capítulo XII, onde se descreve a acumulação de tesouros de D. Pedro I de Portugal[381] e se menciona como D. Fernando desbaratou o tesouro régio;

[377] Lopes (2007), cap. I, p.7-9.
[378] Lopes (2007), cap. XLIII, p.191-194
[379] Lopes (2007), cap. XLIV, p.198 «E porquanto o iffante dom Fernando seu primogenito filho…».
[380] Lopes (2007), cap. I, p.7. Aqui a menção é a todos os filhos de D. Pedro I de Portugal, logo a menção a D. Fernando é indirecta «E porque dos filhos que ouve, e de quem, e per que guisa, já compridamente avemos falado, nom compre aqui rrazoar outra vez…».
[381] Lopes (2007), cap. XII, p.54 «E ficaram todos per sua morte a el-rrei dom Fernando seu filho, que os depois gastou como lhe prougue segundo adiante ouvires.»

no capítulo XV[382] quando se menciona os acordos diplomáticos para um possível casamento de D. Fernando com uma filha de Pedro de Castela; no capítulo XXXVII[383] quando o rei castelhano tentará usar esse acordo matrimonial para pedir ajuda ao tio contra o irmão; no capítulo XXXVIII, onde D. Fernando é mencionado sistematicamente, pois tem um papel preponderante[384] na estratégia delineada por D. Pedro I de Portugal de evitar ajudar o sobrinho sem parecer que o abandonara; no capítulo XXXIX, onde D. Fernando[385] acompanha em parte da viagem Pedro I de Castela na sua ida para o exílio; no capítulo XLIV, onde se relata a morte de Pedro I de Portugal.[386]

O facto de a CDF não terminar na morte do rei, antes esta morte é inserida capítulos antes, é uma situação estranha por assim dizer. Alguns autores especulam que tal pudesse significar que os últimos capítulos não são de Fernão Lopes.[387]

Em nosso entender tal situação pode ser explicada à luz de que Fernão Lopes já começara antes a diluir a importância de D. Fernando em relação ao irmão. Se tal já era visível na CDP mais se acentua quando na CDF a personagem de D. João I emerge, ganhando uma súbita relevância a partir do momento da doença de D. Fernando. Isto dá-se quando ainda falta cerca de um quarto da crónica para acabar. Em nosso entender isto não é acidental. O facto de D. João I emergir com grande protagonismo na recta final da CDF é uma estratégia de Fernão Lopes para sugerir que o irmão de D. Fernando é o sucessor natural do rei. Isto é assinalado por dois grandes grupos temáticos em nosso entender.

---

[382] Lopes (2007), cap. XV, p.64 «E foi mais hordenado antr'elles que o iffante dom Fernando, seu pimogenito filho e herdeiro em Purtugall, casasse com dona Beatriz, filha do dito rrei de Castella…»; Também no mesmo capítulo D. Fernando é mencionado, quando Fernão Lopes explica porque contará os feitos de Pedro de Castela na CDP.

[383] Lopes (2007), cap. XXXVII, p.167 «…como era posto casamento da iffante dona Beatriz sa filha com o iffante dom Fernando seu primogenito filho…».

[384] Lopes (2007), cap. XXXVIII, passim. Aqui D. Fernando é mencionado seis vezes, sempre como infante.

[385] Lopes (2007), cap. XXXIX, p.146. É mencionado duas vezes como infante.

[386] Lopes (2007), cap. XLIV. 197-198. Aqui é mencionado três vezes. Duas como "el-rrei dom Fernando" e uma como infante. Nas primeiras duas vezes, é mencionado como rei porque Fernão Lopes descreve acções que toma já como rei, em cumprimento do testamento de D. Pedro I de Portugal: o perdão a Diego Lopes Pacheco e restituição dos seus bens; uma doação de D. Fernando a um mosteiro para se cumprirem as capelas instituídas pelo pai pela sua alma. Quando menciona a morte de D. Pedro I de Portugal, refere-se de novo a D. Fernando como infante e primogénito.

[387] Amado (2005), p.273. A autora refere que em alguns manuscritos faltam mesmo esses últimos capítulos na CDF.

O primeiro compõe-se da política fernandina que faz perigar a independência de Portugal, após os tratados com Castela que englobam a sucessão de D. Fernando e o futuro de D. Beatriz. Fernão Lopes assinala já aí que esta política começa a gerar apreensão em Portugal.[388] Nesse grupo há duas sub-temáticas: a política externa desastrosa de D. Fernando; os rumores de adultério de Leonor Teles, que Fernão Lopes sugere, de forma subliminar, para lançar dúvidas sobre a paternidade de D. Beatriz.[389]

O segundo grupo compõe-se da temática do infante D. João, filho de Inês de Castro e D. Pedro I de Portugal. Aí Fernão Lopes acaba a demolir a imagem do infante, mostrando-o como um indivíduo cruel, ambicioso e que mata de forma ignóbil a esposa D. Maria, para poder reinar a todo o custo.[390] O facto de estas duas temáticas serem abordadas pouco antes da súbita ascensão ao protagonismo do Mestre de Avis (que até então apenas era mencionado em algumas situações sem grande destaque) não é casual.

Fernão Lopes prepara a ascensão do Mestre de Avis através da destruição da imagem do infante D. João, que seria, além de D. Beatriz, o mais forte candidato à sucessão de D. Fernando. Também "elimina" D. Beatriz da linha sucessória quando começa a falar dos amores da rainha com o conde Andeiro. Se cruzarmos estes capítulos, com os capítulos I e XLIII da CDP vemos que desde o início Fernão Lopes apontou o Mestre como o sucessor de D. Pedro I de Portugal. Fernão Lopes não segue a estrutura típica da cronística régia, que ditaria que a crónica acabasse com a morte do rei D. Fernando, porque com a sua visão interligada dos acontecimentos, entende que o reinado de D. Fernando é atípico no que toca à sucessão, pois acaba já com todos os indícios de uma querela sucessória que desembocará numa guerra. Não é a morte física do rei que põe fim ao seu reinado, ela já começara a se processar antes. Fernão Lopes tem já uma apurada filosofia da história que lhe permite entender que as barreiras cronológicas convencionais da crónica régia nem sempre se aplicam. D. Pedro I de Portugal morre tranquilamente, sem qualquer dúvida sobre quem será o herdeiro, logo a crónica deve

[388] Lopes (2004), cap. XCVI, p.339-343. Os capítulos seguintes são os da temática do infante D. João de Castro. Apesar de já em capítulos anteriores Fernão Lopes criticar as guerras de D. Fernando, a acção vai ganhando um crescendo de tensão a partir daqui, à medida que D. Fernando vai mostrando uma postura errática na questão diplomática com Castela.
[389] Lopes (2004), cap. CXV, p.419.
[390] Lopes (2004), cap.ICIX-CVI, passim.

encerrar com a sua morte. Tal não pode ser o caso do seu filho, cujo reinado termina já envolto num clima de pré-guerra, cujos desenvolvimentos só poderão ser explicados na crónica seguinte.

Na CDF, os últimos tempos de D. Fernando são marcados por um trio de desgraças que pressupõe quase uma morte simbólica do rei, morte essa que antecede a morte física: a doença; o adultério da esposa e consequentes dúvidas sobre a paternidade de D. Beatriz, sua herdeira; a política externa fernandina desastrosa que lança dúvidas sobre a continuidade do reino. Podemos quase que dizer que Fernão Lopes sugere que D. Fernando já está morto como rei e o último quarto da CDF é um período onde o reinado está como que vago, começando a sucederem-se os preparativos para um novo rei. E não por acaso, quando o rei está já assim debilitado, emerge a figura de D. João I, como que sugerindo que é ele que começa a tomar as rédeas do país, apoiando-se em Nun'Álvares Pereira, figura crucial na vitória portuguesa que se dará na CDJ e que também emerge de súbito nesta fase da CDF. A própria morte do rei, não é uma boa morte, como defenderia a ideia medieval, mas sim uma morte triste, sem glória, onde o próprio rei admite que falhou no seu dever.[391]

Não é que Fernão Lopes na CDP questione que é D. Fernando que deva suceder ao pai, dado que é o mais velho dos filhos. Contudo, há como que uma inferiorização da personagem de D. Fernando em relação ao irmão já na CDP. D. Fernando apenas é referido em momentos onde a sua presença, de certo modo, não pode não ser mencionada.

Na teoria política medieval sempre se debateu sobre a primazia dada ao primogénito na sucessão. Contudo, sempre houve certo consenso que é ele o sucessor legítimo.[392] Luís Rebelo aponta que devido à herança goda, os reis peninsulares eram aclamados como reis por eleição, apesar de na prática serem reis por sucessão. Em Portugal, apesar de tradição de sucessão por hereditariedade, devido às raízes godas da monarquia, os teóricos entendiam que o pacto entre os nobres e rei findava com a morte do soberano. O poder

[391] Lopes (2004), cap. CLXXII, p.592.
[392] Rebelo (1983), p.39.

voltava ao reino e o rei deveria ser eleito pelas cortes, com os candidatos apresentando os requisitos prévios para aspirarem ao trono. Foi dentro deste espírito que D. João I foi eleito rei.[393]

Isto no campo teórico. Na prática, as lutas constantes entre bastardos régios e filhos legítimos pelo trono mostram que a questão da primogenitura poderia ser contornada. O temor que D. Afonso IV sempre teve de ser preterido no trono pelo irmão bastardo Afonso Sanches foi um dos traços mais marcantes[394] do seu reinado. Tal temor só faria sentido se houvesse a hipótese legal de tal acontecer dentro deste modelo de sucessão.

A eliminação física do irmão mais velho por um bastardo ou pelo segundo na linha de sucessão não era fenómeno raro na Idade Média, veja-se como exemplo o que sucedeu com Pedro de Castela, morto pelo irmão bastardo Henrique. A própria forma como D. João I superou no trono os dois irmãos mais velhos (D. João e D. Dinis), usando o argumento que o Mestre era o melhor dos candidatos e o único deles que era um verdadeiro português, mostra que mesmo dentro deste quadro teórico aparentemente rígido da sucessão régia, se permitiam excepções. Para tal recorria-se a um complexo jogo político, passando quer pelo uso de uma estratégia de deslegitimação do adversário, por norma lançando dúvidas sobre a sua capacidade governativa ou a sua paternidade, ou recorrendo à eliminação física do rival, escudando-se aí na força militar da nobreza. A partir daí consumava-se uma situação *de facto*, tal como Fernão Lopes sugere[395] quando os conselheiros de Pedro I o aconselham a não apoiar o sobrinho porque Henrique de Trastâmara já controla Castela, logo é rei *de facto*. Cristina Pimenta[396] acrescenta que parte do motivo que terá levado Pedro I a declarar ter casado com Inês foi o de também criar várias linhas sucessórias possíveis, para além do seu filho D. Fernando, que era o único varão legítimo que tinha. Ao fazê-lo, a autora aponta que o rei quereria garantir sucessores para os vários cenários políticos que surgissem na política ibérica. Dada a constante luta entre filhos bastardos e legítimos pelo trono (bastas vezes com o único

[393] Ibid, op.cit.Ver também Rebelo (1982), p.40 onde o autor aponta que a eleição do Mestre de Avis, afirmou a noção de um rei eleito, cujo poder vem do povo e que Deus dá a Sua orientação a quem elege, contrariando a noção de que o poder passava directamente de Deus para o rei.
[394] Sottomayor-Pizarro (2008), 243-244.
[395] Lopes (2007), cap. XXXVIII, p.172.
[396] Pimenta (2007b), p.159.

móbil de elevar certa família ao poder), Pedro I quereria, segundo Cristina Pimenta, garantir que fosse qual fosse o poder que ganhasse força na Península a casa de Borgonha tivesse aí sucessores.

Depois do facto consumado, lançam-se por norma estratégias de legitimação do novo rei, que tentam enquadrá-lo dentro do campo teórico. Assim sendo, pode-se concluir que o quadro teórico político medieval entendia a sucessão régia como algo normal, dentro de um conjunto de critérios: primogenitura, varonia e legitimidade. Contudo, um mau rei podia despoletar uma crise e em caso último de necessidade, os critérios podiam ser afrouxados, para permitir que se obtivesse um rei do agrado de todos e que restaurasse a ordem. Dentro dessa lógica, as mulheres poderiam herdar o trono se fossem as únicas herdeiras e a razão de estado assim o exigisse; os bastardos não raro derrubavam os irmãos legítimos, quando tinham o apoio da nobreza; o rei poderia ser eleito e não herdar automaticamente, como foi o caso do Mestre, gerando-se assim um consenso político que pusesse fim a uma crise. Estas excepções faziam parte do complexo jogo político medieval e estavam inseridas no próprio corpo teórico medieval que permite o derrube dos reis caso fossem injustos ou despoletassem uma grave crise.

O objectivo de legitimar a eleição do Mestre de Avis é claramente para nós um dos objectivos da CDP e de toda a trilogia.

Contudo, dada a capacidade de Fernão Lopes em entender a psicologia humana, aliada ao seu talento literário, em nosso entender Fernão Lopes não procurou apenas escrever a CDP para um fito único: a legitimação do Mestre de Avis. Esse objectivo terá sido o principal, mas não o único. A tarefa incumbida por D. Duarte a Fernão Lopes era clara: escrever as crónicas dos reis de Portugal até D. João I. Sabe-se que Fernão Lopes escreveu três crónicas, não tendo acabado a CDJ, que na verdade é concluída na CTC de Gomes Eanes de Zurara.[397]

Contudo, a questão das crónicas régias anteriores à CDP tem colocado questões ao

[397] Zurara (1992).

longo do tempo.

A autoria das CP1419 e da CC tem dividido a historiografia em dois campos: os que as atribuem a Fernão Lopes e os que não reconhecem a autoria lopesiana das mesmas, ou pelo menos têm reservas sobre tal.

A não-autoria lopesiana da CC parece hoje uma teoria mais consensual, conquanto existam ainda defensores da autoria de Fernão Lopes da mesma. Até á segunda metade do século XX, vários autores atribuíram a CC a Fernão Lopes.[398] Os argumentos eram que a CC era uma fonte vital na CDJ e que nesta obra o cronista transcrevia passagens inteiras da crónica, logo devia ser sua. [399]Argumentou-se também que a qualidade da obra, a concordância com a CDJ na concepção de Nun'Álvares como um herói nacional e a baixa probabilidade de existir em Portugal, naquela altura, outro cronista capaz de escrever uma crónica com aquela qualidade, sugeriam fortemente que Fernão Lopes seria o autor.[400]

Em nosso entender a edição crítica de Adelino Calado da CC em boa medida resolveu a questão.[401] O autor aponta diferenças de concepção relevantes entre Fernão Lopes e o autor da CC, que tornam altamente improvável que o autor da trilogia fosse o autor da CC. Aponta por exemplo, como Fernão Lopes critica a visão do autor da CC, quando este elogia em demasia Nun'Álvares, sugerindo-se sistematicamente na CC que Nun'Ávares é o único cavaleiro com coragem inabalável e que os seus homens várias vezes cedem ao medo. Fernão Lopes aponta que tal é falso. Há também uma considerável diferença estilística entre a CC e a trilogia, com a primeira sendo uma obra muito menos

[398] Braancamp Freire, Esteves Pereira e Audrey Bell atribuíram a CC a Fernão Lopes, ver Bell (1931), p.31-36 e também a introdução de Anselmo Braancamp Freire à CDJ1, Lopes (1977b), vol. I, p.XXIV-XXVI.
[399] Amado (1997), p.45-56. A autora coloca a CC como a fonte mais usada por Fernão Lopes na CDJ, sendo que tal facto se pode dever à influência de D. Duarte em Fernão Lopes. Anteriormente Teresa Amado sublinhara que D. Duarte havia dado a Mestre Francisco notas para um sermão sobre Nun'Álvares, quando este ainda vivia, facto que mostra um culto ao Condestável ainda em vida do mesmo. A citação de passagens do *Leal Conselheiro* na CDJ é outro sinal da proximidade entre D. Duarte e o cronista. Para a autora, D. Duarte e o Infante Santo são as pessoas mais próximas de Fernão Lopes na Casa Real. Para uma análise profunda do uso por Fernão Lopes da CC sugerimos Amado (1997), p.83-168 e a edição crítica da CC de Calado (1991).
[400] Bell (1931), p.33-36.
[401] Calado, ed. (1991), p.5-189.

sofisticada que as três crónicas de Fernão Lopes.[402] Hernâni Cidade[403] aponta as críticas lopesianas à CC como algo fulcral, pois é ilógico pensar que alguém se critica a si mesmo.

Acrescentamos que há passagens inteiras da CC que inclusive sugerem subtilmente que D. João I e D. Fernando são fracos e indecisos e que por vontade própria cederiam a Castela, sendo Nun'Álvares apresentado como um cavaleiro ideal, sempre disposto ao sacrifício extremo, e como o verdadeiro herói por detrás da revolução nacional. Tais concepções são aliás típicas de certa literatura[404] de cariz nobiliárquico, com forte pendor anti-régio, que procura sempre exaltar os feitos de uma figura da nobreza (neste caso Nun'Álvares) e diminuir o papel da coroa em qualquer grande momento histórico. A literatura nobiliárquica da Reconquista é disto um exemplo paradigmático.

Ora, apesar de Fernão Lopes nunca apresentar D. João I como inteiramente perfeito e de assumir que este apoiou a revolução inicialmente mais por pressão popular do que por vontade própria, o cronista coloca o rei como alguém que, em última instância, apoiou a causa nacional e não fraquejou no momento crucial. Parece-nos que os dois retratos são incongruentes e que é ilógico imaginar que alguém escrevesse duas obras em sentidos tão opostos. Concordamos com a teoria de Adelino Calado que aponta como o provável autor Gil Aires, escrivão da puridade de Nun'Álvares Pereira, sendo que, à falta de certezas, a CC deve permanecer com autor anónimo.

A CP1419 é contudo uma questão mais complexa, pois os argumentos a favor e contra da autoria lopesiana são fortes em ambos os lados. A CP1419 foi escrita em 1419 como o próprio autor afirma e[405] teve como uma das fontes principais a CGE.[406] Esta obra descreve a história de Portugal, desde o tempo do conde D. Henrique até o rei D. Afonso IV. Faz alguns recuos no tempo, como quando por exemplo conta lendas do império romano, como a lenda de S. Vicente.[407]

---

[402] Calado, ed. (1991), p.5-179.
[403] Cidade (1931), p.33-40.
[404] Curtius (1990), p.519-537.
[405] Calado, ed. (1998), p.4.
[406] Moreira (2007a), p. 4.
[407] Calado, ed. (1998), p.25-26.

Um conjunto de autores defendeu que esta obra era o primeiro volume das crónicas de Fernão Lopes.[408] O segundo volume seria a trilogia. Assim se cumpriria a missão que D. Duarte confiara a Fernão Lopes de contar a histórias dos reis de Portugal.[409] Ao longo da CDP, Fernão Lopes faz sistemáticas remissões a uma obra anterior como quando fala dos filhos de D. Pedro I de Portugal «E porque dos filhos que ouve, e de quem, e per que guisa**, ja compridamente avemos falado**…».[410] Contudo até esta passagem, nunca tinha falado sobre os filhos de D. Pedro I de Portugal na CDP, logo esta remissão tem de se referir a uma obra prévia. As sistemáticas remissões passadas e futuras ao que escreverá na CDF ou na CDJ, ou ao que escreveu em outras crónicas anteriores, mostram que Fernão Lopes concebeu a sua obra como uma obra coerente, planeada ao detalhe, quer a nível estrutural, quer a nível temático.

O próprio cronista afirma que partes de cada crónica só serão entendidas ou explicadas plenamente nas próximas crónicas ou em crónicas anteriores. Fernão Lopes tem como um dos seus traços mais idiossincráticos a prática de pôr informações cruzadas em várias das obras, pois as concebe como um todo coerente.

Assim sendo, que Fernão Lopes tenha escrito um volume anterior das crónicas régias anteriores a D. Pedro I de Portugal, é algo que nos parece lógico e que gera certo consenso na historiografia. A questão é saber se a CP1419 é esse volume. Em nosso entender, os recentes estudos de Filipe Alves Moreira[411] serviram para aclarar a questão. Conquanto se reconheça que há diferenças a nível estilístico por entre a CP1419 (datada de 1419) e a trilogia, que arranca nos anos de 1430, e certas falhas nas remissões nas obras, no essencial estamos em crer que a autoria lopesiana da CP1419 é a mais provável. Certos traços da CP1419, tais como a estratégia de colocar as bondades do rei no início da crónica, o recurso ao miraculoso (mas não de forma excessiva), o estilo das frases de ligação e das remissões internas sugerem fortemente a autoria de Fernão Lopes. Além de

---

[408] Moreira (2013); Basto (1959).
[409] Sobre a questão dos primórdios da cronística régia portuguesa, veja-se os trabalhos de Filipe Alves Moreira onde o autor aponta a hipótese de textos anteriores ao século XIII, de tipo genealógico ou algo mais, que versam sobre a família régia e que teriam sido materiais usados pelos futuros cronistas portugueses nos séculos XIV e XV, ver Moreira (2010), p.44-45. Ver também Moreira (2008)
[410] Lopes (2007), cap. I, p.7. O negrito é nosso.
[411] Moreira (2013).

como Filipe Alves Moreira [412] aponta, sendo a corte régia o mais provável local de origem da obra, é pouco provável que se encomendasse uma obra como a CP1419 a um cronista e ao mesmo tempo Fernão Lopes tivesse a incumbência de escrever outras crónicas régias paralelas. Tal não faria grande sentido. Fernão Lopes estaria também ainda preso, durante a feitura da CP1419, à escola historiográfica afonsina, cujas exigências de estilo, decorrente do modelo em questão, prenderiam o autor a nível estilístico.[413]

J.C. Miranda[414] frisa a importância de colocar a produção cronística numa datação o mais precisa possível e não diluir o autor num contexto mais lato. A diferença estilística pode-se explicar à luz da altura em que é escrita a obra. Em 1419, Fernão Lopes terá cerca de 30 e tal anos. Quando arranca a trilogia tem já acima de 50. A maturidade literária pode explicar a diferença. Cremos que a mais provável autoria da obra é a de Fernão Lopes, nomeadamente pelas similaridades a nível estilístico com a trilogia. Admitindo que o estilo é um critério em si subjectivo, parece-nos que no caso de Fernão Lopes é preciso atentar que se trata de um autor com um estilo próprio e original e que os traços idiossincráticos de Fernão Lopes estão na CP1419.

Sendo assim, excluímos a CC da autoria lopesiana mas colocamos a CP1419. Contudo, não nos debruçaremos sobre o conteúdo da CP1419, quer porque tal questão se encontra fora do âmbito desta dissertação, quer porque apesar de entendermos que a obra é da autoria de Fernão Lopes, não há certezas totais.

Assim centraremos o debate sobre o papel da CDP apenas na trilogia, que é indiscutivelmente de Fernão Lopes.

Afirmamos anteriormente que existiam sete grupos temáticos na CDP.[415] Em nosso entender estas sete temáticas podem agrupar-se em dois grandes grupos. O primeiro é o principal objectivo da CDP (e da trilogia) e consiste nos capítulos que procuram legitimar D. João I, correspondendo às temáticas nº 6 e nº 7. Estes grupos visam preparar a ascensão

[412] Moreira (2013), p.92-93
[413] Sobre a escola afonsina ver Lopes, Óscar; Saraiva, A. J. Saraiva (1982), cap.III.
[414] Miranda (2009), p.2.
[415] Ver página 46 da dissertação.

do Mestre de Avis e têm uma função primordial, apesar de serem apenas oito capítulos dos 44. Os restantes capítulos pertencem ao segundo grupo, tendo como função descrever o reinado de D. Pedro I de Portugal. Esse é o segundo objectivo da CDP.

Assim sendo, a CDP é, em parte, uma introdução à CDJ. Contudo, é forçoso definir mais concretamente o termo "introdução". Se por introdução entendermos apenas um mero intróito, dedicado a apresentar o Mestre de Avis, então a CDP não é uma mera introdução à CDJ. Isto porque entendemos que o segundo grande grupo temático, dedicado ao segundo objectivo da obra, tem um papel próprio e não deve ser menorizado pelo facto de a CDP, fruto da circunstância de ser a crónica que antecede a crise de 1383-1385, ter que forçosamente orientar a sua estrutura e temas para o primeiro objectivo de Fernão Lopes: legitimar a ascensão do Mestre de Avis.

A questão coloca-se ao nível da função do texto. A função das temáticas nº 6 (a temática inesiana) e nº 7 (apresentação do Mestre de Avis) é introduzir as bases do tema que irá dominar a CDF e a CDJ: a crise de 1383-1385. Contudo, Fernão Lopes tinha como função escrever as crónicas dos reis de Portugal. A restante temática dedica-se a isso mesmo. Contudo, note-se um detalhe. Teresa Amado apontou acertadamente o facto de Fernão Lopes não ter propriamente contado todo o reinado de D. Pedro I de Portugal, parecendo mais preocupado em descrever a imagem que D. Pedro I de Portugal já tinha na altura em que o cronista escreve: a lenda do rei justiceiro.[416]

Em nosso entender este detalhe reveste-se de grande importância.

Fernão Lopes não abordou certos temas do reinado de D. Pedro I de Portugal, como as Cortes de Elvas, a Lei de Beneplácito Régio, as medidas para conter a Peste Negra, as medidas anti-abusos senhoriais e a coroação pós-mortem de Inês de Castro.[417] Tal pode ter como explicação dois aspectos. Um prende-se com a forma como o cronista entendeu esses acontecimentos.

[416] Amado *In* Pimenta (2007b), p.15.
[417] Luís Rebelo diz que nem na trilogia de Fernão Lopes nem na CGE se encontra a cena, ver Rebelo (1983), p.119.

A.C. Homem[418] destaca na sua tese sobre a administração de D. Pedro I de Portugal que este em essência continuou as políticas do reinado do pai. Em questões como o desembargo régio ou nos pedidos das populações nas cortes, D. Pedro I de Portugal pouco inovou. A própria postura de D. Pedro I de Portugal sobre o clero poderia ter antecedentes nas medidas de D. Afonso IV contra o clero. Assim sendo, o Beneplácito Régio pode não ter sido visto na altura como uma medida assim tão inovadora. Pode ter sido meramente o culminar de uma atitude crescente da coroa portuguesa perante o clero, atitude essa em que a acção de D. Pedro I de Portugal poderia não se destacar necessariamente dos seus antecessores. A peste negra e a grande crise do século XIV vinham já do reinado anterior a D. Pedro I de Portugal, não eram uma matéria que apenas pertenceria à CDP. O mesmo pode ser dito das Cortes de Elvas e das medidas para conter os abusos senhoriais. Estas não contiveram grandes mudanças, logo poderão ter passado despercebidas. Estes fenómenos podiam ainda não estarem suficientemente digeridos na corte, não se sabendo concretamente que posição tomar sobre eles. Sendo assim, a importância deles é menor. Não eram uma matéria crucial para a crónica, além de serem um material "híbrido" que se cruzava com vários reinados. Fernão Lopes terá então descartado estes temas.

A própria falta de fontes para o reinado de D. Pedro I de Portugal, que permitissem ao cronista aclarar questões que se levantassem sobre temas como a Peste ou a crise do século XIV pode também ter contribuído para a decisão final de não abordar estes temas na CDP. O próprio facto de ter descrito em detalhe na CDP a política monetária de D. Pedro I de Portugal, política pela qual D. Pedro I de Portugal era sumamente exaltado já na época de Fernão Lopes e sobre a qual havia material abundante, adensa a sugestão de que a exclusão destes temas se deveu às questões acima mencionadas.

Um segundo aspecto prender-se-á em si com o cronista em questão. Apesar de existir em certa cronística uma componente narrativa e causal em certo modo, o modelo de crónica régia à partida exige um listar de factos de forma cronológica, resumidos e com pouco nexo causal, sobretudo no tocante à articulação entre os vários planos

[418] Homem (1974), passim.

económico, social e político numa dada situação.

Fernão Lopes não era contudo um cronista medieval característico. Era um historiador no sentido mais moderno do termo e não obstante ter organizado a sua obra em crónicas, o seu talento literário, a sua lata visão dos acontecimentos e capacidade de psicologizar as personagens, permitiu-lhe autonomizar-se do modelo de crónica. Deste modo, Fernão Lopes não se sentia preso à necessidade de listar todos os factos, sobretudo fenómenos que sentisse ter de escrever em outras obras ou que não estivessem ainda suficientemente debatidos para deles se gerar uma posição clara. Estes temas não eram cruciais para o aspecto fundamental do reinado de D. Pedro I de Portugal. Se por um lado o modelo de crónica exigia que todas as medidas do rei fossem mencionadas, em entradas de tipo cronológico, na prática tal poderia ser contornado, se o cronista sentisse que tais temas não eram facilmente tratáveis na crónica, pelas razões que já expusemos.

Assim, Fernão Lopes centrou-se sobretudo nas outras linhas de fundo que caracterizavam o reinado de D. Pedro I de Portugal: a justiça, os amores com Inês de Castro, a política monetária e diplomática.

O reinado de D. Pedro I de Portugal confunde-se com a sua imagem, nomeadamente nos dois temas que o eternizaram: os amores com Inês de Castro e a sua política na área da justiça. Este rei está entre os mais debatidos na historiografia portuguesa, constituindo a sua personagem uma fonte de fascínio para os historiadores, pela complexidade que a sua personagem se revestiu e uma fonte de fascínio popular, com uma enorme produção cultural sobre o rei ao longo dos tempos.

Esse fascínio já existiria na era de Fernão Lopes e o cronista capta parte desse fascínio na forma como constrói a sua crónica com grande destaque para a sua imagem justiceira e o seu romance com Inês de Castro, que também era importante abordar para a questão da legitimação do Mestre de Avis.

Quando Fernão Lopes abre o capítulo IX da CDP[419] interpelando o leitor com esta frase de abertura «Quem ouvio semelhante justiça da que el-rrei fez na molher d'Affonsso

[419] Lopes (2007), cap. IX, p.39

André, mercador honrado, morador em Lixboa?», o cronista mais do que descrever um caso de justiça do rei, está a contar ao leitor a imagem vívida que o rei deixou na sociedade. Note-se que ao invés de dizer, de forma seca, como num registo cronológico simples «el-rrei mandou matar uma mulher adúltera», diz «Quem ouvio semelhante justiça…»[420], numa frase onde se denota em Fernão Lopes estupefacção por tal postura do rei. Estamos em crer que estupefacção é o termo exacto para descrever a visão que Fernão Lopes possuía sobre o rei D. Pedro I de Portugal. Um termo que sugere surpresa e admiração por uma conduta pouco comum. Conquanto nos pareça que Fernão Lopes sugira por vezes que o rei poderia ter moderado a aplicação da justiça em casos em que se justificaria um perdão, o cronista nunca deixa de sublinhar a estupefacção que lhe causa uma tão rigorosa aplicação das leis, sem olhar a afectos ou à posição social dos envolvidos. Essa estupefacção sugere em si que na época de Fernão Lopes era comum a lei ser aplicada com atenuantes, perdões ou até mesmo ignorada nos casos dos poderosos, caso contrário esta actuação de D. Pedro I de Portugal nada teria de extraordinário.

Por outro lado, há duas ideias cruciais na CDP. Uma é a noção de que a era de D. Pedro I de Portugal foi uma era única na história, onde por uma vez a impunidade não campeou. A famosa citação de Sólon no mesmo capítulo IX da CDP que aludia à impunidade dos poderosos, mostra precisamente o espanto que causou nos homens do seu tempo e nas gerações seguintes a actuação do rei: uma justiça aplicada de forma literal, igual para todos, sem atenuantes. Quando Fernão Lopes nos cita Sólon para descrever a actuação de Fernão Lopes mostra a sua estupefacção pela justiça do rei. Não há um registo impessoal em Fernão Lopes nesta descrição, o cronista conta a vívida impressão que lhe causou a política de justiça de D. Pedro I de Portugal, pelo carácter único de que se revestiu. Expressões «Que diremos de Maria Rrsoussada…»[421] e o facto de terminar este capítulo com a sentença de Sólon tornam o capítulo IX da CDP crucial para entender a imagem que Fernão Lopes quer passar do rei: a de um rei único, uma personagem complexa e cheia de contradições.

Daí a famosa frase com que termina a CDP:

---

[420] Ibid, loc.cit.
[421] Lopes (2007), cap.IX, p.40

«E diziam as gentes que taaes dez annos nunca ouvera em Purtugall como estes que rreinara el-rrei dom Pedro.»[422]

Por aqui Fernão Lopes dá-nos a entender a ideia de que acabava de escrever sobre um rei e um período únicos. Um rei repleto de contradições, capaz de actos de grande generosidade com os vassalos e ao mesmo tempo capaz de faltar à palavra dada no juramento de Canaveses, algo inaceitável à luz da relação do rei com a nobreza na época. Um rei capaz de actos de grande crueldade e capaz ao mesmo tempo de ter um apurado sentido de justiça no que toca a aplicar a todos por igual as penas. Um rei com uma conhecida paixão por Inês de Castro, mas a quem o cronista aponta uma paixão pelo escudeiro Afonso Madeira.

Quando Fernão Lopes se refere aos anos de D. Pedro I de Portugal, na CDF, como «folgados annos…»[423] Fernão Lopes mostra a sua apreciação positiva do reinado de D. Pedro I de Portugal, conquanto esta apreciação não seja acrítica. Nota-se em Fernão Lopes um sentimento de fascínio perante o rei que acaba de retratar, sentimento esse contido na última frase da crónica. Uma frase que mostra uma visão de admiração, estupefacção das «gentes» por um rei único. Quantas vezes se viram na história um rei que julgasse a todos por igual, sem medir afectos? Segundo Fernão Lopes, nenhuma vez e é isso que o cronista procura transmitir. Apercebendo-se que tinha em mãos a tarefa de registar a história de uma personagem *suis generis*, Fernão Lopes orienta a crónica para esse sentido. A forma como nos descreve o reinado mostra como o cronista compreende ter em mãos uma personagem que gerou desde sempre fascínio pelas suas acções. Daí abrir os capítulos não de uma forma concisa e seca, com entradas do tipo "el-rrei mandou matar X mulher adúltera no dia Y", mas sim «Quem ouvio semelhante justiça…».

A alternância de virtudes e defeitos de D. Pedro I de Portugal permite a Fernão

[422] Lopes (2007), cap. XLIV, p.198.
[423] Lopes (2004), Prólogo, p.4

Lopes criar *exempla* morais na CDP. Entre as virtudes está o carácter folgazão do rei, em que este até se une ao povo nas festas, mostrando um rei que está em comunhão com os seus súbditos, dando-lhe aqui um tom aprazível e até humanizado. A sua boa política monetária é exaltada por Fernão Lopes, assim como a sua procura de neutralidade e paz.

A sua liberalidade e generosidade é um *exempla*, neste caso um *exempla* sobre como deve o rei tratar a nobreza e o povo: com generosidade, ao contrário de seu pai, que Fernão Lopes descreve como sendo avarento. [424]

Quando exalta em D. Pedro I de Portugal a procura da paz e a neutralidade nos assuntos ibéricos, Fernão Lopes dá-nos a sua visão do que deve ser a política militar de um rei: a procura da paz, útil aos povos e apenas indo para a guerra se ela for inevitável e justa. Tal torna-se claro quando Fernão Lopes, no Prólogo da CDF, deixa claro que a procura das guerras por D. Fernando, por motivos ilógicos, arruinou o seu reinado e destruiu o bom legado deixado pelo seu pai:

> «Desfalleceo esto quando começou a guerra, e naceo outro mundo novo muito contrairo ao primeiro, **passados os folgados anos do tempo que rreinou seu padre;** e veherom depois dobradas tristezas com que muitos choraram suas desventuradas mizquindades. Se sse contentara viver em paz, abastado de suas rrendas, com que grandes e largos tesouros que lhe de seus avoos ficarom, nehuu no mundo vivera mais ledo nem gastara seus dias em tanto prazer; mas per ventura nom era hordenado de cima.» [425]

Filipe Alves Moreira defende que esta passagem da CDF é crucial para entender a avaliação que Fernão Lopes faz do rei D. Fernando. Ao dizer que com a gestão desastrosa de D. Fernando findou um mundo e começou um novo, o cronista entendeu que se fechou com D. Fernando um mundo antigo, positivo, que eram os «folgados annos…» de D. Pedro I de Portugal. Abriu-se um novo mundo de caos e dor, que só o Mestre de Avis irá curar.[426] Ou seja, neste trecho, Fernão Lopes liga os três reinados que abordou na trilogia:

[424] Lopes (2007), cap. I, p.8.
[425] Lopes (2004), Prólogo, p.4. O negrito é nosso.
[426] Moreira (2015), p.163-164.

o reinado de D. Pedro I de Portugal, o reinado de D. Fernando e o reinado de D. João I, no que é mais um exemplo da sua capacidade de colocar dados em locais díspares da trilogia. Só na CDF dará a entender claramente que D. Pedro I de Portugal foi o último rei do "mundo antigo", o mundo dos «folgados annos». E o mundo novo que se originou só será inteiramente explicado (e superado) na CDJ.

Quando, através da citação de Sólon no capítulo IX da CDP e do Prólogo da CDP, onde defende que a justiça é a maior de todas as virtudes, Fernão Lopes faz em essência uma apologia que serve como *exempla*. A citação de Sólon é uma das ideias fortes que coloca na CDP. É uma ideia curiosa que Fernão Lopes defende, dada a época em que escreve. Pela boca de Sólon, o cronista admite que bastas vezes os poderosos escapam à justiça e que apenas D. Pedro I de Portugal alterou isto. Nesta citação e na forma como frisa que D. Pedro I de Portugal aplicou a justiça a todos por igual, Fernão Lopes faz uma apologia da noção de que a lei deve ser aplicada a todos por igual, sem excepções. O destaque que dá a este traço da justiça petrina não é acidental e pode ser explicado à luz da origem social humilde de Fernão Lopes. A sua visão de um novo mundo, em que se dão mudanças sociais inéditas para a época e que ficará claro no *topos* da Sétima Idade do Mundo na CDJ, pode explicar este trecho curioso do cronista, que confessa que no mundo os poderosos por norma escapam. Como homem de baixa condição, Fernão Lopes estaria mais capacitado para entender e admirar este traço do rei D. Pedro I de Portugal, que decerto faria parte da lenda do rei justiceiro. As histórias apócrifas da CDP contêm certos denominadores em comum: justiça implacável do rei; aplicação da lei sem distinção das pessoas; poder sobrenatural do rei. Num desses episódios D. Pedro I de Portugal acaba a ordenar a um nobre que restitua a um lavrador tudo o que lhe tirou.[427] Noutra história D. Pedro I de Portugal manda enforcar um lavrador porque teria tido uma premonição de que ele cometera um assassinato.[428] Por esta história, podemos ver um tipo de imagem que existiria sobre o rei após o seu reinado: uma imagem justiceira, onde o rei a todos pune, sem excepções, sugerindo um rei ao lado do povo. Duarte Nunes de

[427] Valdaliso-Casanova (2017a), 144.
[428] Ibid, op.cit, p.145.

Leão sublinha que foi por isto que o povo amou D. Pedro I de Portugal, além do seu hábito de sair a folgar com o povo.[429] Por aqui se nota vestígios de uma lenda de D. Pedro I de Portugal como um rei justiceiro, mas popular, amado e temido ao mesmo tempo, numa figura que geraria sentimentos contraditórios de medo e fascínio ao mesmo tempo.

Fernão Lopes não incluiu estas histórias apócrifas na CDP, mas os vestígios dessas lendas são visíveis na citação de Sólon, assim como da estupefacção que a figura de D. Pedro I de Portugal gera no cronista. Cremos que não inseriu estas histórias devido ao seu cariz lendário e por isso pouco credível, como no episódio em que o rei parece ter uma premonição divina sobre o crime do lavrador. Note-se como nas histórias que Fernão Lopes colocou na CDP, a maioria contêm detalhes dos processos, que sugerem que Fernão Lopes consultou registos de julgamentos. Já as histórias apócrifas não dão detalhes como os nomes dos envolvidos, parecendo lendas.[430]

As frases que Fernão Lopes usa para descrever a política de justiça do rei, assim como a sua actuação em público, exprimem os sentimentos contraditórios que já então existiriam sobre a figura do rei. O cronista não escapa a esse fascínio, sendo que a sua alternância de louvores e críticas à figura do rei, mostram isso mesmo. Quando Fernão Lopes diz, aquando da extradição dos assassinos de Inês de Castro, que não mais louvará o rei[431], por ter faltado à verdade e por ter querido prender Diogo Lopes Pacheco, que era inocente, completa o seu *exempla* no que toca à justiça. Cruzando as várias descrições de Fernão Lopes sobre este tema, percebe-se que advoga uma justiça igual, eficaz, rápida, mas com atenuantes em casos em que assim se justifique. Exalta a rapidez e sentido de igualdade de D. Pedro I de Portugal, mas censura a desproporcionalidade que teve em vários casos.

---

[429] Leão (1975), p.316-327.

[430] A este respeito Valdaliso-Casanova aponta que certas histórias apócrifas de D. Pedro I de Portugal já antes foram atribuídas a outras personagens e que estas histórias são lendas estrangeiras, ver Valdaliso-Casanova (2017a), p.148. Em nosso entender isto adensa a sugestão de uma origem popular destas histórias, que pertenceriam a um fundo comum literário de histórias que se reciclam ciclicamente. Assim sendo, Fernão Lopes poderia tê-las excluído por não serem credíveis, dado que não eram histórias exclusivas de D. Pedro I de Portugal, mas sim lendas.

[431] Lopes (2007), cap. XXX, p.137.

A segunda ideia forte que Fernão Lopes destacou na CDP foi a noção da justiça como virtude suprema, ideia que regista logo no Prólogo da CDP. Ao defender aí que o poder régio foi instituído[432] para os bons viverem em paz e os maus serem castigados, Fernão Lopes defende subtilmente uma noção de que um rei injusto pode em último caso ser questionado. Se atendermos à defesa que o cronista fará na CDJ da ideia de que o rei de Castela faltou à verdade nos compromissos que assinara e de que também a absorção de Portugal por Castela contrariava quer a vontade quer o interesse colectivo do país, Fernão Lopes justifica a anulação dos direitos legais que o rei castelhano teria sobre o território nacional. Para Fernão Lopes, o conteúdo deve ter supremacia sobre a forma, pois a justiça não deve ser um mero cumprir de legalidades estabelecidas, devendo ter um conteúdo moral. É a essa luz que censura, de forma subtil, a forma como D. Pedro I de Portugal foi por vezes desproporcional nas penas que deu. Ainda que há luz da lei da época as penas fossem as prescritas, Fernão Lopes entende que o rei exagerou em vários momentos. Subtilmente Fernão Lopes sugere que as leis não devem ser seguidas à letra se forem desproporcionais ou se nelas não for servida a justiça. É a essa luz que irá censurar os acordos assinados entre D. Fernando e Castela e que eram lesivos para o interesse do reino.

A linha de fundo de toda a trilogia de Fernão Lopes é a legitimação do Mestre de Avis. Fernão Lopes estrutura toda a sua trilogia como uma obra coerente, em três partes, submetendo os temas e a estrutura a esse objectivo. Contudo, nem por isso deixou de registar histórias não necessariamente ligadas a esta questão e que considerasse relevantes. Apesar de a trilogia ter sido escrita com o propósito de legitimar a casa de Avis, estas obras não são em última instância um mero manifesto ou um panegírico puro e simples, pois a trilogia possui traços específicos e uma originalidade que mostram uma visão própria dos acontecimentos por parte do cronista e não um autor que criou uma mera colectânea de obras decalcadas de qualquer panegírico e excessivamente padronizadas, com arquétipos seguidos à risca e uma ideologia coincidente em tudo com

[432] Lopes (2007), Prólogo, p.3.

o poder que as encomendou. Apesar de ter como linha de fundo a legitimação da nova dinastia, nem por isso Fernão Lopes deixou de transmitir concepções pessoais sobre os acontecimentos, sobre certas personagens, tendo contudo o cuidado de evitar criticar de forma demasiado aberta em alguns casos e procurando usar a ambiguidade e imagens literárias para deixar pistas sobre o que poderia ou não pensar e permitir que o leitor em última instancia extraísse por si as conclusões.

Em todas as três obras, Fernão Lopes destacou aspectos diferentes. De recordar o título de uma obra de Teresa Amado "Fernão Lopes: contador de histórias".[433] Fernão Lopes era precisamente um contador de histórias, alguém que queria transmitir histórias que valessem a pena contar. E uma personagem como D. Pedro I de Portugal, objecto desde cedo de um grande fascínio e sentimentos contraditórios na população, dificilmente não seria uma história que intrigasse um historiador, sobretudo alguém com a perspicácia humana de Fernão Lopes, que pauta a sua trilogia pela descrição vívida e humana das suas personagens.

Na CDF, no início do Prólogo, descreve-nos D. Fernando como um rei que, a não ter perdido o sentido da realidade, poderia ter sido o maior dos reis de Portugal. Um rei que encarnava todas as virtudes que se poderiam exigir a um rei: justiça, generosidade, beleza, bom governo, no que é um *exempla* da conduta régia para Fernão Lopes. Contudo, D. Fernando deitou tudo a perder com o sonho irrealizável de anexar a coroa de Castela, tendo acabado a colocar em risco a existência de Portugal e arruinado o país economicamente. [434] Na CDJ conta-nos com entusiasmo a sublevação do povo de Lisboa pelo Mestre de Avis, a derrota castelhana, o Evangelho Português que anuncia uma nova era, na qual Portugal tem nela um papel de destaque.

Em cada obra, Fernão Lopes colocou-nos um pouco da sua visão do mundo. As diferenças entre as obras prender-se-ão com aspectos como a dimensão das mesmas, dimensão essa em boa parte definida pela duração dos reinados que aborda, pelo número e qualidade das fontes de que Fernão Lopes dispõe para cada crónica e pelos temas

[433] Amado (1997).
[434] Lopes (2004), Prólogo, p.3-4.

abordados em cada uma das obras.

Pela considerável baliza temporal que cobria, pela relevância que a sua temática possuía para a legitimação da nova dinastia, a CDJ teria de ser sempre a mais importante obra de Fernão Lopes. É nela que o cronista culmina a sua mundividência, marcada pelo forte sentido teleológico dos acontecimentos. É nela que a nível estilístico o cronista atingiu o zénite da sua produção, até porque possuía uma vastíssima informação para trabalhar, que lhe permitiu aplicar na CDJ todos os seus recursos literários e toda a sua sofisticação. Contudo, foi na CDP que Fernão Lopes se iniciou como cronista, começando aí a mostrar a sua originalidade. Na CP1419 não tinha nem as fontes (nem em número nem em qualidade) nem a liberdade criativa (nem quiçá a maturidade intelectual) que seriam exigidas para ter aí composto uma sequência de crónicas como as que nos legou na trilogia. Apesar de a CP1419 ser provavelmente o primeiro trabalho cronístico de Fernão Lopes, à falta de certezas é à CDP que se deve imputar o "arranque" oficial de Fernão Lopes como o conhecemos: um cronista dotado de um talento invulgar a nível literário; um cronista que pela capacidade de psicologizar as suas personagens, pelo seu forte nexo causal, é na verdade um historiador moderno. Na CP1419 ainda não exibia a originalidade e sofisticação que seriam a sua imagem de marca. A diferença da CDP para a CDF e CDJ prende-se com a dimensão da obra. Pela curta duração do reinado de D. Pedro I de Portugal, pela falta de fontes, pela falta de matéria bélica no reinado, devido à paz em que D. Pedro I de Portugal viveu, a CDP nunca poderia ter a mesma dimensão das restantes obras de Fernão Lopes. Mas nem por isso é uma obra menor de Fernão Lopes, como por vezes a historiografia tende a defender, sugerindo que para conhecer o pensamento de Fernão Lopes basta a CDJ. O facto de haver incomparavelmente muito menos estudos sobre a CDP do que sobre a CDJ mostram de certo modo essa visão, quando em nosso entender não se pode entender Fernão Lopes apenas por uma das obras. A CDP não é um mero ensaio para a CDJ, possui um valor e papel próprios na mundividência lopesiana. Na CDP o autor deixa-nos entrever o seu talento literário, a sua sofisticação psicológica, visível na grande capacidade de comunicar com o leitor e de o convencer da sua fiabilidade. Nela o autor lega-nos ideias muito fortes, ao nível da justiça, dos *exempla* que defende e uma imagem complexa do rei D. Pedro I de Portugal, que

perdura até hoje. Os *exempla* que nos lega na CDP são cruciais para entender o pensamento do cronista. Não bastará a CDJ para entender Fernão Lopes. A CDP e a CDF também são parte desse pensamento.

O Prólogo da CDP é uma das mais importantes partes de toda a trilogia, quer pelo significado que possui para a trilogia, quer pela mestria que atinge. As ideias de Fernão Lopes sobre a justiça, que vincula através de citar Sólon e da última frase com que concluiu a CDP, são cruciais para entender o pensamento do autor, no qual ele exprime uma ideia forte que quer legar para a posteridade: a de que por norma os poderosos escapam e a excepção a isto foi D. Pedro I de Portugal. A. Bell[435] afirma que a CDP produziu algumas das melhores partes da trilogia de Fernão Lopes.

Assim, se a linha mestra que conduziu a trilogia foi a legitimação da nova dinastia, nem por isso Fernão Lopes deixou de contar, como um historiador, os vários episódios que surgiam nas suas obras. A matéria da CDP que não estaria directamente relacionada com o Mestre de Avis é funcionalmente independente dessa linha mestra. Desde que Fernão Lopes não a fizesse entrar em choque com o objectivo cimeiro de legitimar a nova ordem, podia contá-la com certa liberdade. Assim se entendem os pormenores da justiça petrina, onde o cronista deixa transparecer um misto de admiração e crítica ao rei. Ou as alusões à homossexualidade do rei, facto que em nada favorecia a causa do Mestre de Avis, mas que Fernão Lopes soube transmitir ao leitor sem ferir a causa de D. João I e tornando-a mesmo um factor de credibilização do cronista. Ou a descrição do cinismo dos jogos políticos que relata aquando da tentativa de exílio de Pedro de Castela em Portugal, em que coloca Pedro I de Portugal a evitar apoiar o sobrinho, mas procurando sair da questão de forma airosa.

[435] Bell (1931), p.39-40.

Conclusão (ou Considerações finais)

A CDP, sendo a primeira obra de trilogia de Fernão Lopes e a mais pequena em dimensão, não é, apesar disso, uma obra secundária. Além de introduzir a temática de D. João I, crucial na prossecução do grande objectivo de toda a trilogia, a CDP pauta-se por ter um significado e espaços próprios na obra lopesiana. Nela o autor dá-se a conhecer como o Fernão Lopes que culminará na CDJ: um excepcional escritor, cuja capacidade literária e nexo causal o aproxima dos grandes historiadores da antiguidade e do período tardo-antigo. A sua originalidade consiste, em boa medida, na grande capacidade que exibiu em colocar os dados de forma cruzada, em momentos distintos nas três obras, de forma a inculcar as ideias que quer no leitor, num complexo jogo narrativo, onde o seu talento literário vem ao de cima. Fazendo uso de apuradas técnicas como a analepse, a metáfora, o exclamativo, Fernão Lopes extravasa a mera produção historiográfica na sua trilogia, colocando na sua obra elementos de romance, aventura, poesia, como Alexandre Herculano sublinha:

> «Nas chronicas de Fernão Lopes não há só história: há poesia e drama…»[436]

Conquanto estes traços estilísticos não sejam exclusivos de Fernão Lopes e tenham raízes em autores sofisticados, como os historiadores da Antiguidade, Fernão Lopes fá-lo a um nível que raras vezes se consegue observar. Os constantes saltos na acção, no espaço e na história, mostra a sua mestria em saber colocar os factos no local da crónica onde determina que têm de estar. Esta técnica procura criar um profundo jogo psicológico no autor, pois ao longo de toda a obra, Fernão Lopes orienta o leitor para conclusões que quer promover, de forma subtil, mesmo quando coloca várias versões sobre o mesmo facto.

[436] Herculano (1839-1840), vol. V. p.9.

A questão da formação de Fernão Lopes continua em aberto. Esta questão liga-se em certa medida à questão das fontes do autor, pois o que aprendeu terá ecoado mais tarde na sua obra. Seria importante aclarar esta questão para clarificarmos o uso da *kaiserkritik* em Fernão Lopes, que pressuporia um conhecimento de parte da historiografia antiga e tardo-imperial. Contudo, o invulgar talento literário do cronista, junto com a sua perspicácia psicológica podem ter contribuído para conseguir intuir, mesmo que sem um conhecimento prévio vasto, sobre certas técnicas narrativas elementares, que eram conhecidas na Antiguidade e que ressurgem ciclicamente em autores talentosos. Fernão Lopes intuiu que uma crítica ou elogio não podiam ser exagerados, caso contrário, não seriam credíveis. Daí a humanidade das suas personagens, com heróis imperfeitos e vilões com virtudes.

Esta questão remete-nos para outro factor que é preciso ter em conta: os círculos literários em que a trilogia foi escrita. Para aclarar aspectos ainda em aberto da obra do cronista seria preciso conhecer melhor o contexto em que foi produzida.

Sabemos a literatura que Fernão Lopes tinha disponível nas bibliotecas dos infantes D. Duarte e D. Fernando. Sabemos que lá se continham estas obras: *Dialéctica* de Aristóteles; obras de Avicena; de Séneca; de Valério Máximo; os Evangelhos e Actos dos Apóstolos; Crónica de Espanha; Regimento de Príncipes; uma Crónica de Portugal; o livro da Montaria de D. João I; o Livro de Galaaz; Confissões de Santo Agostinho; uma obra de Cícero traduzida pelo regente D. Pedro; o Livro da Virtuosa Benfeitoria; o Livro da Guerra; o Horto do Esposo; o Livro de Aníbal; o Livro das Trovas de el-rey; a história de Tróia.[437]

A biblioteca do Infante Santo continha os seguintes livros: a Bíblia, os Evangelhos, os Sermões de Santo Agostinho, o Solilóquio de Santo Agostinho, o Livro do Hermo Espiritual e vários livros religiosos e místicos.[438]

Donde brotaram as suas fontes para a trilogia? As fontes lopesianas devem ser

[437] D. Duarte I (1982), p.206-208.
[438] Braga (1892-1902), Vol. I, p.228-229.

divididas em dois tipos: as fontes de cariz teórico, que são obras de cariz filosófico, histórico e espiritual, e que terão sido a inspiração para as ideias e concepções filosóficas do autor. O segundo grupo serão as fontes concretas para a matéria da trilogia, que terão passado pelos arquivos, chancelarias, correspondência, mas também obras de cariz cronístico, fontes orais e lendas. Na parte das fontes cronísticas destacam-se as alusões indirectas a crónicas ou fragmentos de tipo cronístico que teriam tratado o rei D. Pedro I de Portugal «Screvem alguus louvando este rrei dom Pedro…».[439] Isto sugere que já existiriam textos de tipo cronístico sobre este rei antes de Fernão Lopes dar corpo à CDP. Nesses materiais poderiam estar as histórias "apócrifas" que o cronista não inseriu na CDP, dado que o teor destas é por norma o de louvar o rei, descrevendo-o como justo e dotado de uma espécie de aura divina, que lhe permitia ter premonições. Note-se que a frase de abertura do capítulo XV da CDP que citamos em cima sugere textos cronísticos ou quiçá lendas escritas que louvariam o rei D. Pedro I de Portugal.

Esses textos estão hoje desaparecidos. Contudo reemergem ainda em Duarte Nunes de Leão e outros cronistas posteriores, quando escreveram sobre o mesmo rei. Esses textos teriam circulado nos meios literários e desaparecido em certa altura na era moderna onde esta temática decai, tendo apenas sobrevivido em forma de lendas orais. A sugestão velada de homossexualidade só pode ter provido de alguém do círculo íntimo da corte.

J.C. Miranda aponta para a grande dificuldade de saber quais foram as obras perdidas na Idade Média portuguesa, pois podem ter sido perdidas não só fisicamente, mas também ao nível de memória. E mesmo os fragmentos que desses textos restam, nem sempre são claros sobre o autor e preciso momento em que foram escritos.[440] É uma questão de difícil resolução.

Fernão Lopes terá excluído as histórias "apócrifas" da CDP devido ao seu cariz de lenda que as tornaria pouco credíveis. A sugestão da homossexualidade de D. Pedro I de Portugal teria sido contudo facilmente entendida dentro de certo círculo restrito de corte, onde este rumor sobre o rei circularia.

---

[439] Lopes (2007), cap.XV, p.63.
[440] Miranda (2009), p.2.

Isto remete-nos para a questão da credibilização constante que os cronistas procuram. Os círculos literários não eram homogéneos na forma de pensar. Certa parte desse grupo estaria muito vinculada ao poder, nomeadamente ligada à produção de literatura "oficial", nomeadamente espelhos de príncipes e espelhos de nobres, obras encomendadas por certo patrono e ao qual eram dedicadas. Contudo, outra parte desse círculo teria uma postura de maior censura em relação a uma literatura excessivamente panegírica do poder. Henning Börm[441] aponta que sempre existiu uma corrente nos círculos literários que defendia que uma obra não podia ser acrítica. Em Bizâncio, mesmo quando a monarquia se tornava irreversível, parte da aristocracia senatorial preservou o saudosismo pelas liberdades da República e usou a cultura para atacar o imperador, defendendo as liberdades republicanas.[442] Os círculos literários bizantinos eram dominados por este grupo, que exprimia assim, através da cultura, os seus valores, nomeadamente a defesa de um imperador que governasse assente em conselheiros ou mesmo um regresso a uma república, dominada por senadores.

A situação cultural bizantina tornava-se algo paradoxal, com uma realidade política marcada pelo crescendo do poder imperial e do cerceamento das liberdades e por outro lado, uma cultura literária dissonante, que exaltava uma República romana que já só existia como arquétipo.[443] Sendo assim, é preciso atentar que nem sempre os círculos literários seguem o pensamento vigente. Não raro, são *clusters* de uma minoria, que está em contracorrente com o que se pensa e defende em certo momento na história. Já em plena era medieval é possível intuir um fenómeno similar, quando na CC, o autor anónimo exalta a figura de Nun'Álvares, até sugerindo por vezes que ele foi o único herói da revolução de 1383-1385. Não raro a CC apresenta os companheiros de Nun'Álvares abandonando-o (quase numa analogia com Cristo, quando é abandonado pelos Apóstolos), cedendo à fraqueza e ao medo. D. Fernando e D. João I, ainda que se forma subtil, são criticados pela pusilanimidade perante Castela. A CC representa o tipo de

[441] Börm (2015b), 322-327.
[442] Börm (2015a), p.1519
[443] Ibid, loc.cit.

literatura de pendor aristocrático, que preserva os valores deste grupo. Curiosamente, a CC exalta o papel da nobreza numa altura onde o poder régio avançava inexoravelmente a partir dos finais do século XIV, podendo-se especular se esta literatura representa já em parte algum saudosismo por esse definhar do papel da nobreza em Portugal, ou se mostra em parte, tal como no caso da aristocracia imperial, um nicho intelectual que retém valores de um determinado grupo, já em contracorrente à tendência que avança na sociedade.

Sendo assim, quando Fernão Lopes exalta o papel dos mesteirais na sua trilogia, quando descreve a Sétima Idade do mundo e a ascensão social das classes mais baixas (do qual ele foi um produto), quando elogia em D. Pedro I de Portugal a sua aplicação da justiça igual para os pobres e para os ricos, Fernão Lopes mostra uma visão original da sociedade ou reflecte um certo modo de pensar de uma parte da intelectualidade portuguesa do seu tempo? Estamos em crer que a resposta pode ser ambas as hipóteses. A visão de Fernão Lopes é rara e original no sentido que não reflectia ainda o tipo de cultura que dominava a corte. Os espelhos de nobres e os espelhos de príncipes dominavam a cultura literária portuguesa, como a CC, a CTC, o *Livro da Montaria*, entre outras obras mostram. A revolução de 1383-1385 ainda não estaria plenamente compreendida, podendo-se dela ter várias visões conflituantes. O próprio facto de a 3ª parte da CDJ ser a CTC, que é em essência um espelho de nobres[444], sendo um recuo da concepção social mais aberta que Fernão Lopes exibe na trilogia, mostra como na sociedade aqueles acontecimentos de 1383-1385 não estariam ainda plenamente absorvidos. Assim, a concepção de Fernão Lopes na trilogia é original.

Contudo não seria exclusivamente sua. Representaria a mentalidade de uma parte dos círculos literários da época do cronista, nomeadamente composto por letrados e pequeno-burgueses que teriam ascendido socialmente. A própria ascensão de Fernão Lopes é disso uma prova. Contudo, essa mentalidade não seria a da maioria, mas teria certa expressão em certos círculos, caso contrário a obra nem sequer teria sido permitida.

Posto isto, coloca-se a questão sobre a opinião que Fernão Lopes teria dos

[444] Aguiar (2018), p.5

acontecimentos que narrou. Entendemos que dada a forma críptica como Fernão Lopes escreve, saber as suas opiniões reais pode afigurar-se tarefa impossível de fazer. Pode-se apenas cruzar os dados e chegar a algumas hipóteses, mas com reservas.

Os constantes intróitos nas obras históricas, sempre pautados pela invocação da verdade e da objectividade, mostram em nosso entender uma cultura historiográfica que teria certas regras tácitas de produção cultural para uma obra ser minimamente aceite.[445] Essas regras continuaram a existir, mesmo após o fim da historiografia clássica e tardo-antiga, conquanto em dimensões e estilos distintos.

No arquétipo da *kaiserkritik*, elogiava-se a coragem do historiador em criticar aspectos do poder, não aceitando a bajulação e criticando panegíricos exagerados.[446] Uma postura crítica valorizava a imagem do historiador. A cultura historiográfica alternou sempre entre a condenação por um lado de obras acríticas e por outro lado, a consciência que se as críticas passassem certos limites, haveria represálias, daí estabelecerem-se técnicas sofisticadas de *kaiserkritik*.

Saber o que Fernão Lopes leu enquanto estudou e depois enquanto se cultivou e procurou informações para a trilogia, seria importante para esclarecer se Fernão Lopes teria um maior conhecimento destes modelos de *kaiserkritik*. Conquanto Fernão Lopes, pelo seu talento e perspicácia da alma humana, possa ter intuído por si mesmo algumas destas técnicas, pode também ter conhecido com certa profundidade alguma da historiografia da Antiguidade e tardo-antiga e isso pode ter ecoado na sua obra.

Não é também despiciendo pensar que Fernão Lopes não quereria passar à posteridade como um cronista acrítico e sem valor literário, mas sim como um cronista sério e talentoso e que tal como os historiadores da antiguidade percebesse que isso só seria possível com uma obra séria e não um panegírico acrítico, que não seria acreditado pelos grupos literários mais sofisticados, apesar de admitirmos que ninguém pode sondar,

---

[445] Veja-se o Prólogo da CDJ onde Fernão Lopes diz «nom somente mentir do que sabemos mas ainda errando, falso nom quiriamos dizer…Mas mentira em este volume, he muita afastada da nossa vontade…», Lopes (2017), Prólogo, p.22.
[446] Börm (2015b), 322-327.

em último plano, os pensamentos de Fernão Lopes.

Devido à complexidade e sofisticação de Fernão Lopes, pensamos que o público-alvo da CDP é o mesmo da trilogia: a posteridade. Apesar de a trilogia servir para legitimar a ascensão do Mestre de Avis, essa legitimação não tinha como horizonte temporal apenas o tempo em que Fernão Lopes vivia, onde ainda subsistiam dúvidas sobre o processo de eleição de D. João I, dadas as anormalidades de que se revestiu. Parte da nobreza teria ainda dúvidas sobre a legitimidade da nova dinastia, sentimento esse reforçado pelo facto de parte dela ter apoiado a causa castelhana durante a crise de 1383-1385. Daí que alguns traços da obra de Fernão Lopes sejam claramente vocacionados para o público cortesão, composto maioritariamente pela nobreza. Tal aspecto é visível no destaque que o cronista dá a temas como a paixão de D. Pedro I de Portugal[447] e de D. Fernando pela caça, ou os detalhes emotivos e repletos de cor das festas régias, destacando-se aqui três tipos de festividades: os casamentos régios[448]; a recepção[449] ao rei; a doação do título de conde a João Afonso Telo por D. Pedro I de Portugal.[450] O destaque dado à paixão pela caça procura agradar ao público nobiliárquico de corte que leria esta obra.[451] Contudo, outro público, mais sofisticado, conhecedor do PO de João de Salisbúria, poderia perceber as alusões crípticas de Fernão Lopes ao lado negativo da caça e apreciar as críticas do cronista às personagens.

Este público cortesão seria parte também dos círculos literários que mencionamos

---

[447] Lopes (2007), cap.I, p.7; Lopes (2004), Prólogo, p.4

[448] Lopes (1977b), cap. XCVI, p.208-209

[449] Veja-se a forma como Fernão Lopes descreve a paixão de D. Pedro I de Portugal pela dança e pelas festas em Lopes (2007), cap. XIV, p.59-61. Aí Fernão Lopes comenta curiosamente que D. Pedro I de Portugal gastava o tempo em três coisas: a justiça, a caça e montaria e as danças, sendo que nestas últimas tinha tal gosto «que aadur he agora pera seer creudo…». A este título Hélder Macedo aponta que há uma similaridade da dança de D. Pedro I de Portugal com a dança macabra, onde o rei se une ao povo, em plena comunhão, ver Hélder Macedo *In* Guimarães (2004b), p.112. Quiçá por isso Duarte Nunes de Leão na sua crónica do rei D. Pedro I de Portugal regista esta estranha comunhão de D. Pedro I de Portugal com o povo, afirmando que o rei chegava mesmo a perder a postura com esta paixão pela dança em público, registando o cronista que esta forma de se exibir em público e comungando com o povo era rara de achar num homem comum, muito menos num rei, ver Leão (1975), p.317-375. Há aqui uma crítica de Duarte Nunes de Leão a esta postura mais informal de D. Pedro I de Portugal, que viola a dignidade que a figura régia deve ter. Não devemos esquecer que Duarte Nunes de Leão escreve durante a União Dinástica, altura em que o cerimonial de corte estaria muito mais elaborado e onde a figura do rei estaria já envolta num aura de grandeza que não permitiria este tipo de postura mais informal e humana do rei.

[450] Lopes (2007), cap. XIV, p.59-61.

[451] Sobre a exaltação dos valores nobiliárquicos na cronística medieval ver Aguiar (2018).

antes. Fernão Lopes quereria ganhar esse público através de por um lado, compor uma obra séria, não despida de críticas, para se mostrar como um historiador sério. Por outro lado, a parte do círculo literário mais ligado aos espelhos de nobres e espelhos de príncipes, seria também ganha por Fernão Lopes, através da exaltação de figuras como Nun'Álvares e a restante nobreza que apoiou D. João I.

Contudo, o público que Fernão Lopes quereria ganhar para a sua obra seria sobretudo a posteridade. Sabendo que a questão dinástica estava ainda[452] por resolver, Fernão Lopes gizou uma estratégia que visava garantir que no futuro fosse a sua versão aquela que triunfasse. As fontes a que Fernão Lopes constantemente alude na sua trilogia (apesar de raramente mencionar especificamente quais são), mostram que teve acesso à literatura castelhana e percebia a necessidade de contrapor a versão portuguesa à castelhana.

A visão progressiva da história que se encontra em Fernão Lopes, visível na teoria da Sétima idade[453] do mundo, na qual crê num papel predestinado para Portugal, tornava claro para Fernão Lopes a ideia de defender a visão portuguesa dos acontecimentos de 1383-1385, sobretudo na posteridade. Os contemporâneos de Fernão Lopes e os que tinham ainda vivido a crise de 1383-1385 saberiam o que se passara, mas a posteridade não. Competia a Fernão Lopes veicular a versão portuguesa, garantindo que esta triunfaria no final.

Essa posteridade pode-se subdividir em dois tipos. O público mais culto, a quem agradaria os Prólogos da sua obra, repletos de considerações filosóficas profundas, assim como as críticas que Fernão Lopes tece às personagens biografadas. A mestria literária do autor, nomeadamente o recurso às metáforas, alegorias e aos saltos na acção também agradariam a um público mais culto, pelo elevado nível literário da trilogia. Contudo, os elementos romanceados, os arquétipos quer positivos (casos de D. João I, Nun'Álvares)

[452] Montes (2018), p.2-3. O autor mostra como Castela, mesmo após o reconhecimento oficial de D. João I como rei de Portugal nunca desistiu de recuperar a coroa portuguesa e como a defesa dos seus argumentos sobre o trono português reapareciam ciclicamente conforme os jogos políticos peninsulares. A literatura cronística ibérica foi parte crucial desta batalha pelo trono português, sendo este facto visível na alternância na visão sobre D. João I na cronística castelhana, conforme a situação política quisesse reacender a questão sucessória portuguesa ou não.
[453] Lopes (2017), cap. CLXIII, p.315-318.

ou os arquétipos negativos (casos de D. Leonor Teles), as anedotas, a ladainha, o suspense e a acção que imprime na CDJ ou a lenda do rei justiceiro que conta na CDJ, granjeariam popularidade para a sua obra num público mais popular. A imagem icónica de Nun'Álvares seria quer um arquétipo cavalheiresco típico, reconhecido pelos amantes da literatura de pendor cavalheiresco, quer pelas populações e posteridade, que conheceriam a história do herói que Fernão Lopes quereria transmitir. Com estes arquétipos poderosos que Fernão Lopes legou, como no caso de D. Pedro I de Portugal, de Nun'Álvares Pereira ou de Leonor Teles, Fernão Lopes inculcaria nas massas e na posteridade imagens poderosas que transmitiriam melhor que qualquer grande volume, o que foram os acontecimentos que o cronista quis descrever. A lenda do rei justiceiro, o culto já em vida de Nun'Álvares e a imagem de aleivosa de Leonor Teles ficaram eternizadas e mostraram como a intuição de Fernão Lopes estaria certa.

Fernão Lopes intuiu que deixar o leitor decidir por si, após um elaborado processo de apresentação da teoria que queria defender, era melhor estratégia do que pura e simplesmente suprimir dados. Consciente que não convenceria todos os leitores, poderia contudo convencer a maioria da sua razão, ganhando os leitores com uma abordagem intimista e inteligente, onde deixando transparecer crítica às figuras que o cronista quereria louvar, acabava na prática a ganhar a admiração e respeito do leitor, que sentia estar perante um autor honesto nas suas convicções, convicções essas que afirmava claramente em vários momentos, não cometendo o erro de fingir que não possuía uma posição moral sobre os temas que abordava. A sua defesa da causa portuguesa em 1383-1385 é clara e assumida. Mas nem por isso Fernão Lopes deixou de contar os defeitos do Mestre de Avis ou as invejas contra Nun'Álvares Pereira no círculo íntimo de D. João I.

Dada a forma como constrói a sua obra, através de técnicas apuradas que omitem por vezes o que pensa sobre os acontecimentos, Fernão Lopes gerou campos opostos na historiografia. O facto de se poder alegar que critica o Mestre de Avis, ou que o exalta quase com foros de providencialismo, deriva precisamente da sua extraordinária capacidade em cruzar dados e despistar por vezes sobre o que verdadeiramente pensa, deixando o leitor inquieto sobre as verdadeiras opiniões de Fernão Lopes.

Apesar da defesa exaltada da revolução de 1383-1385, Filipe Alves Moreira sublinha que é preciso ter em conta que pode haver em Fernão Lopes uma visão já mais cínica sobre esta revolução quando descreve na Sétima Idade do Mundo, um novo mundo que acaba a assemelhar-se ao antigo.[454] Após a revolução de 1383-1385 ter criado expectativas de ascensão social a novas camadas sociais, há uma certa regressão nessa abertura e também uma emulação das novas elites dos hábitos das antigas elites. Logo, o novo mundo diferia assim tanto do antigo mundo? Poderemos aqui entrever uma subtil crítica de Fernão Lopes ao resultado da insurreição de 1383? Fernão Lopes de facto apoiaria assim tão incondicionalmente o Mestre de Avis? Quando Maria do Rosário Ferreira ou Jorge de Sena sugerem que o autor critica o amor de Inês de Castro e D. Pedro I de Portugal[455] como uma obsessão nefasta, e não que o exalta como se defende várias vezes, mostra precisamente que estamos perante um autor de grande complexidade e cujo pensamento é difícil de descodificar por vezes. Em nosso entender estas questões continuam em aberto porque a questão da construção da narrativa por Fernão Lopes não está ainda resolvida.

Não é fácil estudar Fernão Lopes, dada a complexidade do seu pensamento e a sua grande sofisticação em escondê-lo através da ambiguidade. Apesar de se presumir por vezes que sobre um autor tão afamado, tudo já estará exaustivamente estudado, pensamos que ainda existem aspectos por explorar no estudo lopesiano. O uso da *kaiserkritik* coloca a questão da complexa relação do autor com o poder e os círculos literários e os limites estabelecidos à produção cronística, assim como as influências clássicas em Fernão Lopes que a *kaiserkritik* revela. Por outro lado, num autor que se autonomiza tão vincadamente do cânone cronístico, é preciso recuperar a sua dimensão de contador de histórias como Teresa Amado um dia se lhe referiu. Assim sendo, trabalhos como os de Maria do Rosário Ferreira, de Filipe Alves Moreira, de Dora Luís e Valdaliso-Casanova tentam abrir novas perspectivas sobre a construção narrativa em Fernão Lopes.

Estamos em crer que pelo entusiasmo que coloca na CDJ ao louvar a guerra contra Castela, Fernão Lopes apoiaria em essência a revolta de 1383-1385. Contudo, a forma

[454] Moreira (2015), p.167-169; Sena (1963), p.193
[455] Ferreira (2014), p.22-31.

como constrói o seu texto deixa transparecer críticas a certos aspectos nesses acontecimentos, como sendo as intrigas contra Nun'Álvares ou algum cinismo sobre a Sétima Idade do Mundo, a que Filipe Alves Moreira alude. Fernão Lopes terá escrito a trilogia com empenho pessoal, não só por ordem do rei D. Duarte, mas porque acreditaria na revolução. Fernão Lopes foi um dos frutos dessa revolução, porque a sua ascensão social mostra as oportunidades que se abriram para certas camadas da população. Contudo, pode também não ter tido uma visão tão idílica desses acontecimentos como por vezes se julga. Outra questão a ter em conta é o facto de o autor nem sempre perceber a implicação de todas as suas ideias e poder defender princípios sem se dar conta que podem abrir portas para leituras distintas das que o autor teria em mente. Fernão Lopes nunca concluiu a CDJ, sendo assim, a sua opinião final sobre D. João I pode nunca ter sido expressa totalmente. Nunca saberemos o que escreveria numa terceira parte da CDJ.

A forma ambígua e críptica como Fernão Lopes escreve deixa em aberto uma conclusão final sobre as opiniões do cronista, como que convidando o leitor a pensar por si sobre os temas e histórias que o autor narrou.

Referências bibliográficas

Fontes:

ACENHEIRO, Christovão Rodrigues – "Chronicas dos Senhores Reis de Portugal." Vol. V, Em Collecçaõ de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II, editado por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1824.

AGOSTINHO, Santo – A cidade de Deus. Lisboa: Editora Gulbenkian, 2006.

AYALA, Pero López de - "Crónica del Rey Don Enrique Tercero de Castilla e de León." Em *Crónicas*, de Pero López de Ayala, editado por José-Luis Martín. Barcelona: Planeta, 1991a.

— . "Crónica de Don Pedro Primero." Em *Crónicas*, de Pero López de Ayala, editado por José-Luis Martín. Barcelona: Planeta, 1991b.

—. "Crónica del Rey Don Enrique Segundo de Castilla." Em *Crónicas*, de Pero López de Ayala, editado por José-Luis Martín. Barcelona: Planeta, 1991c.

—. "Crónica del Rey Don Juan Primero de Castilla e de León." Em *Crónicas*, de Pero López de Ayala, editado por José-Luis Martín. Barcelona: Planeta, 1991d.

—. *Crónicas*. 1ª ed. Editado por José-Luis Martín. Barcelona: Planeta, 1991e.

ARISTOTLE – *Parva Naturalia*. Traduzido por J. I. Beare e G.R. T. Gross. [s.l.]: Documenta Catholica Omnia, [s.d.]. Disponível em WWW: http://documentacatholicaomnia.eu/03d/-384_-322,_Aristoteles,_07_Parva_Naturalia,_EN.pdf

BAIÃO, José Pereira - "Prologo novo ao leytor ou discurso historico sobre os authores, e chronicas antigas de Portugal." Em Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos Reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escereveo Fernão Lopes... / copiada fielmente do seu original antigo...pelo Padre Jozé Pereira Bayam., de Fernão Lopes. Lisboa: na Officina de Manoel Fernandes Costa impressor do Santo Officio, 1735.

BÍBLIA SAGRADA. [s.l.]: Nova edição Papal dos Missionários Capuchinhos, 2000.

BRANDÃO, Frei Francisco - Monarquia Lusitana. Parte Quinta. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.

CAMÕES, Luís Vaz de - Os Lusíadas de Luís de Camões. Prefácio de Vítor Aguiar e Silva. Fac-simile da Edição Princeps de Os Lusíadas reproduzindo o exemplar pertencente à Sociedade Martins Sarmento. Braga: Universidade do Minho, 2004.

Chancelaria de D. Pedro I. Ed. de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1984.

Cortes Portuguesas: D. Fernando I (1367-1383). Ed. de A. H. de Oliveira Marques e João Paulo Salvado. 1ª ed. Vol. I e II. 2 vols. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

Cortes Portuguesas: Reinado de D. Pedro I (1357-1367). Ed. de A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357).*Ed. de A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

Crónica de Portugal de 1419. ed. de Adelino de Almeida Calado.1ª ed. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

D. DUARTE I - Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Ed. de A.H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias e Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Ed. crítica da " Coronica do Condestabre". Ed. de Adelino de Almeida Calado. 1ª ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.

Estória do Santo Graal (Livro Português de José de Arimateia). Ed. de José Carlos Ribeiro Miranda, Ana Sofia Laranjinha, Simona Abreu e Eduarda Rabaçal. Porto: Estratégias Criativas, 2016.

JESUS, Frei Rafael de - *Monarquia Lusitana. Parte sétima.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

LEÃO, Duarte Nunes de - "Chronica Del Rei Dom Pedro dos Reis de Portugal o VIII." Em *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão,*

de Duarte Nunes de Leão. Ed. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão- Editores, 1975.

—. *Crónicas dos reis de Portugal reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão*. Ed. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão - Editores, 1975.

Livro das leis e posturas. Vol. 1. Ed. de Nuno Espinosa Gomes da Silva. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*. 2ª edição revista. Ed. de Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

—. *Crónica de D. João I*: Segundo o Códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Vol. I. II (2 vols.) Porto: Livraria Civilização, 1983. Introdução de Damião Peres e Humberto Baquero Moreno.

—. *Crónica de D. João I: Primeira Parte*. 1ª ed. Ed. de Teresa Amado, Ariadne Nunes, Carlota Pimenta e Mário Costa. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2017.

—. *Crónica de D. Pedro*. 2ª ed. Ed. de Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

—. *Crónica de D. Pedro I*. Ed. de António Borges Coelho. Lisboa: Livros Horizonte, 1977a.

—. *Chronique du roi Pedro I = Crónica do rei Pedro I*. Ed. por Giuliano Macchi e Jacqueline Steunou. Paris: CNRS, 1985.

—. *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo*. 1ª. Ed. de Luís F. Lindley Cintra, Anselmo Braancamp Freire e William Entwistle. II vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977b.

—. *Crónica do senhor rei Dom Pedro oitavo rei destes reignos*. Porto: Livraria Civilização, [19-]. Introdução de Damião Peres.

MARIZ, Pedro de - *Dialogos de varia historia, em que se referem as vidas dos senhores reys de Portugal, com os seus mais verdadeiros retratos : e noticias dos nossos reynos, e conquistas, e varios successos do mundo*. Lisboa: Na officina de Manoel da Sylva, 1749.

MORATO, Francisco Manoel Trigozo D'Aragão - "Discurso preliminar, e introducção ás Chronicas de Fernão Lopes". Vol. IV, Em *Collecçaõ de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II.* Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa por José Corrêa da Serra, secretario da mesma Academia, e socio de varia, de José Correia da Serra. Lisboa: Na officina da mesma Academia, anno MDCCXC-MDCCCXXIV [1790-1824], 1790.

NORONHA, Frei Henique de - *Exemplar politico que nas acçoens do serenissimo rey D. Pedro Primeiro do nome, e oitavo dos reys de Portugal / ideou seu oitavo neto o reverendisimo P. M. Henrique de Noronha, representado na sagrada theologia, e provincial que foy da Ordem do carmo,* e p. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, impressor de S. Magestade, 1723.

Ordenações Afonsinas. Ed. de Ivone Susana Cortesão Heitor. Vols. I, II, III, IV e. V vols. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, s.d. [Em Linha]. [Consult. 10 Dez. 2018].Disponível em WWW: http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/

PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*. Ed. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello& Irmão - Editores, 1977.

ROME, Giles of - *De regimine principum: Reading and Writing Politics at Court and University, c.1275–c.1525*. Ed. Charles F. Briggs. New York: Cambridge University Press, 1999.

SALISBURY, Juan de – *Policraticus*. Ed. de Miguel Angel Ladero, Matias Garcia, Tomas Zamarriego. Madrid: Editora Nacional, 1984.

SOUSA, António Caetano de - *História genealógica da Casa Real Portuguesa. Tomo I*. Ed. de M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1946.

"Testamento del Rey D. Pedro, filho del Rey D. Affonso IV..." Em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Tomo I*, de António Caetano de Sousa. Ed. de Manuel Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida, 1946.

ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da Tomada de Ceuta*. Mem Martins: Europa-América, 1992

Bibliografia:

AGUIAR, Miguel - "As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV." *Medievalista (IEM - Instituto de Estudos Medievais)* 23 (Janeiro-Junho 2018): 1-31.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - "Roda da Fortuna/Roda da Vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça." *Revista da Faculdade de Letras. História (Universidade do Porto)* II série, Vol. VIII (1991): 255-263.

AMADO, Teresa. *Bibliografia de Fernão Lopes*. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

—. "Epílogos sem modelo em Fernão Lopes." Ed. de Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Ribeiro Miranda. *V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval. Porto*: Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. 269-277.

—. *Fernão Lopes: contador de histórias. Sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

—. *O passado e o presente :presente: ler Fernão Lopes*. Barcarena: Editorial Presença, 2007a.

—. "Os pensamentos do cronista Fernão Lopes." *eHumanista* 8 (2007b): 133-142.

—. "Questões textuais sobre manuscritos das crónicas de Fernão Lopes." Ed. de Armando López Castro e María Luzdivina Cuesta Torre. *Actas del XI Congreso Internacional de*

la Asociación Hispánica de Literatura Medieval. León: Universidad de León, Secretarido de Publicaciones, 2007c. 191-196.

AMARAL, Clinio de Oliveira - "As discussões historiográficas em torno do Infante Santo." *Medievalista* (IEM - Instituto de Estudos Medievais) 7 (Dezembro 2009): 1-42.

—. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481*). Tese de doutoramento em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ARNAUT, Salvador Dias - *A crise nacional dos fins do século XIV.* I: A sucessão de D. Fernando. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960.

—. *Os amores de Pedro e Inês: suas consequências políticas*. Coimbra: Sep. Actas Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa, 1986.

—. *O episódio de Inês de Castro à luz da História.* Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de Os Lusíadas, 1972.

ATKINSON, Dorothy M - *O estilo narrativo de Fernão Lopes.* Separata da Revista Ocidente (Editorial Império) LXII (1962): 225-230.

AUGUSTÍN, Kevin Perromat - *El plagio en las literaturas hispánicas: Historia, Teoría y Práctica.* Tese de doutoramento, CRIMIC - Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques Contemporains, Université Paris-Sorbonne IV, Paris: Université Paris-Sorbonne IV, 2010.

AZEVEDO, Hugo Rincon - “Estratégias de legitimação do reinado de D. João I (1385-1433) nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara.” *Revista Mosaico* 11 (2018): 168-178.

BASTO, Artur de Magalhães - *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.

BEAU, Albin Eduard - “A preocupação literária de Fernão Lopes”. Vol. I, Em *Estudos*, de Albin Eduard Beau, 1-39. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959a.

—. “Características da manifestação do sentimento nacional em Fernão Lopes”. Vol. I, Em *Estudos*, de Albin Eduard Beau, 63-72. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959b.

—. “Os elementos panegíricos nas crónicas de Fernão Lopes”. Vol. I, Em *Estudos*, de Albin Eduard Beau, 41-61. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959c.

BEIRANTE, Maria Ângela - *As estruturas sociais em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

BELL, Aubrey F.G. - *Fernão Lopes*. Edição e tradução de António Álvaro Dória. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

BÖRM, Henning - "Antimonarchic discourse in Antiquity: a very short introduction." Cap. 1 Em *Antimonarchic Discourse in Antiquity*, por Henning Börm. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2015a.

—. "Procopius, his predecessors, and the genesis of the Anedocta." Cap. 13 Em *Antimonarchic Discourse in Late Antique Historiography*, por Henning Börm. Franz Steiner Verlag, 2015b.

BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*. Vol. I. IV vols. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892-1902.

BRÁSIO, António - "Da autoria da Crónica de D. Pedro I e da História Geral do Reino." *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958. 339-368.

CAMERON, Averil - "Writing about Procopius then and now." Cap. 1 Em *Procopius of Caesarea: Literary and Historical Interpretations*, de Christopher Lillington-Martin e Elodie Turquois. 13-26. Abingdon: Routledge, 2014.

CERVANTES, Miguel de - *O engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha.* Trad. pelos Viscondes de Castilho e de Azevedo. Barcelona: Mediasat Group, 2004.

CIDADE, Hernâni - "Fernão Lopes é ou não o autor da «Crónica do Condestabre»?" *O Instituto (Imprensa da Universidade de Coimbra)* Vol. 81, nº1 (1931): 5-40.

CLARAMUNT, Salvador [et.al.] - *Historia de la Edad Media*. 2ª. Barcelona: Ariel, 1999.

COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho - "Les actes judiciaires de Pierre Ier do Portugal (1357-1367)". Vol. 3, Em *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Ed. de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, 1074-1081. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

COELHO, Maria Teresa - "A questão da autoria na literatura dos Príncipes de Avis." *Omni Tempore. Encontros da Primavera* 2016 2 (2017): 67-92.

COSTA, Bruno Marconi da - “Os mesteirais e o concelho de Lisboa durante o século XIV: um esboço de síntese (1300-1383).” *Medievalista (IEM- Instituto de Estudos Medievais)* 21 (Janeiro-Junho 2017): 1-29.

COSTA, Ricardo da - “As Projeções Oníricas na História.” Cap. I Em *Os sonhos na história*. Ed. de Ricardo da Costa, 13-21. Alicante; Madrid: e-Editorial IVITRA Poliglota. Estudis, Edicions i Traduccions / Atenea, 2014.

COSTA, Ricardo da (ed.) - *Os sonhos na história*. Alicante; Madrid: e-Editorial IVITRA Poliglota. Estudis, Edicions i Traduccions / Atenea, 2014.

CUNHA, Paulo Morgado e – “«Batalhas fundacionais»: da Estória do Santo Graal à Crónica de D. João I, de Fernão Lopes”. *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, (2017) : 19-40.

CURTIUS, Ernst Robert. -*European literature and the latin middle ages.* Trad. por Williard R. Trask. Princeton: Princeton University Press, 1990.

DACOSTA, Arsenio - “Palabra de hidalgo, espejo de rey. Acerca de un episodio de la Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes.” *Medievalista (IEM- Instituto de Estudos Medievais)* nº 17 (Janeiro-Junho 2015): 1-43.

DANTAS, Júlio - *A Doença de D. Pedro I de Portugal (conferência na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro en 1923).* Rio de Janeiro: Medicamenta, 1931.

DIAS, Isabel de Barros - “Modelos teóricos e descrições aplicadas: imagens de soberanos na cronística ibérica de inspiração afonsina (sécs. XIII-XIV).” *Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. 117-128.

DUARTE, Luís Miguel. D. Duarte - *Requiem por um rei triste*. 1ª ed. Lisboa: Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

—. "The portuguese medieval parliament : are we asking the right questions?" . *e-journal of Portuguese History* (Universidade do Porto) 1:2 (Winter 2003): 1-12.

—. *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Tese de doutoramento. Porto, Edição de autor: 1993.

—. *Ceuta. 1415*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

DURÁN, Marcelo Aguirre - "Prouidentia et Peccatum: La teología de la historia en autores galo-hispanos de la Antigüedad tardía y la alta Edad Media. De Sulpicio Severo a San Isidoro de Sevilla." *Anuario Historia de la Iglesia* (Universidade de Navarra) 19 (2010): 506-511.

FARELO, Mário - "A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)." *Medievalista* (IEM - Instituto de Estudos Medievais) 7 (Dezembro 2009): 1-6.

FERREIRA, Maria do Rosário - "Inês de Castro et la juive de Tolède : un cas de réception active chez Fernão Lopes." *e-Spania*. [Em linha], 19 [15. Out. de 2014], [Consult. 25 de Jul. 2019]. Disponível em WWW: http://journals.openedition.org/e-spania/23958

FILHO, Flávio Ferreira Paes - *A práxis político-administrativa nos textos legais dos monarcas portugueses (séculos XIII-XIV)*. Tese de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento, Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: Edição do Autor, 2008

FONSECA, Luís Adão da - “Ínclita Geração. Altos infantes: Lusíadas das IV-50. Algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário.” Ed. da Universidade dos Açores. *IV Reunião Internacional de Camonistas*. Ponta Delgada: [s.n.], 1984. 295-302.

—. “Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV.” *Península. Revista de Estudos Ibéricos* (Universidade do Porto) nº 0 (2003): 53-61.

—. “Una elegia inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la Península Ibérica a mediados del siglo XV.*” Anuario de Estudios Medievales* ([s.n.]) 16 (1986): 449-463.

GALEGO, Júlia, GARCIA, João Carlos; ALEGRIA, Maria Fernanda - *Os itinerários de D. Dinis, D. Pedro e D. Fernando: interpretação gráfica*. Vol. 8. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

GALLARDO, Luis Fernández - “La crónica de D. Fernando de Fernão Lopes: una perspectiva hispánica.” *Actas del XIV Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Murcia: Universidad de Murcia, 2012. 379-388.

GIL, Ana Cristina Correia - *A identidade nacional na literatura portuguesa de Fernão Lopes ao fim do século XIX*. Ponta Delgada: Centro de História d´Aquém e d'Além-Mar, 2015.

GREATREX, Geoffrey. "Perceptions of Procopius in recent scholarship." *Histos*, May 7, 2014: 76-121.

GUERREIRO, Emanuel - “A instituição da credibilidade. Uma narrativa de Fernão Lopes.” *Brotéria* 171 (Julho 2010): 55-64.

GUIMARÃES, Marcella Lopes - *Estudo das representações de monarca nas crónicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV). O espelho do rei: "Decifra-me e te devoro"*. Tese de doutoramento, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004a.

—. "Os protagonismos do cruel e do cru, antes dos "favoritos" de Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala." *História: Questões & Debates* (Editora UFPR) nº41 (2004b): 107-129.

HENRIQUES, António Castro - "Reis Antigos Em Folios Novos: A História Fiscal Em Fernão Lopes". *Sincronicando Olhares. Ciclo de Conferências sobre Historiografia Medieval. 28/3/19.* Porto: [s.e.], 2019. [Em linha]. Disponível em WWW: https://ifilosofia.up.pt/activities/reis-antigos-em-folios-novos-a-historia-fiscal-em-fernao-lopes

HERCULANO, Alexandre - *Opusculos. Historiadores portugueses 1839-1840*. 5ª ed. Vol. V. Lisboa: Bertrand, 1897-1908.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Aspectos da administração portuguesa no reinado de D. Pedro I*. Dissertação para o acto de licenciatura em História, Faculdade de Letras do Porto, Porto: Edição do Autor, 1974.

—. "Central Power: Institutional and Political History in the Thirteenth - Fifteenth Centuries." Em *The Historiography of medieval Portugal* c.1950-2010. Dir. de José Mattoso, ed. de Maria de Lurdes Rosa, Bernardo de Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco. Lisboa: IEM- Instituto de Estudos Medievais, 2011. 179-209.

—. "De João das Regras ao Conselho Régio: os legistas na afirmação da nova dinastia" Vol. II, Em *D'Aquém, D'Além e D'Ultramar: Homenagem a António Dias Farinha*. Ed. de Francisco Contente Domingues, José da Silva Horta e Paulo David Vicente. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015. 1061-1074.

—. “Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521).” *Medievalista*, Julho de 2009: 1-18.

—. *O desembargo régio : 1320-1433*. Tese de doutoramento, Porto: Edição do Autor, 1985, II Vols.

—. “Rei e «estado real» nos textos legislativos da Idade Média portuguesa.” *En la España Medieval* 22 (1999): 177-185.

—. “Ofício régio e serviço ao rei em finais do século XV: Norma legal e prática institucional.” *Revista da Faculdade de Letras - História*, 1996: 123-137.

—. “Subsídios para o estudo da administração central no reinado de D. Pedro I.” *Revista de História (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)* 1 (1978): 39-87.

—. “Uma crise que sai d' «A Crise», ou o Desembargo Régio na década de 1380.” *Revista de História (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)* 5 (1983-1984): 53-92.

KALDELLIS, Anthony - "Identifying dissent circles in sixth century Byzantium: The friendship of Prokopius and Ioannes Lydos." *Florilegium*, 2004: 1-17.

—. "How Perilous Was It to Write Political History in Late Antiquity?" *Studies in late antiquity*, Primavera 2017: 38-64.

—. "The Emergence of Literary Fiction in Byzantium and the Paradox of Plausibility." Em *Medieval Greek Storytelling: Fictionality and Narrative in Byzantium*, de Panagiotis Roilos, 115-130. Harrassowitz Verlag, 2014.

KORTE, Nadine Elizabeth - "Procopius' Portrayal of Theodora in the Secret History: 'Her Charity was Universal'." *Hirundo: The McGill Journal of Classical Studies*, 2005: 109-130.

LIMA, Douglas Mota Xavier de - "As cortes do reinado de D. Afonso V e as relações externas de Portugal em meados do século XV." Em *Simpósio Temático 01. Culturas de poder e perspectivas do espaço social nos mundos antigo e medieval*. Ed. de Bruno Tadeu Salles e Eduardo Soares de Oliveira, 104-118. s.d.

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José - *História da literatura portuguesa*. 12ª ed. Porto: Porto Editora, 1982.

LÓPEZ-ARIAS, Julio - *Peculiaridades Estilísticas de Fernão Lopes*. New York; San Francisco et al: Peter Lang, 1993.

LUÍS, Dora Cristina Valério de Jesus - *As imagens do rei (Estudo da Crónica de D. Pedro I)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Faro, 2004.

MAGDALINO, Paul – "Aspects of Twelfth-Century Byzantine Kaiserkritik". *Speculum* vol. 58, nº2 (1983): 326-346. Disponível em WWW: https://www.jstor.org/stable/2848257

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares - *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

MARQUES, João Francisco - "O irreal e o real na interpretação de certos acontecimentos da história de Portugal - exemplificação de um conceito operatório de facto histórico." Ed. de Luís de Araújo. *Revista da Faculdade de Letras - Série de Filosofia (Universidade do Porto*) nº14, II Série (1997): 507-532.

MARTINS, Mário - *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

—. *Alegorias, símbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa*. Lisboa: Edições Brotéria, 1975.

MATOS, Sérgio Campos - *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

MATTOSO, José - *Historia de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, [D.L. 1993]. Vol. 1: Antes de Portugal.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro. "Na Génese da Primeira Crónica Portuguesa". *Medievalista* [Em linha]. Ano 5, Nº6, (Julho 2009). Lisboa: IEM. Disponível em: http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/ .p.1-35. [Consult. 5 Jan.2019].

—. "Lancelot e a recepção do romance arturiano em Portugal". *e-Spania* [Em linha], 16 [16. Dez. 2013], [Consult. Set. 2019]. Disponível em WWW: http://journals.openedition.org/e-spania/22778

—. *A Demanda do Santo Graal e o ciclo arturiano da Vulgata*. Porto: Granito, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia - *Fernão Lopes: Texto e Contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.

MONTES, Néstor Vigil - "El maestre Davis que se fazia llamar rey de Portugal" – La imagen propagandística de D. João I de Portugal en las fuentes castellanas." *Medievalista (IEM - Instituto de Estudos Medievais)* 23 (Janeiro-Junho 2018): 1-33.

MOREIRA, Filipe Alves - " Memória(s) do rei D. Pedro: episódios não incluídos na Crónica de Fernão Lopes.*" Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais* 2 (2017): 95-112.

—. *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. Tese de doutoramento. 1ª ed. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.

—. "A primeira redacção da Crónica Geral de Espanha de 1344, fonte da Crónica de 1419?" *Guarecer online*, (2007a): 1-19.

—. "Fernão Lopes: Escatologia e Ironia" .Vol. 1, Tomo 2, Em *Redenção e Escatologia no Pensamento Português, de Samuel Dimas, Renato Epifânio e Luís Lóia*, 158-170. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2015.

—. *Da estória à crónica: Afonso Henriques e os primórdios da cronística medieval portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007b. Tese de mestrado.

—.*Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa.* Porto: Estratégias Criativas, 2008.

—."A historiografia régia portuguesa anterior ao Conde de Barcelos.". *Cadernos de Literatura Medieval – CLP* (2010):33-51.

MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira.* Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lourenço Marques, Lourenço Marques: Revista de Ciências do Homem, 1973.

Nova História de Portugal. Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Ed. de A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

OLIVEIRA, Fernando de - "D. Pedro I de Portugal e a sua justiça psicopática". Em *Subsídios para a história portuguesa: Três ensaios sobre figuras medievais*, de Fernando de Oliveira. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1970. 19-41.

PEREIRA, Isaías da Rosa; COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho; MARQUES, José Marques - "Diplomatique Royale Portugaise: Alphonse IV: 1325-1357." *Diplomatique royale du moyen-âge: XIII-XIVe siècles*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1996. 133-161.

PIMENTA, Cristina - *D. Pedro I : entre o reino e a recordação de Inês*. Lisboa: Temas e Debates, 2007a.

—. *D. Pedro I*. Mem Martins Lisboa: Círculo de Leitores, 2007b.

PITA, Isabel Beceiro - "La imagen de la realeza en Juan II de Castilla y los Avís contemporâneos." Em *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Ed. de Catarina Fernandes Barreira e Miguel Metelo de Seixas. Lisboa: IEM- Instituto de Estudos Medievais; CLEGH - Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos, 2014. 87-109

—. "La recepción de la cultura aristocrática castellana en el Portugal de los Avís." *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Faculdade de Letras do Porto)* II (2006): 221-235.

PIZARRO-SOTTOMAYOR, José Augusto - “A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. xII-xv). Uma relação de serviço?” *LII Semana de Estudios Medievales. Discurso, memoria y representación*. Separata. Navarra: Gobierno de Navarra, 2015. Disponível em www: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/90803/2/163367.pdf [Consult. 10 Fev. 2019].

—. D. Dinis. 1ª ed . Lisboa : Temas e Debates, 2008.

PORTILLA, Paz Romero - “Implicaciones gallegas en el caso de Inés de Castro.” *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcanices. Actas.* Porto: Universidade do Porto, 1998. 1493-1508.

PRICE, B. B. *Introdução ao pensamento medieval*. Porto: Asa, 1996.

RAMOS, Manuel - “Retórica e historiografia em Rui de Pina (D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II).” Em *En Doiro Antr´o Porto e Gaia. Estudos de Literatura Medieval Ibérica.* Trad. por José Carlos Ribeiro Miranda e Rafaela da Câmara Silva. Porto: Estratégias Criativas, 2017. 841-856

REBELO, Luís de Sousa - *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

—. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

RUSSELL, Peter E - *As fontes de Fernão Lopes*. Trad. por A. Gonçalves Rodrigues. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, s.d.

SANTOS, Rui Pedro Monteiro - *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: Edição do Autor, 2017.

SARAIVA, António José - *Fernão Lopes*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1960.

SENA, Jorge de – *Estudos de História e de Cultura*. Vol. 1, 1ª Série. Lisboa: Edição da Revista 'Ocidente', 1963.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

—. *História de Portugal [1080-1415]*. 2ª edição revista. Vol. I. Lisboa: Verbo, 1978.

SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. (4 vols.)

SILVA, Joaquim Carvalho da - *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval.* Londrina: Eduel, 2007.

SILVA, António de Moraes - *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por António de Moraes Silva.* Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2

SIMÕES, José Manuel Martins - *As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crónicas portuguesas tardomedievais*. Tese de Mestrado, Departamento de História, Escola de Ciências Sociais, Évora: Universidade de Évora, 2019.

SOBRAL, Cristina - "O modelo discursivo hagiográfico." Ed. de Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Ribeiro Miranda. *V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. 97-107.

SOUSA, Armindo de - “A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica).” *Lucerna: colectânea de estudos de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão.* Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984. 416-487.

—. *O parlamento medieval português e outros estudos*. 1ª ed. Ed. de Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral e André Evangelista Marques. Porto: Fio da Palavra, 2014.

—. “O parlamento medieval português - perspectivas novas.” Cerimónia de Abertura do Ano Lectivo de 1990/91 na Faculdade de Letras do Porto. Porto: *Revista da Faculdade de Letras*, 1990. 47-58.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos - *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

—. “Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power.” *e-JPH* vol 5, nº 2 (Winter 2007): 1-7.

SPÍNOLA, Francisco Elías Tejada - *A sátira política em Portugal durante o século XV.* Trad. por Fernando de Aguiar. Lisboa: Pro Domo, 1945.

STRAYER, Joseph R - *As origens medievais do estado moderno.* Lisboa: Gradiva, [1969]

TEYSSIER, Paul - “Le mythe d'Inês de Castro - la reine morte.” *Arq Centro Cultural Português (Fundação Calouste Gulbenkian)* 7 (1974): 569-572.

TORCATO, João; D’ENCARNAÇÃO José. - “Fernão Lopes, Natural do Alandroal.” *Al-Madan online (Centro de Arqueologia de Almada)* nº22, tomo 1 (Janeiro 2018): 145-149.

TREVISAN, Mariana Bonat - “Dois cronistas, dois reinos e duas crises dinásticas: Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala na cronística dos séculos XIV e XV”. Vol. 1, *Em Espaço*

das narrativas, dos rituais e das imagens, de Vânia Leite Fróes e Jean-Claude Schmitt, Rio de Janeiro: Ithaca, 2011. 1-15.

TREVISAN, Mariana Bonat; MOTA, Douglas - "O Sonho de Pedro I e a salvação do reino: D. João I e o destino régio nas crônicas de Fernão Lopes (séc. XV)." Cap. IX Em *Os sonhos na história.* Ed. de Ricardo da Costa. Alicante; Madrid: e-Editorial IVITRA Poliglota. Estudis, Edicions i Traduccions / Atenea, 2014. 111-127

THUCYDIDES - "The History of the Peloponesian war." Em *The History of Herodotus - The History of the Peloponesian War,* por Thucydides e Herodotus, editado por Mortimer J. Adler, traduzido por Richard Crawley. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1993.

VALDALISO-CASANOVA, Covadonga - "«Deste rey Dom Pedro contão algũas cousas». A construção da narrativa da memória do rei-juiz."." *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais* 2º (2017a): 135-160.

—. " La historicidad y la Historiografía sobre Pedro I de Castilla: Crónicas Perdidas y Memorias Construidas (siglos XIV a XVI). *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures* Vol. 45, 2º (Spring 2017b) : 53-78

VASCONCELOS, António de - *Inês de Castro. Estudos para uma série de lições no curso de história de Portugal*. Barcelos: Sólivros de Portugal, 1983.

VIEIRA, Ana Carolina Delgado - *"Como he doçe cousa reinar": A construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes.* Tese de Mestrado, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

—. “O rei justo e o rei cruel: imagens em oposição em Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala.”. Ed. de Andréia Cristina Lopes Frazão Silva e Leila Rodrigues da Silva. *Atas da VII Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ*. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais, 2007. 27-32.

—. *Três reis e um cronista: discursos e imagens nas crônicas de Fernão Lopes.* s.d.: 1-11.

ZIERER, Adriana Maria de; RIBEIRO, Josena Nascimento Lima - “Messianismo, escatologia e pedagogia cristã na crónica de D. João I, de Fernão Lopes.” *Imagens da Educação* vol.3, nº 1 (2013): 31-44.